

- 1- [RELAÇÃO DOS DEPUTADOS NO EXERCÍCIO DO MANDATO PARLAMENTAR](#)
 - 2- [ATAS](#)
 - 2.1- [18ª Reunião Ordinária de Debates](#)
 - 2.2- 6ª Reunião Especial da Assembléia Legislativa, em 10 de Maio de 1995, Destinada a Receber o Secretário de Estado da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, Dr. Alysson Paulinelli
 - 2.3- [18ª Reunião Conjunta da Mesa da Assembléia e da Comissão de Fiscalização Financeira e Orçamentária](#)
 - 2.4- [1ª Reunião Conjunta da Mesa da Assembléia e da Comissão de Fiscalização Financeira e Orçamentária](#)
 - 2.5- 2ª Reunião Conjunta da Mesa da Assembléia e da Comissão de Fiscalização Financeira e Orçamentária
 - 2.6- 3ª Reunião Conjunta da Mesa da Assembléia e da Comissão de Fiscalização Financeira e Orçamentária
 - 2.7- 4ª Reunião Conjunta da Mesa da Assembléia e da Comissão de Fiscalização Financeira e Orçamentária
 - 2.8- [Reunião de Comissão](#)
 - 3- [MATÉRIA VOTADA](#)
 - 3.1- [Plenário](#)
 - 4- [ORDENS DO DIA](#)
 - 4.1- Plenário
 - 4.2- [Comissão](#)
 - 5- [TRAMITAÇÃO DE PROPOSIÇÕES](#)
 - 6- [MATÉRIA ADMINISTRATIVA](#)
 - 7- [ERRATA](#)
-

RELAÇÃO DOS DEPUTADOS NO EXERCÍCIO DO MANDATO PARLAMENTAR

**RELAÇÃO DOS DEPUTADOS NO EXERCÍCIO DO
MANDATO PARLAMENTAR***

Agostinho Patrús (PTB)
Aílton Paranaíba Vilela
Ajalmar José da Silva (PTB)
Alberto Pinto Coelho Júnior (PP)
Aldimar Rodrigues - **Dimas Rodrigues** (PP)
Alencar Magalhães da Silveira Júnior (PDT)
Almir Cristóvão Cardoso (PT)
Álvaro Antônio Teixeira Dias (PDT)
Anderson Adauto Pereira (PMDB)
Anivaldo Antônio dos Santos Coelho (PT)
Antônio Eustáquio Andrade Ferreira (PMDB)
Antônio Felipe Zeitune - **Toninho Zeitune** (PMDB)
Antônio Genaro Oliveira (PP)
Antônio Júlio de Faria (PMDB)
Antônio Roberto Lopes de Carvalho (PMDB)
Arnaldo Francisco Penna (PSDB)
Carlos Moura Murta (PP)
Carlos Welth Pimenta de Figueiredo (PL)
Clêuber Brandão Carneiro (PFL)
Dílzon Luiz de Melo (PTB)
Dinis Antônio Pinheiro (PSD)
Djalma Florêncio Diniz (PFL)
Durval Ângelo Andrade (PT)
Elbe Figueiredo Brandão (PDT)
Elmo Braz Soares (PP)
Ermano Batista Filho (PL)

Francisco Ramalho da Silva Filho (PSDB)
Geraldo Gomes **Rezende** (PMDB)
Geraldo Nascimento de Oliveira (PT)
Geraldo Paulino **Santanna** (PMDB)
Gilberto Wagner Martins Pereira Antunes-**Gil Pereira** (PP)
Gilmar Alves **Machado** (PT)
Glycon Terra Pinto (PP)
Hely Tarquínio (PSDB)
Ibrahim Jacob (PDT)
Irani Vieira **Barbosa** (PSD)
Ivair Nogueira do Pinho (PDT)
Ivo José da Silva (PT)
Jairo Ataíde Vieira (PFL)
João Batista de Oliveira (PSB)
João Leite da Silva Neto (PSDB)
Jorge Eduardo Vieira **de Oliveira** (PMDB)
Jorge Hannas (PFL)
José Arnaldo Canarinho (PSDB)
José Bonifácio Mourão (PMDB)
José Bonifácio Tamm de Andrada (PTB)
José Castro **Braga** (PDT)
José Henrique Lisboa Rosa (PMDB)
José Maria André de **Barros** (PSDB)
José Miguel Martini (PSDB)
Kemil Said Kumaira (PMDB)
Leonídio Henrique Corrêa **Bouças** (PFL)
Luiz Antônio Zanto Campos Borges (PP)
Marcelo Cecé Vasconcelos de Oliveira (PTB)
Marcelo Jerônimo **Gonçalves** (PDT)
Marco Régis de Almeida Lima (PPS)
Marcos Helênio Leoni Pena (PT)
Maria José Haueisen Freire (PT)
Maria Olívia de Castro e Oliveira (PTB)
Mauri José **Torres** Duarte (PMDB)
Miguel Arcanjo da Costa **Barbosa** (PTB)
Olavo **Bilac Pinto** Neto (PFL)
Olinto Dias **Godinho** (PL)
Paulo César de Carvalho **Pettersen** (PP)
Paulo Piau Nogueira (PFL)
Paulo Sérgio Miranda **Schettino** (PTB)
Péricles **Ferreira** dos Anjos (PSDB)
Raul Lima Neto (PMN)
Rêmolo Reminho **Aloise** (PMDB)
Romeu Ferreira de **Queiroz** (PTB)
Ronaldo Vasconcellos Novais (PL)
Sebastião Costa da Silva (PFL)
Sebastião Helvécio Ramos de Castro (PP)
Sebastião Navarro **Vieira** Filho (PFL)
Simão Pedro Toledo (PTB)
Wanderley Geraldo de **Ávila** (PSDB)
Wilson de Oliveira **Trópia** (PV)

Observação: nome parlamentar em negrito.
* Republicada em virtude do disposto no § 4º do art. 7º Regimento Interno.

ATAS

ATA DA 18ª REUNIÃO ORDINÁRIA DE DEBATES DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA, EM 15 DE MAIO DE 1995

Presidência do Deputado Sebastião Navarro Vieira

SUMÁRIO: ABERTURA - 1ª PARTE (PEQUENO EXPEDIENTE): 1ª Fase: Atas (2) - Correspondência: Ofícios, cartões e telegrama - Apresentação de Proposições: Projeto

de Lei nº 233/95 - **Comunicações:** Comunicações da Comissão de Agropecuária e dos Deputados Alberto Pinto Coelho e Paulo Schettino - **Oradores Inscritos:** Discurso do Deputado Marco Régis - **2ª Fase:** Abertura de inscrições - Leitura de comunicações apresentadas - **ENCERRAMENTO - ORDEM DO DIA.**

ABERTURA

- Às 20h15min, comparecem os Deputados:

Agostinho Patrús - Sebastião Navarro Vieira - Ermano Batista - Aílton Vilela - Alberto Pinto Coelho - Alencar da Silveira Júnior - Almir Cardoso - Álvaro Antônio - Anivaldo Antônio - Bonifácio Mourão - Carlos Murta - Carlos Pimenta - Dimas Rodrigues - Dinis Pinheiro - Djalma Diniz - Elbe Brandão - Geraldo Nascimento - Gil Pereira - Irani Barbosa - João Leite - José Henrique - José Maria Barros - Kemil Kumaira - Marcelo Gonçalves - Marco Régis - Miguel Martini - Olinto Godinho - Paulo Piau - Paulo Schettino - Péricles Ferreira - Raul Lima Neto - Sebastião Costa - Sebastião Helvécio.

O Sr. Presidente (Deputado Sebastião Navarro Vieira) - A lista de comparecimento registra a existência de número regimental. Declaro aberta a reunião. Sob a proteção de Deus e em nome do povo mineiro, iniciamos os nossos trabalhos. Com a palavra, o Sr. 2º-Secretário, para proceder à leitura das atas das duas reuniões anteriores.

1ª PARTE (PEQUENO EXPEDIENTE)

1ª Fase

Atas

- **O Deputado José Maria Barros**, 2º-Secretário "ad hoc", procede à leitura das atas das duas reuniões anteriores, que são aprovadas sem restrições.

Correspondência

- **O Deputado Marco Régis**, 1º-Secretário "ad hoc", lê a seguinte correspondência:

OFÍCIOS

Do Sr. Júlio Miranda, Presidente da Assembléia Legislativa do Amapá, encaminhando, a pedido, cópias da Constituição do Estado do Amapá e do Regimento Interno daquela Casa contendo referências ao procedimento adotado para a escolha de Conselheiro do Tribunal de Contas.

Do Sr. Ademir Lucas Gomes, Secretário de Esportes, comunicando que estará presente em reunião com os Prefeitos do lago Norte de Furnas, com empresários e dirigentes de entidades de classe, no dia 12 de maio, e convidando parlamentares desta Casa para o evento. (- À Comissão de Educação.)

Da Sra. Jussara Cony, Deputada à Assembléia Legislativa do Rio Grande do Sul, comunicando a instalação, naquela Casa, da Frente Parlamentar Gaúcha em Defesa da Soberania e Integridade Nacional.

Do Sr. Carlos Alberto Portugal, Presidente do Colegiado de Diretores da 41ª SRE, de Varginha, encaminhando abaixo-assinado dos referidos Diretores, em apoio ao Projeto de Lei nº 44/95, que estabelece o prazo de cinco anos para o apostilamento de servidores. (- Anexe-se ao Projeto de Lei nº 44/95.)

Do Sr. Reynaldo Arthur Ramos Ferreira, Presidente da Comissão de Infra-Estrutura e Privatização, da FIEMG, comunicando a constituição daquela comissão, que atuará junto ao poder público em favor da privatização, da concessão de serviços públicos e da recuperação, da manutenção e da ampliação da infra-estrutura instalada no Estado, e solicitando sugestões que possam subsidiar seus trabalhos.

Do Sr. Waldetaro Vitorino Dias, reiterando sua proposta relativa à elaboração de um plano de desenvolvimento agroindustrial para a região do médio rio Doce e a microrregião do Vale do Aço. (- À Comissão de Agropecuária.)

TELEGRAMA

Do Sr. Renan Calheiros, Senador, agradecendo o envio de publicação desta Casa.

CARTÕES

Do Sr. Humberto Souto, Deputado Federal, agradecendo o convite para a solenidade comemorativa da Semana da Inconfidência.

Do Sr. Walter Arantes Guimarães, Presidente da Câmara Municipal de Ituiutaba, cumprimentando esta Casa, a pedido da Vereadora Neuza dos Reis Domingues Souza, pelos preparativos para a realização das audiências públicas municipais.

O Sr. Presidente - A Mesa passa a receber proposições e a conceder a palavra aos oradores inscritos para a 1ª fase do Pequeno Expediente.

Apresentação de Proposições

- Nesta oportunidade, é encaminhada à Mesa a seguinte proposição:

PROJETO DE LEI Nº 233/95

Declara de utilidade pública a Associação de Ação Social Vida - ASVIDA -, com sede no Município de Belo Horizonte.

A Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º - Fica declarada de utilidade pública a Associação de Ação Social Vida - ASVIDA -, com sede no Município de Belo Horizonte.

Art. 2º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Sala das Reuniões, 10 de maio de 1995.

Ajalmar Silva

Justificação: A ASVIDA é uma entidade sem fins lucrativos, foi fundada em 26/4/92 e organizada, exclusivamente, para prestar auxílio social, cultural e espiritual à população carente de sua área de atuação, por meio de serviço voluntário de ação social. Seu objetivo básico é assistir e tornar socialmente produtivas as pessoas que, por miséria física, moral, econômica ou espiritual, estejam vivendo à margem da sociedade.

Pelos relevantes serviços de cunho social que vem realizando desde que foi fundada, a ASVIDA faz jus ao título de utilidade pública, motivo pelo qual espero contar com o integral apoio dos nobres pares à aprovação da presente proposta.

- Publicado, vai o projeto às Comissões de Justiça, para exame preliminar, e de Saúde e Ação Social, para deliberação, nos termos do art. 195, c/c o art. 104, inciso I, do Regimento Interno.

COMUNICAÇÕES

- São, também, encaminhadas à Mesa comunicações da Comissão de Agropecuária e dos Deputados Alberto Pinto Coelho e Paulo Schettino.

Oradores Inscritos

O Sr. Presidente - Com a palavra, o Deputado Marco Régis.

O Deputado Marco Régis - Sr. Presidente, Srs. Deputados, muitos fatos ocorridos na semana passada poderiam chamar a atenção da opinião pública deste Estado e empolgá-la como, por exemplo, a eleição do neogaullista Jacques Chirac à Presidência da França, quebrando a hegemonia de 14 anos de Governo socialista naquele país; a reeleição de Carlos Menem, no último fim de semana, na Argentina; as comemorações do cinquentenário do final da Segunda Guerra Mundial, na Europa; os clássicos do futebol mineiro, Atlético X América e América X Cruzeiro, ou, ainda, os importantes convênios assinados pelo Governador Eduardo Azeredo na última sexta-feira, no Palácio da Liberdade. Mas, realmente, o que ganhou as páginas dos jornais e os aplausos da opinião pública foi o final do seqüestro de uma adolescente de 13 anos, da família Zamboni, da cidade mineira de Além Paraíba, que ficou 18 dias em poder dos seqüestradores. Tal fato adquiriu tamanha importância que o Governador Eduardo Azeredo, ao fazer pronunciamento a respeito do convênio assinado entre o Governo de Minas e a EMBRATEL, beneficiando a TV Minas, destacou o final do seqüestro e o êxito da Polícia Civil ao desvendar esse ato criminoso e libertar a menor.

Queremos, nesta oportunidade, manifestar a nossa opinião, pessoal e do nosso partido, registrando nosso aplauso e louvor à Polícia Civil, que tem tradição na luta contra o crime em nosso Estado e tem procurado apurar os delitos com a maior galhardia. Prestamos, ainda, nossa homenagem aos seus valorosos componentes, que, através de uma ação extremamente eficiente, obtiveram êxito nessa jornada. Homenageamos, também, o Departamento de Operações Especiais, em cujas fileiras há um grupo de elite especializado na repressão a seqüestros e outros crimes de importância.

Neste Plenário, prestamos nossa homenagem ao companheiro Deputado Paulo Schettino, oriundo da Polícia Civil. Não foi por outra razão que, no dia de nossa posse, ele compareceu vestido com o colete daquela corporação. Em nome da Polícia Civil, queremos homenageá-lo, porque tem demonstrado ser um parlamentar consciente, um parlamentar de atitudes coerentes com suas idéias e, acima de tudo, uma pessoa que sabe ouvir e respeitar seus colegas.

Neste momento, quero dizer da repercussão do resgate da menor de Além Paraíba, que trouxe um alento para as comunidades mineira e brasileira. Afinal de contas, a população sabe que pode confiar na integridade e na galhardia da corporação policial nas horas difíceis.

A impunidade dos criminosos, que é o pior, está levando o Estado do Rio de Janeiro a uma verdadeira guerra civil, com danosas conseqüências para a integridade de seus cidadãos. Eles não têm podido ter confiança na sua polícia, que esteve, nestes últimos dias, envolvida no seqüestro de Além Paraíba.

A respeito da impunidade, também nós, nesta Casa, precisamos meditar. Refiro-me à impunidade dos colegas que possam estar transgredindo normas legais. Os pedidos para processá-los, que vêm da justiça do Estado, precisam ser bem estudados. Deveríamos nos abster de ser juízes e transferir para a justiça a faculdade de julgar. E digo isso com a consciência de que, amanhã, eu posso estar envolvido em alguma situação como essa, pois fui Prefeito, por quatro anos, e as contas do último ainda não foram julgadas pelo Tribunal de Contas. Não estou livre, portanto, de ter que prestar contas à justiça por alguma irregularidade na Prefeitura em que exerci meu mandato executivo. Se isso acontecer, esta Casa terá que conceder a licença para eu ser julgado por aquela a quem compete fazê-lo: a justiça do Estado de Minas Gerais. A nós, parlamentares, cabe conceder a ela o direito de exercer sua função.

2ª Fase

Abertura de Inscrições

O Sr. Presidente - Não havendo outros oradores inscritos, a Presidência passa à 2ª fase do Pequeno Expediente, compreendendo a leitura de comunicações e pronunciamentos de Líderes inscritos. Estão abertas as inscrições para o expediente da próxima reunião ordinária.

Leitura de Comunicações Apresentadas

- A seguir, a Presidência dá ciência ao Plenário das comunicações apresentadas nesta reunião pela Comissão de Agropecuária - aprovação, na 8ª Reunião Ordinária, do Requerimento nº 351/95, do Deputado Paulo Piau (Ciente. Publique-se.); e pelos Deputados Alberto Pinto Coelho - falecimento da Sra. Júlia Guerra Guimarães, em Conceição do Mato Dentro; e Paulo Schettino - falecimento do Sr. José Alves Loyola, nesta Capital (Ciente. Oficie-se.).

ENCERRAMENTO

O Sr. Presidente - Não havendo outras comunicações a serem feitas, Líderes inscritos nem oradores para o Grande Expediente, a Presidência encerra a reunião e convoca os Deputados para a especial de amanhã, dia 16, às 20 horas, nos termos do edital de convocação, bem como para a ordinária deliberativa da mesma data, às 14 horas, com a seguinte ordem do dia: (- A ordem do dia anunciada pelo Sr. Presidente é a publicada na edição anterior.). Levanta-se a reunião.

ATA DA 6ª REUNIÃO ESPECIAL DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA, EM 10 DE MAIO DE 1995, DESTINADA A RECEBER O SECRETÁRIO DE ESTADO DE AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO, DR. ALYSSON PAULINELLI

Presidência do Deputado Wanderley Ávila

SUMÁRIO - ABERTURA - Ata - Composição da Mesa - Destinação da reunião - Palavras do Deputado Carlos Pimenta - Palavras do Deputado Paulo Piau - Palavras do Secretário de Estado de Agricultura - Esclarecimentos sobre os debates - Debates - **ENCERRAMENTO.**

ABERTURA

- Às 9h15mim, comparecem os Deputados:

Agostinho Patrús - Wanderley Ávila - Sebastião Navarro Vieira - Paulo Pettersen - Rêmoló Aloise - Maria José Haueisen - Ibrahim Jacob - Ermano Batista - Antônio Júlio - Aílton Vilela - Ajalmar Silva - Alberto Pinto Coelho - Alencar da Silveira Júnior - Almir Cardoso - Álvaro Antônio - Anderson Adauto - Antônio Andrade - Antônio Genaro - Antônio Roberto - Arnaldo Canarinho - Arnaldo Penna - Bilac Pinto - Bonifácio Mourão - Carlos Murta - Carlos Pimenta - Clêuber Carneiro - Dílzon Melo - Dimas Rodrigues - Dinis Pinheiro - Djalma Diniz - Durval Ângelo - Elbe Brandão - Elmo Braz - Francisco Ramalho - Geraldo Nascimento - Geraldo Rezende - Geraldo Santana - Gil Pereira - Gilmar Machado - Glycon Terra Pinto - Hely Tarquínio - Irani Barbosa - Ivair Nogueira - Ivo José - Jairo Ataíde - João Batista de Oliveira - João Leite - Jorge Eduardo de Oliveira - José Braga - José Henrique - José Maria Barros - Kemil Kumaira - Leonídio Bouças - Luiz Antônio Zanto - Marcelo Cecé - Marcelo Gonçalves - Marco Régis - Maria Olívia - Mauri Torres - Miguel Barbosa - Miguel Martini - Olinto Godinho - Paulo Piau - Paulo Schettino - Péricles Ferreira - Raul Lima Neto - Romeu Queiroz - Ronaldo Vasconcellos - Sebastião Costa - Sebastião Helvécio - Simão Pedro Toledo - Toninho Zeitune - Wilson Trópia.

O Sr. Presidente (Deputado Wanderley Ávila) - Declaro aberta a reunião. Sob a proteção de Deus e em nome do povo mineiro, iniciamos os nossos trabalhos. Com a palavra, a Sra. 2ª-Secretária, para proceder à leitura da ata da reunião anterior. Na sua ausência, convoco o Deputado Dílzon Melo.

Ata

- **O Deputado Dílzon Melo**, 2º-Secretário "ad hoc", procede à leitura da ata da reunião anterior, que é aprovada sem restrições.

Composição da Mesa

O Sr. Presidente - A Presidência convida a tomar assento à mesa os Exmos. Srs. Dr. Alysson Paulinelli, Secretário de Estado da Agricultura; Dr. Paulo Severino, Presidente da EMATER; Dr. Pedro Narciso, Presidente da CASEMG; Dr. Antônio Cândido, Presidente do IMA; Dr. Aluísio Fantini, Presidente da RURALMINAS; Dr. Roberto Puliti, Diretor da FAEMG; Dr. Rui Torres, Presidente da EPAMIG; e os Deputados Paulo Piau, Presidente da Comissão de Agropecuária e Política Rural, e Carlos Pimenta, autor do requerimento que suscitou esta visita.

Destinação da Reunião

O Sr. Presidente - Destina-se esta reunião a receber o Exmo. Sr. Secretário de Estado de Agricultura, Pecuária e Abastecimento, Dr. Alysson Paulinelli, que comparece a esta Casa para fazer uma explanação sobre a situação e a perspectiva da agricultura no Estado de Minas Gerais, bem como para debater com os parlamentares deste Legislativo sobre o estado de emergência em que se encontra a região norte-mineira. Com a palavra, o Deputado Carlos Pimenta, autor do requerimento que suscitou a visita do Exmo. Sr. Secretário de Estado de Agricultura.

Palavras do Deputado Carlos Pimenta

O Deputado Carlos Pimenta - Exmo. Sr. Presidente da Assembléia Legislativa, Deputado Wanderley Ávila; Exmo. Sr. Alysson Paulinelli, Secretário de Estado de Agricultura;

Exmo. Sr. Paulo Severino, Presidente da EMATER-MG; Exmo. Sr. Pedro Narciso, Presidente da CASEMG; Exmo. Sr. Antônio Cândido, Presidente do IMA; Exmo. Sr. Roberto Puliti, Diretor da FAEMG; Exmo. Sr. Deputado Paulo Piau, Presidente da Comissão de Agropecuária; Exmo. Sr. Aluizio Fantini Valério, Presidente da RURALMINAS; Srs. Deputados, Sras. Deputadas, senhores da imprensa, senhores do auditório, em primeiro lugar, queremos agradecer ao Sr. Secretário de Agricultura, Dr. Alysson Paulinelli, que, atendendo ao nosso convite, vem a esta Casa debater com os Srs. Deputados e mostrar o seu plano de governo à frente de uma das mais importantes secretarias do nosso Estado. Ressaltamos ainda o trabalho sério do Presidente da Comissão de Agropecuária desta Casa, o dinâmico Deputado Paulo Piau, pela organização e pela maneira segura e eficiente com que preside essa Comissão.

Sr. Secretário, foram vários os motivos que nos levaram a formular esse convite a V. Exa. É grande a preocupação dos produtores rurais do nosso Estado, mormente dos produtores da região norte-mineira. Sabemos que estamos passando por grandes dificuldades. Embora o País esteja vivendo momentos de euforia com o Plano Real, que estabilizou a nossa economia, este tem exigido uma cota muito grande de sacrifício da classe produtora, com a retração dos investimentos e com as elevadas taxas de juros, que inviabilizam qualquer tentativa de expandir os investimentos na área rural. Estamos também preocupados com as ações dos Governos Estadual e Federal no Norte de Minas. V. Exa. sabe que essa região, que tinha como base a agropecuária, teve despertada uma vocação industrial, devido à presença da SUDENE e à implantação de dezenas de indústrias de médio e grande portes, e deixou-se em segundo plano a aptidão agropecuária. Com isso, as prioridades passaram a ser os grandes núcleos urbanos, negligenciando-se cada vez mais as ações públicas e privadas no setor rural.

Os Bancos oficiais retraíram os investimentos e os empréstimos, os juros são exorbitantes, enfim, não há incentivos para que o produtor explore as suas terras e sequer fique na zona rural. Com a dificuldade de se lutar contra as pragas (somente neste ano, perdemos milhares de hectares de plantações e pastagens consumidas pelos gafanhotos) e as intempéries (estamos enfrentando uma seca que já dura quase um ano) e com as ações ineficazes dos Governos passados, estamos observando um tremendo êxodo rural, uma verdadeira fuga em massa dos trabalhadores rurais em busca de melhor sorte nos grandes centros urbanos. As grandes cidades estão cada vez mais inchadas, surgem favelas e agravam-se cada vez mais os problemas sociais.

Temos soluções, Sr. Secretário, e V. Exa. sabe melhor que qualquer um de nós que, para combater o êxodo rural, temos que ter êxito nas nossas ações. É preciso disciplinar e planejar cuidadosamente o uso das nossas forças, porque resultados duráveis exigem, antes de tudo, perseverança e bom-senso. Perseverança na busca de soluções práticas, de interesse da maioria da população e que atendam prioritariamente as regiões menos favorecidas.

Chamamos a atenção, por último, para projetos essenciais, importantes e que certamente erradicarão a seca e, por conseguinte, a miséria na região norte-mineira. Refiro-me aos projetos de irrigação de Jaíba, Gorutuba e Jequitaiá. O Projeto Jaíba será o maior projeto de irrigação da América Latina, com uma área de 100.000ha irrigados, mas hoje, decorrida quase uma década de seu início, conseguiu cobrir pouco mais de 5% de sua área total e corre o risco de ser paralisado, com a retração da firma responsável por sua execução. Esta Casa já constituiu uma comissão especial para acompanhar e discutir esse projeto, e, em breve, iremos a Mocambinho, com técnicos do Governo do Estado, e apresentaremos o nosso trabalho. O Projeto Gorutuba, já em funcionamento, é a testemunha das modificações sociais e econômicas que se verificaram na região de Janaúba e é bom exemplo de que vale a pena lutar para modificar aquela esquecida região, e procurar soluções para ela. O Projeto Jequitaiá, no papel há muitos anos, é outra etapa que merece os nossos esforços, pois será, se concluído, a redenção de toda uma região, oferecendo uma área irrigada de 40.000ha, e localizada bem próximo dos grandes centros consumidores.

Terminamos, Sr. Secretário, depositando inteiramente as nossas esperanças no Governador Eduardo Azeredo e em V. Exa. Temos sempre em mente que, quando nos preparamos para enfrentar um desafio ou iniciamos um empreendimento, convém em primeiro lugar estar realmente seguro daquilo que se quer e, em seguida, organizar-se, não confiando no acaso. É isso que o atual Governo tem feito, e, por isso mesmo, será vitorioso nos seus empreendimentos. Muito obrigado.

Esperamos que este debate possa clarear nossas ações parlamentares e que possamos, se Deus quiser, mostrar que Minas está na frente e sairá na frente em outros empreendimentos, principalmente na agropecuária, que é a vocação natural do nosso Estado. Muito obrigado.

O Sr. Presidente - Com a palavra, o Deputado Paulo Piau, Presidente da Comissão de Agropecuária.

Palavras do Deputado Paulo Piau

O Deputado Paulo Piau - Sr. Presidente, Deputado Wanderley Ávila, gostaria de cumprimentar todos os componentes da Mesa, principalmente o Secretário, nosso eterno

Ministro Alysson Paulinelli.

Srs. Deputados, Sras. Deputadas, o Deputado Carlos Pimenta, sabiamente, fez um requerimento para se convidar o ilustre Secretário Alysson Paulinelli a comparecer à Comissão de Agropecuária para que pudéssemos dar oportunidade a todos os Deputados e debatedores de ouvir sobre uma política tão importante para o desenvolvimento de nosso Estado, que é a política agrária. Sugerimos também ao Deputado que considerasse a vinda do Dr. Alysson Paulinelli ao Plenário, exatamente para que todos tivessem a mesma oportunidade.

Agradeço a aquiescência do Deputado Carlos Pimenta. Estamos neste recinto, evidentemente, para ouvir o Sr. Secretário da Agricultura sobre a política agrícola do Governo Eduardo Azeredo e as perspectivas da agricultura do Estado de Minas Gerais.

O Norte de Minas é um caso específico, como é do conhecimento dos senhores, mas lembramos que, hoje, toda a pecuária mineira, e por que não dizer brasileira, passa por dificuldades, especialmente o pequeno e o médio produtor, que têm uma escala de produção pequena.

Gostaria de encerrar minhas palavras, porque hoje temos um mestre para falar da agropecuária no Estado. Muito obrigado.

O Sr. Presidente - Com a palavra, o Sr. Secretário de Agricultura, Dr. Alysson Paulinelli.

Palavras do Secretário de Agricultura

O Secretário Alysson Paulinelli - Caríssimo Presidente desta reunião, Deputado Wanderley Ávila, caros Deputados da Comissão de Agropecuária, especialmente o Deputado Carlos Pimenta, que nos convidou para participar desta reunião, e o Deputado Paulo Piau, Presidente da Comissão, caros companheiros do Sistema Operacional de Agricultura, meus senhores, minhas senhoras, quero, em primeiro lugar, agradecer esta oportunidade, neste momento que considero tão decisivo e crucial para a vida brasileira. Procurarei explicar, exatamente, porque enfatizo o momento que estamos vivendo. Comparecemos a esta Assembléia para discutir com os nossos líderes políticos, com os nossos Deputados e com os representantes do povo mineiro, que não podem, num momento como este, se omitir do processo decisório. O próprio Governador tem tentado, com aquela sutileza e sem muito estardalhaço, buscar soluções, que extrapolam, muitas vezes, a ação do Governo do Estado, mas que exigem uma presença constante e marcante para se encontrarem as chamadas grandes soluções.

A agricultura mineira tem sofrido as conseqüências dos desajustes por que passa a agricultura brasileira. E a própria agricultura brasileira, temos que reconhecer, sofre também as conseqüências dos chamados desajustes internacionais.

Todos sabemos que o setor agrícola no mundo teve períodos chamados áureos, quando se identificou que os países ricos, industrializados, desenvolvidos, e que se organizaram para ser os grandes produtores de alimentos, estavam com suas áreas totalmente ocupadas, sem condições de abastecer a demanda de alimento no mundo. Isso aconteceu em 1968, quando houve o primeiro embargo não político dos Estados Unidos, que não entregava produtos aos tradicionais clientes. Essa foi a grande marca que abriu uma chance para os países do Terceiro Mundo poderem entrar no processo produtivo.

Até 1980, o mundo passou pelo chamado período áureo. Os preços agrícolas eram regulamentados e permitiam que países do Terceiro Mundo entrassem no sistema produtivo. O Brasil, que estava numa fase de economia estável, teve a oportunidade de entrar no sistema produtivo, o que criou uma situação peculiar, pois foi o único país de Terceiro Mundo que chegou a ser o 2º grande exportador de alimentos e matérias-primas do mundo. Isso aconteceu na década de 70; para ser preciso, em 1977.

De 1980 em diante, toda a agricultura mundial sofreu conseqüências. Os desajustes econômicos que surgiram, inclusive nas grandes potências que entraram no processo recessivo, que se refletiram, de maneira muito direta, especialmente nos países do Terceiro Mundo, provocaram desarranjos, e esses desarranjos fizeram com que esses mesmos países mudassem seu sistema político na área agrícola. Sua política agrícola foi verticalmente mudada.

Países como os Estados Unidos da América do Norte e toda a comunidade européia, que até o início da década de 80 lutavam pela transparência do mercado e pelo não ao subsídio, chegaram à conclusão de que eles teriam que partir para o subsídio. E partiram até abertamente.

Não tenho dúvida de que não foi fácil para o Presidente Reagan, em 1986, submeter ao congresso americano o pedido de uma verba especial de, àquela época, US\$36.000.000.000,00, para subsidiar seus agricultores. Aquilo chocou profundamente, não só o governo americano, mas o próprio povo americano, que sempre se orgulhou de ser um povo capaz de competir com regras de mercado livre.

A Europa partiu desbragadamente para subsidiar seus agricultores, a ponto de a comunidade européia, no parlamento europeu, por várias vezes, chamar os países membros (àquela época, nove; depois, dez, e hoje, onze) a novas contribuições para o

fundo de desenvolvimento de sua agricultura, o famoso FEOGA.

A justificativa do comissário especial da comunidade europeia no parlamento europeu - seu Ministro da Agricultura - aos países membros, para o pedido de ampliação dos orçamentos contributivos ao FEOGA, tem sido a mesma de 1984 para cá: "É necessário ampliar os recursos do fundo de amparo à agricultura europeia, porque precisamos resolver os problemas dos agricultores onde eles estão. Se não o fizermos, eles virão para cá, para os grandes centros, onde não temos condição de resolver seus problemas".

Os senhores vêem que essa filosofia marca bem a mentalidade do cidadão urbano europeu. Concorde-se em dar subsídio aos agricultores para que eles continuem na atividade agrícola, mesmo que subsidiada. Se não for assim, eles não sabem como resolver o problema. É uma mentalidade que demonstra a visão, o profundo sentimento de que aquela sociedade não quer criar um problema social nos seus grandes centros.

A comunidade europeia tem crescido ano após ano. Uma pessoa que faz uma análise apressada do orçamento do FEOGA vai dizer que o Ministro está exagerando, pois, afinal, são 11 países, e o orçamento do fundo deve estar, hoje, em torno de 36 bilhões de ECUs, que é a moeda da comunidade. Isso deve ser equivalente a US\$46.000.000.000,00. Ora, US\$46.000.000.000,00, para subsidiar 11 países, não é muito, mas acontece que não é só isso: o subsídio é muito maior. O FEOGA é apenas o fundo que faz, abertamente, o subsídio. O sistema europeu de política agrícola, hoje, é um sistema em que se soma o recurso do FEOGA com o recurso da nação.

Se os senhores observarem, todos os orçamentos dos países da comunidade europeia têm destaques especiais para subsidiar a outra parte, e subsidiam, muitas vezes, uma parte maior do que a que o próprio FEOGA subsidia. Tenho acompanhado esse sistema de estímulo e de financiamento ao crédito rural, na Europa, nos Estados Unidos e no Japão. Como os senhores sabem, tenho acompanhado tudo isso, na minha vida profissional, e fico impressionado com o crescimento do sistema de subsídios na Europa. Há dois anos, estive numa comunidade, onde fiz questão de fazer uma avaliação dos recursos individuais de cada país, em contrapartida ao fundo, ao FEOGA. Chegamos à conclusão de que a soma dos subsídios na Europa, em 1992, chegaria a US\$360.000.000.000,00, o que é uma quantia muito significativa. Só para se ter idéia, é 3,5 vezes a dívida externa brasileira, gasta num ano só.

Os subsídios não param aí. Temos os chamados subsídios implícitos e os chamados subsídios explícitos. O grande subsídio que se faz é a proteção do povo europeu com relação aos preços de consumo de seus alimentos. Eles montaram um sistema de proteção em que o preço interno dos produtos agrícolas é muito mais alto do que o preço do mercado internacional. Esse é o grande subsídio que se dá. Para dar um exemplo claro, a Europa não concorda em desativar seu sistema de produção de açúcar, cujo preço é três vezes maior do que o do açúcar brasileiro. Isso porque, assim, ela estaria desestimulando produtores que lidam com a beterraba e até mesmo com o milho - hoje, a Europa, subsidiada, já é uma grande produtora de milho, por estranho que pareça -, e suas indústrias, o transporte, o processamento, etc. Eles fizeram as contas e perceberam que o desemprego seria grande, o que, obviamente, eles não querem. Então, eles mantêm um sistema em que o açúcar europeu é consumido a um custo três vezes maior do que o do açúcar brasileiro, que ali chega. E não adianta mandar o açúcar para lá, porque, aí, eles têm um sistema que é perverso: aquilo passa pelo controle da comunidade, e o açúcar brasileiro entra, hoje, por algo em torno de US\$400,00 (essa relação caiu, agora; estava um pouco mais caro). Então, esse recurso - os US\$400,00 é pago, mas revendido, pelo FEOGA, ao país comprador, por uns US\$1.200,00 - quer dizer, hoje, é menos do que US\$1.200,00; deve estar em torno de US\$1.000,00, US\$1.100,00. E aquele dinheiro fica no fundo, para subsidiar seus agricultores. Isso, eles fazem com a carne, com a soja, com o frango, com a carne de porco brasileira e com o suco de laranja, que temos exportado em grandes quantidades. Então, vocês podem ver que eles montaram uma verdadeira carapaça protetora, mobilizando recursos de suas economias, que são fortes, e gerando recursos de economias fracas e frágeis, que entregam a eles o produto barato. Então, eles multiplicam e fazem aquilo em escala. Ou seja, é um sistema altamente protegido e que se ampliou muito, após 1981, especialmente. Hoje, a Europa é uma área do globo que está com estoques e pagando caríssimo por eles, porque sustenta os preços altos de seus produtos. Para a sociedade, o custo é muito alto; o mais interessante, porém, é que ela concorda com isso e permite que se processe esse preço alto, para que seus produtores sejam bem remunerados, e, mais do que isso, estimula seus governos também a aplicar recursos de seus orçamentos normais em subsídios diretos. Quer dizer, é um processo altamente protegido.

A mesma coisa está acontecendo com os Estados Unidos, talvez num grau menor, porque se trata de um país que conta com áreas maiores, seus produtores produzem em escalas maiores e são, portanto, capazes de, na economia de escala, produzir um pouco mais barato.

Isso acontece largamente no Japão, onde o processo é mais protetor. Não se consegue

colocar diretamente nenhum produto no mercado japonês. Eu próprio tentei e participei, em uma certa época da minha atividade profissional e política, da chamada abertura do primeiro terminal de suco de laranja brasileiro no Japão. No Japão, o consumo de suco de laranja cresceu muito, principalmente o do brasileiro, que caiu no gosto deles, desde que se entregasse às firmas japonesas a distribuição. A partir daí, eles fazem a compensação de tributos, não aparecem praticamente as tarifas alfandegárias, mas o produto é vendido três a quatro vezes mais caro do que entrou.

Na realidade, essas economias ricas criaram artifícios para proteger seus agricultores. Aí vem o drama, porque o Brasil também se organizou a partir de 1980, 1981, inclusive em sua economia, só que aqui o caminho foi inverso. No momento em que aumentou o déficit público, o Governo da época procurou rapidamente equilibrá-lo, mas a forma que usou para isso, como é tradicional em países do Terceiro Mundo, foi a do aumento dos tributos, mas o tributo sempre aumenta em relação aos setores mais desorganizados e incapazes de se defender.

A partir de 1980, o tributo agrícola, que vinha caindo na década de 60, teve um revertério. O Brasil descuidou disso. Não aconteceu só no âmbito federal, os tributos dos Estados também contribuíram muito. Houve um erro a partir de 1988, na Constituição brasileira. Por acaso, fui constituinte. Lutei muito, mas perdi sucessivamente. Houve um descuido gravíssimo dos legisladores especialistas em tributação.

A Constituição brasileira acabou fazendo o que não deveria. Uma Constituição, sempre que possível, deve ser sintética, e a legislação específica deve normalizar os processos, as políticas, as orientações de cada segmento. A Constituição brasileira, no entanto, fez o contrário. Começou sintética e depois legislou praticamente com detalhes até para os Estados. Em determinado momento, entretanto, ocorreu o que os juristas chamam de "vacatio legis", ou seja, os Estados ficaram livres para tributar.

O Estado de Minas foi um dos que mais tributaram. Tínhamos, inclusive, uma situação díspare, porque alguns Estados ficaram com uma carga tributária maior que outros. Isso é natural e sobrecarrega o sistema.

Por outro lado, houve um desarranjo perigoso. O Governo, a partir de 1982, 1983, desorganizando-se, criou o terrível rombo do déficit público. O Governo brasileiro havia desenvolvido, em função da Lei n° 4.595, de dezembro de 1964 - e a Lei n° 4.829, que criou o crédito rural é de junho de 1965 -, um sistema "sui generis". Conseguiu, com uma economia relativamente estável, com uma inflação que girava em torno de 35% ao ano, fazer uma fonte de financiamentos que não tinha subsídios.

As Leis n°s 4.595 e 4.829, conjugadas, permitiam ao Governo usar, dentro do próprio sistema financeiro, exigibilidades próprias para gerar recursos de contas baratas e recursos em depósitos remunerados, a famosa conta-movimento do Banco do Brasil, a famosa conta de depósito à vista que os Bancos captam - e nada pagam por isso além da despesa administrativa. Existiam vários fundos: o FUNDAC, que era bastante palpável, o fundo do café, que estava também com tributação de exportação, ou seja, imposto de exportação, e o da cana, que esteve com preço muito alto. Tudo aquilo corria para os fundos.

Então, o Governo brasileiro conseguiu, através de artifício fiscal, conjugar o sistema financeiro, e gerar uma soma de recursos que permitiu uma alavancagem na agricultura na década de 60. Houve um período em que o Governo, determinando politicamente a prioridade agrícola, fez esse fundo crescer, e usou 52% do orçamento monetário, atingindo um saldo de aplicação. Vejam bem o que estou dizendo: não estou me referindo à aplicação no ano, mas a um saldo de aplicação de praticamente US\$18.500.000.000,00, o que poucos países de Primeiro Mundo tinham. Isso ocorreu sem pesar em nada na economia, sem que se emitisse um vintém. Houve apenas a chamada transferência de recursos do sistema financeiro ou de fundos próprios para aplicação naquilo que o Governo considerava prioritário: o setor da agricultura. Esse foi o artifício utilizado, e estou procurando levar essa informação com detalhes aos senhores, porque a economia brasileira, ao perder o controle, em 1982, 1983, sair do patamar de 30% ou 40% e ir para o patamar de 230%, 600% e, depois, de 1.500% de inflação, já não poderia mais se valer desse sistema, que não funcionaria dentro dessas condições.

Hoje, com o grande esforço que prioritariamente o País está fazendo, a economia voltou ao patamar de relativa estabilidade. A inflação prevista para este ano não deve ultrapassar muito os 30%, e aquelas condições vão voltar.

Quero chamar a atenção dos senhores também para o fato de que as Leis n°s 4.595 e 4.829 estão em vigência. Hoje, diante da celeuma que se está criando de que o Brasil não tem fundos, não tem dinheiro, e que os agricultores estão batendo de frente, não contra o Governo, mas contra o descumprimento de um acordo do Governo, temos procurado mostrar que os recursos existem. Existe muito mais do que se quer deixar transparecer, porque, estranhamente, o Governo deixou de publicar os balanços do Banco Central. Hoje, obtenho o volume dos depósitos à vista, porque tenho amigos no Banco, que fornecem esses dados. Não há nenhum crime nisso. Qualquer pessoa que se

dirigir ao Banco Central, e, com um pouco de curiosidade, procurar se inteirar das contas do sistema financeiro, verá que os depósitos à vista voltaram a crescer no Brasil. Tais depósitos, em 30 de junho - quando se implantou o Real - já tinham crescido. Naquela época, havia US\$3.500.000.000,00 de URVs e passaram para R\$12.000.000.000,00, a custo zero para o sistema financeiro.

A Lei nº 4.595 faculta ao Governo, através do Conselho Monetário - não é necessário que se elabore uma lei -, retirada do sistema financeiro pela chamada exigibilidade. Aliás, a lei fala que devem ser retirados 50% dos recursos à vista, e o Governo tinha tirado 50%, de uma forma inteligente.

Ele tirou 25%, botou no Banco Central e exigiu que o sistema financeiro aplicasse mais 25%, de forma livre, na agricultura, a juros mais baixos. De uma hora para a outra, quando se desarranjou a economia, parece que o Governo se embotou. Viu que tinha um fundo de US\$18.000.000.000,00 e estava com um déficit público de cerca de US\$20.000.000.000,00. Achou o Governo que estava salvo: mandaria a agricultura pegar recursos no mercado financeiro e, com todo aquele dinheiro, cobriria o déficit público.

Tenho discutido com muitos que estavam, ou ainda estão, na Câmara sobre essa questão. Como Secretário, agora, tenho me batido muito para que o Governo encontre a solução certa e rápida, mas ele resiste. Se, naquela época, o Governo tivesse usado esse recurso na agricultura, coberto o déficit público, mas tivesse tomado vergonha na cara e cortado despesas, impedindo novo déficit público, tenho certeza de que, em menos de 5 anos, a agricultura já teria gerado, novamente, uma soma não inferior à anterior, de US\$18.000.000.000,00, a custo zero. Só que isso não ocorreu. O Governo tampouco o déficit público em 1983, mas gerou um maior em 1984, e assim sucessivamente. E o agricultor ficou sem a chamada "proteção", tendo de recorrer ao mercado financeiro, que estava especulativo. E, mais do que isso, o mercado financeiro, hoje, está sendo usado estrategicamente pelo Governo Federal, para fazer política monetária. Quando quer reduzir o ímpeto de consumo, baixar estoques, reduzir índices inflacionários, o Governo provoca, deliberadamente, com seus títulos, o aumento dos juros. Numa economia estável, acredito que os juros tenderiam a cair, e o agricultor conseguiria juros compatíveis com sua atividade.

Lembraria aos senhores que, antes do Presidente Fernando Henrique, os cinco últimos Ministros da Fazenda foram à televisão e confessaram que a economia estava muito descontrolada e que o Ministro da Fazenda tinha poucos instrumentos, que lhes sobravam apenas os juros como instrumento de política monetária capaz de conter o índice inflacionário. Vejam que coisa perversa. Toda a Nação brasileira faz um grande esforço. Exige-se um grande sacrifício de trabalhadores, consumidores, industriais, fabricantes, etc., para se conter a inflação, mas joga-se o sistema produtivo primário numa situação vil. Ele vai ao mercado financeiro, por estímulo do próprio Governo, que depois tenta segurar o preço agrícola. Isso provoca uma equação que não se resolve.

Precisamos preparar-nos tecnicamente para ir ao Governo Federal e mostra-lhe esse item nº 1, a que o Deputado Carlos Pimenta se referiu. Trata-se do problema angustiante de uma taxa de juros voraz, que está matando o agricultor. Agora, essa situação mata, em primeiro lugar, o pequeno produtor que vai ao Banco. Em segundo lugar, mata os médios produtores, que faziam um esforço para incorporar tecnologia, que custa dinheiro. Em último lugar, mata os grandes produtores, que têm na agricultura uma atividade derivativa, pois possuem outras formas de compensação.

Assim, o processo é vil sob três aspectos. Cria-se uma situação de autoconstrangimento. Temos procurado alertar o Governo para isso. Por acaso, eu era secretário no ano passado. E, como membro do Fórum de Secretários, fui convocado pela equipe econômica - grande parte de seus integrantes ainda continua nela - para discutir o plano da safra de 94/95. E é justamente ela que está provocando esse desajuste. Então, em 31/7/94, levamos, conscientemente, uma proposta ao Ministro Ricupero e a toda sua equipe. Consegui, por intermédio da FEBRABAN e dos bancos oficiais, identificar que o depósito à vista, naquela data, era de US\$8.500.000.000,00. Deixei bem claro que só com o uso da retenção dos US\$8.500.000.000,00 não precisava nem de resolução do Conselho Monetário, bastava a permanência dos 25%. Esses 25% dariam para financiar o que o Governo tinha planejado a custo zero. Ele poderia estipular uma taxa módica, remunerando o chamado custo zero. Todo banco que executa o processo do crédito tem um custo. Em qualquer país do mundo esse custo é de 2% a 4%. Sugerimos, portanto, que o Governo permitisse uma aplicação em torno de 6%, porque ele poderia reter, também, 2% para um fundo de compensação, que provavelmente deveria ter. Mas não quiseram aceitar.

Em 31/7/94, a tendência da economia era melhorar e, inclusive, estabilizar-se um pouco mais. Haveria, inclusive, a possibilidade de crescimento dos depósitos à vista. À medida que o juro cai, é lógico que o sistema financeiro faz trocas. Alguns empresários fazem questão de manter suas contas de depósito à vista com valores altos. Isso agrada os gerentes, que podem resolver mais rapidamente os seus

problemas. Acontece que são milhões de contas. Os funcionários recebem suas contas, vão para o banco e fazem depósito à vista. As transações interbancárias são consideradas depósitos à vista até que elas se completem. Uma transação bancária, hoje, demora, no mínimo, de quatro a sete dias. Os chamados depósitos em conta de Governo, o fruto da arrecadação, também ficam em contas não remuneradas.

Se as informações que estou tendo não estão muito erradas, no mês passado - não tive este mês - esses depósitos caíram. Os bancos - talvez sem a nossa ordem - estão pegando até mesmo os nossos salários e jogando em contas remuneradas, para não caírem no chamado depósito à vista. No mês passado, os depósitos à vista estavam em torno de US\$12.000.000.000,00. Ora, 25% de US\$12.000.000.000,00 dá um montante de recursos a custo zero de R\$3.000.000.000,00. Se os dados que recebi não estão errados - estimo que estejam até um pouco exagerados - os financiamentos dessa safra foram em torno de R\$2.700.000.000,00. A informação que estou tendo é de que já têm recursos liquidados em torno de R\$2.400.000.000,00. Vocês podem ver que se o Governo quiser tomar uma decisão política não dependerá de nada, nem de lei, e muito menos de resolução do Conselho Monetário, porque poderá usar a lei anterior. E resolveria esse problema. Mas ele resiste. O Governo sabe que se abrir mão desse sistema o setor agrícola vai pressioná-lo a outros crescimentos. Será que o setor agrícola, que é a grande saída racional desse País, é pecaminoso, é injurioso? É crime esse setor ir buscar uma fonte maior de recursos para financiar o desenvolvimento da agricultura? Não, o que sentimos é que há medo de que o setor agrícola, um setor desorganizado, ao ser privilegiado provoque reação nos outros setores, mais organizados, para que eles venham pressionar o Governo. Desculpem-me, mas isso não é um governo, é um desgoverno. Governo é para decidir.

Outra coisa que verifiquei em algumas áreas dos economistas, que hoje comandam o sistema financeiro brasileiro, é o medo de que volte a fraude, ou então que os grandes produtores assumam as grandes parcelas dos benefícios. Primeiro, porque não existem grandes parcelas de benefícios, pois todos devem pagar o crédito que tomaram, e se há uma grande tomada, é porque se vai fazer um investimento maior. Mas o governo também tem instrumentos, e a própria Lei nº 4.829 permite a ele estabelecer limites. E esse estabelecer limites seria fornecer um crédito fixo a 6, 7 ou 8% - não quero entrar nessa discussão, porque ela deve ser travada com os próprios organismos do Governo que conhecem os números, como a EMBRAPA e a CONAB. Poderiam perfeitamente estabelecer o limite, por exemplo, financiando até 30 ou 50ha, e que os grandes empresários agrícolas tomassem esse limite e buscassem o restante onde quisessem, sob o seu risco, mas, pelo menos, seria corrigida essa tremenda e dolorosa distorção que está havendo. Estamos quebrando os pequenos produtores.

O Deputado Carlos Pimenta afirmou, com absoluta razão, que hoje há um processo vil, que estamos provocando a queda dos pequenos produtores, que vão aos Bancos porque eles não têm como fechar a conta. E agora a coisa está ficando mais violenta ainda. Houve um momento em que a situação se desequilibrou e tentamos uma solução, por via do Congresso, e os senhores sabem disso. Tentamos, apesar de toda a mídia contra, pois a mídia que os Bancos fazem é a maior que existe, depois do cigarro e da cerveja, o que é natural, porque, nesse caso, os Bancos deixam de ganhar. Não quero dizer que eles perdem. Dizem que nós, os produtores rurais, estamos roubando do povo brasileiro, estamos pagando, mas estamos pagando não o que o povo roubou, e sim, o que o Governo colocou a mais, num arranjo de política monetária.

A situação fica, então, difícil, porque as medidas que conseguimos neutralizar vêm a público de forma absolutamente distorcida. O próprio Presidente da República foi mal informado, e, há dois meses, deu uma declaração que me entristeceu muito. Disse que não podia ceder à pressão da chamada bancada ruralista, porque quem iria pagar as contas seriam todos os brasileiros. É uma mentira. Colocaram na boca do Presidente uma grande inverdade. E eu alertei o Governo para isso. Procurei de imediato reagir contrariamente, dizendo que não há necessidade de nenhum vintém de tributos sobre o orçamento da União. O Governo tem como resolver o problema e, de mais a mais, é preciso acabar com essa pecha que existe no País de que tudo que o Governo faz é para ter rombos e distorções. É preciso montar um sistema de fiscalização mais séria, em que a verdade seja transparente, e haja responsabilidade de quem distorceu o assunto. Do contrário, o nosso País nunca conseguirá se recuperar. Fiz questão de discutir primeiro as colocações do Deputado Carlos Pimenta, que tem absoluta razão ao fazê-las. E nós ficamos aqui, impotentes. Já houve três reuniões da Secretaria de Agricultura com o Governo. Chegando lá, nós, que também somos Governo, vimos que essa conta não se fecha, que o sistema, hoje, é mais perverso. Ontem havia uma inflação descontrolada e se cobravam juros sobre ela. No ano atrasado, a agricultura pagou juros de quase 1.700% ao ano, mas a inflação foi de 1.530%. Foram os juros mais pesados do ano, mas foi uma relação que, percentualmente, não foi muito grande. Deve ter havido juros reais de 12 a 18%. Só que agora acontece o inverso. A inflação está baixa e o sistema monetário, através da política que o Governo exerce, está com os juros muito acima da inflação, no mínimo de 12%, mais a conta do Banco, mais a taxa

bancária, e outras coisas mais.

O agricultor, este ano, deve pagar, se conseguir fazê-lo, a maior taxa de juros da história brasileira, em percentual. Temos um cálculo de que os "slipts" que estão sendo concedidos em setembro, outubro e novembro, vão ser, na sua maioria, de 75%, numa inflação de cerca de 30% ao ano, o que significa que vamos pagar 150% de juros reais. Não há como pagar isso. E, dolorosamente, a expectativa gerada pelo Plano Real, no ano passado, fez, inclusive, subir o preço agrícola, e permitiu ao agricultor uma renda que o estimulou a plantar mais. Mas em 1995 acontece o contrário. O arroz, que foi negociado ainda em cruzeiros pelo equivalente ao preço entre R\$11,00 e R\$13,00, este ano, é vendido, por quem consegue vender bem, por, no máximo, R\$7,00. O preço está entre R\$6,00 e R\$7,00. Caiu, portanto, em praticamente 45% o preço do arroz. O milho, no ano passado, foi vendido a R\$7,00 na safra e a R\$10,00 na entressafra e hoje, em Minas Gerais, está sendo comercializado por preço que varia entre R\$5,00 e R\$6,00. Estamos com uma queda, no preço do milho, em torno de 37 a 40%. De um lado, os juros subiram, e de outro, os preços caíram. A equação não fecha. Isso está nos preocupando, porque o Governo está com uma estratégia política, de qualquer forma, está fazendo ouvidos moucos e não está ouvindo as lideranças. Não há movimento ruralista contra o Governo, não. Os senhores são parlamentares e têm experiência. Obter-se 380 votos a favor de uma "trombada" do Governo, que foi a de derrubar a TR, não é coisa fácil. Só houve 60 votos do outro lado. Não é um movimento isolado da bancada ruralista, mas um movimento de reconhecimento da injustiça que estão fazendo. Qualquer representante do povo, mesmo o da área urbana, está começando a sentir que não dá para continuar assim. Estou procurando esclarecer aos senhores com detalhes. Tenho uma vivência muito grande nessa área. Nestes últimos anos passei pelo Governo, pelo Congresso, fui Constituinte, sou Secretário aqui há quase quatro anos e meio e gostaria que os senhores entendessem bem esses mecanismos, porque temos que encontrar soluções rápidas, do contrário vamos ter um desastre total no sistema produtivo brasileiro, e Minas Gerais não vai ficar atrás. Minas está numa situação que não é das piores do País, porque a pecuária de corte está relativamente estável, tendo conseguido sair dos financiamentos governamentais; se não, estaria quebrada também. A pecuária mineira está passando por uma fase de remuneração que não é a ideal, mas razoável, e o café recuperou seu preço, ultimamente. Esses três produtos são os principais da cesta econômica da agricultura mineira. Além disto, o agricultor mineiro está sendo mais agressivo, está procurando trocar mais rapidamente seu sistema produtivo. Minas, hoje, é o Estado que mais cresce em irrigação, e o faz buscando produtos mais sofisticados, de mais alto valor relativo, exatamente para poder equacionar seu sistema econômico.

Estive em Paracatu, quinta-feira passada, numa reunião impressionante. Lá estavam reunidos, segundo a relação que apresentaram, 146 "irrigantes". Não sei se os senhores sabem, mas Paracatu, Unai, Brasilândia, aquela região toda já tem 40.000ha de área irrigada sob pivô central. E o pivô central era voltado para a cultura de grãos, na época em que o grão remunerava.

Só que, este ano, eles conseguiram chegar ao nível mais sofisticado da produção de grãos: sementes genéticas, sementes híbridas... Quer dizer, só estão fazendo aquilo que tem maior valor agregado, e todos eles, fazendo suas contas, não vão conseguir pagar sequer o custeio, ou seja, os juros e os custos. Então, eles estão se reorganizando para tentar mudar rapidamente seu sistema produtivo. Mas isso não se faz num toque de mágica. O sistema produtivo muda, sim, mas dentro de limites. Não há como, de uma hora para a outra, aparecer, naquela região, mudas de banana, de abacaxi, de mamão, em número suficiente para resolver o problema. Quer dizer, vão pagar uma compra da qual não dão conta. E vejam que são produtores altamente evoluídos, que já desenvolvem a agricultura no mais alto grau de sofisticação, com técnicas agrícolas, genéticas, etc. E não vão conseguir!

Esse quadro que estamos vivendo é perigosíssimo, e temos que enfrentá-lo. Com isso, quero mostrar aos senhores que minha preocupação na Secretaria, agora como no Governo Hélio Garcia, tem sido esta: consumir muito mais o meu tempo em procurar discutir e debater a política agrícola. Acho que essa é a maior contribuição que posso dar a meu Estado. Quando vou ao interior, procuro mobilizar todo mundo. Sei que uma andorinha só não faz verão e sei também que, quando minha cara aparece na televisão, muitos falam que lá está o chorão. É evidente que ficamos com uma marca, mas estamos tentando aclarar a situação para a sociedade brasileira. É preciso que a sociedade brasileira compreenda que, no final, ela é a grande prejudicada nesse processo. Não tenho dúvida disso.

Outro dia, debatendo com um Ministro de Estado, ouvi a seguinte questão: "Paulinelli, para quê vamos trocar a política agrícola se, ano após ano, a safra está crescendo?" É até difícil de explicar. De fato, a safra está crescendo, graças, especialmente, àquele investimento feito na década de 70, quando criamos a EMBRAPA e, nos Estados, as empresas estaduais, que geraram o maior sistema de pesquisa do Terceiro Mundo. O Brasil deve se orgulhar de ser o único país tropical do globo que

tem tecnologia tropical disponível para competir com os tradicionais e milenares países das regiões temperadas, que, além de possuírem dinheiro, investiram muito em tecnologia. Temos, sim, capacidade competitiva, mas estamos destruindo-a, por via de um sistema econômico-financeiro desarranjado. De forma alguma isso pode acontecer. O crescimento da safra não se dá em razão da área. Aí, vou assustar os senhores: em 1939, nas áreas de culturas anuais (não estou falando de florestas nem de pastagens, artificiais ou não, mas de agricultura), plantamos 44.000.000ha, no Brasil. Se os senhores consultarem as estatísticas, verão que, em 1979, o Brasil plantou, nas chamadas tradicionais culturas de grãos, 37.000.000ha. A área encolheu! Estamos regredindo, em área. Estamos crescendo na produtividade, que aumentou mais de 40%. Aí, aquele Ministro me disse: "Mas no ano passado nós crescemos em área!". E crescemos, mesmo. Sabem por que razão? Foi a expectativa criada com o Plano Real que conseguiu, naquela fase inicial, elevar um pouco o preço, e o agricultor vendeu, livre do Governo, sem precisar da proteção do preço mínimo. Então, o agricultor fez uma expectativa de renda, porque investiu totalmente. E coitado dele! Se tivesse depositado o dinheiro em Banco, ele estaria em muito melhor situação do que tendo plantado, porque, com certeza, vai perder dinheiro.

E eu fiquei com um constrangimento. Quem tiver boa memória deve se lembrar que, depois daquela fatídica reunião de 8 de agosto, em que nós, Secretários de Agricultura, não chegamos a um acordo com a equipe do Sr. Ricupero, voltei a Minas e disse, na televisão, de forma dura, que os agricultores mineiros tomassem cuidado e não pegassem o crédito rural, a não ser que tivessem alta produtividade - a qual citei. Hoje, estou acanhado, porque a produtividade que citei não foi suficiente. Eu disse: quem tiver menos de 76 sacos de milho por hectare, só "troca cebola". Creio que vocês sabem o que significa a expressão "trocar cebola": ele só paga o que tomou, não remunera seu trabalho, não paga o desgaste da máquina, não paga o uso da terra; ele só "troca cebola". E, com relação à soja, eu citei 36 sacos. Eu fazia esses cálculos baseado no preço mínimo, mas o Governo voltou suas costas ao preço mínimo. O preço mínimo do milho é R\$7,22, mas ele está sendo comercializado, em Minas, por R\$5,00, R\$5,50.

O Governo finge que não está vendo. O agricultor vai acabar, de duas uma, ou deixando de pagar ao Governo, ou entregando para ele o produto, para garanti-lo na lei. Isso não existe, é uma situação inviável, mesmo que protegida por lei. Essa é uma situação dolorosa para nós, é um problema que precisa ser corrigido. Nenhuma das propostas feitas no Fórum de Secretários - eu fiz uma por escrito e estou levando-a no dia 19, a uma reunião em Goiás - requereu expansão de base no mercado, aplicação de recursos não viáveis. O Governo tem a solução em sua mão, mas infelizmente não quer tomar a decisão política. Parece que ele não acredita na agricultura. Vejam os senhores que, se isso continuar ocorrendo, será difícil. Estamos em uma época de ajustes, e o Presidente Fernando Henrique tem compromisso com a agricultura. Minha expectativa é que este problema seja resolvido já. A safra está sendo comercializada, o agricultor está com um salário negativo, e isso vai provocar um tremendo desajuste.

Vimos ainda ontem, na imprensa, que a safra de trigo no Brasil, este ano, vai ser 20% menor. Praticamente não produzimos mais trigo. Fico muito pesaroso. Dias atrás, nas comemorações de 50 anos da FAL, tive oportunidade de dizer que o Brasil foi o 2º exportador de alimentos do mundo, em 1977, e em 1991, 14 anos depois, o 2º importador de alimentos. O primeiro foi a URSS. O Brasil se desfez de lá para cá. A previsão que fiz, e acredito que esteja correta, é de que o Brasil vai importar, este ano - pasmem os senhores, o Brasil, com este enorme potencial agrícola. Um país com este espaço agrícola, considerado o maior do mundo, com grande tecnologia e com capacidade competitiva com as áreas tradicionais, o Brasil vai importar este ano R\$12.000.000.000,00 em grãos, e seremos, infelizmente, o 1º importador de alimentos do mundo. Isso é triste, não pode continuar acontecendo.

Srs. Deputados, Minas está no contexto das considerações apresentadas; se não está pior, é devido a essa funcionalidade que acabei de citar, que nos dá uma alternativa. Isso é que nos preocupa. O esforço que estamos fazendo hoje é para recolocar a agricultura, não só de acordo com a tese da década de 60, segundo a qual o importante é produzir a qualquer custo, produzindo nós vendemos, e o preço está bom, temos de produzir com competitividade, com qualidade, para podermos fazer o que é fundamental, ou seja, garantir nossas funções nos mercados que estamos conquistando, tanto interno quanto externo. Estamos pegando sucessivamente também o mercado interno, isso é muito importante. Atualmente, o tributo e o juro impedem que o Brasil seja auto-suficiente na produção de trigo. Ainda na semana passada, o Prêmio Nobel da Paz, em São Paulo, convidado que foi por nós, afirmava que o Brasil não é auto-suficiente na produção de trigo porque não quer, politicamente. Já detemos tecnologia e agricultores capazes. Não sou eu que estou dizendo, não, é o Prêmio Nobel da Paz.

O ponto fundamental que vejo é que o governosente sempre o risco. Já fui governo, e sou governo atualmente. O calo dói, e cortamos os sapatos no lugar mais frágil, e a agricultura, pela sua própria atividade, dispersa como é, é menos organizada. Ela é

sempre escolhida para pagar a conta. Estamos pagando quase sozinhos os planos anteriores. A economia, hoje, não aguenta mais planos. Estamos pagando essa conta com desacordos, desacertos, com grande desestruturação no sistema produtivo, que é muito válido. Todo mundo respeita o Brasil hoje, como país competitivo.

Isso precisa ser mudado, mas não adianta ficarem somente meia dúzia. Uma andorinha só não faz verão. É fundamental que a sociedade brasileira se conscientize e entenda que é ela própria quem paga por esses desajustes. Vocês vão ver os preços dos produtos agrícolas no ano que vem. Se o agricultor não tiver uma solução imediata, ele vai plantar menos no ano que vem. Conseqüentemente, haverá menos produção. E quem vai pagar, nessa história toda, é o consumidor. Mas será tarde, porque o sistema não pode ser reavaliado de uma vez. É preciso que esse assunto seja discutido em todos os foros, eminentemente na Assembléia Legislativa de Minas, cuja liderança é muito importante. Viajo muito, converso muito, tenho amizades em todo o País e até no exterior. Sinto que Minas está crescendo em sua posição. É um Estado que tem um projeto mais sério, que tem acesso aos créditos externos, que está procurando inovar. Isso é importante, mas não podemos agir isoladamente. Estamos num contexto que se chama Brasil, e temos que tentar fazer com que nosso País abra as possibilidades para que o Estado de Minas Gerais, assim como outros que queiram trabalhar seriamente, possam despontar.

Sobre a agricultura mineira, diria que tenho grandes expectativas sobre a possibilidade de que Minas possa voltar a crescer e ter, na economia agrícola, o grande suporte para o salto de desenvolvimento que quer dar. Mas é preciso que o rearranjo da política agrícola seja imediato. Em segundo lugar, as chances são grandes. Minas tem a vocação de abastecedor dos grandes estômagos nacionais. Somos um Estado mediterrâneo, cercado pelas grandes áreas consumidoras - São Paulo, Campinas, Ribeirão Preto, Goiânia, Brasília. Minas abastece, ainda, a CEASA de Recife, a de Salvador e a do Ceará, além de Vitória e do Rio de Janeiro, tradicionais compradores de produtos mineiros. Vejo nisso a grande saída. O Plano Real abre uma perspectiva de que, se, pelo menos, o Governo não atrapalhar, Minas tem saída. O Governo precisa colocar um basta nos arranjos de política monetária, que estão penalizando o setor. Não estou pedindo subsídio para a agricultura. A agricultura mineira e a brasileira podem se desenvolver sem ele. Defendo-o para esse pequeno produtor, que foi maltratado e desalojado. A ele precisamos dar um subsídio, não como solução econômica, mas como solução social. Há um grande débito por parte da sociedade brasileira para com esse pequeno produtor, para com esse sem-terra, que precisa ser alojado. Mas não basta ter a terra. É necessário investir nela. E aí defendo o subsídio. Deve haver recursos subsidiados, para que se inicie ou se reinicie seu processo produtivo. O produtor precisa de ajuda. Mas isso não é subsídio econômico, é subsídio social, que qualquer nação independente pode fazer, sem crítica de ninguém.

A chamada agricultura comercial e industrial brasileira não precisa de subsídio, pois pode competir sem ele. O que ela não pode é ser atrapalhada, massacrada. Nossa agricultura é a que paga hoje o maior tributo, as taxas de juros mais elevadas do mundo. É a única atividade cujo mercado é realmente competitivo. O agricultor nunca põe preço em seu produto. Quando vai vendê-lo, ele pergunta: "Quanto você paga no meu produto?" Ele não chega dizendo: "Quero tanto no meu produto." É o contrário. É um livre mercado. O agricultor já nasceu vivendo no livre mercado e quer continuar nele. Apenas quer que haja racionalidade em termos de política monetária, econômica e fiscal, para que possa sobreviver. Tenho esperanças.

Se perdi em todas as votações da Constituinte no que diz respeito à tributação dos produtos agrícolas, acho que ganharei agora, pois o próprio Governo reconhece que tem de mudar isso. Estou com o sentimento de que todas as propostas, tanto do Congresso quanto do próprio Governo, devem buscar a chamada isenção de produtos básicos e colocar um tributo compatível com os de nossos competidores, nos produtos nobres da agricultura.

Considero que o Governo chegou ao fundo do poço. Ele tem de resolver o problema monetário, bem como o de crédito rural. Isso, meus caros Deputados, abre uma perspectiva sem precedente para Minas Gerais.

Não estou dizendo que o Governo esteja bem. Temos muitas deficiências. Se o Governador Hélio Garcia levou um período tão grande para poder reajustar a economia mineira, deixando-nos, ainda, poucos recursos, mas permitindo-nos que reestruturássemos o sistema operacional da agricultura, que não está como gostaríamos que estivesse, vamos ter uma ação de governo que espera poder ajudar o agricultor, resolvida a premissa que aqui levantei.

Eu sou Governo, mas, antes de tudo, sou um profissional que fez um juramento de que não faria besteira. Não vou levar nenhum agricultor, que já pude ajudar em outras épocas, as chamadas épocas das vacas gordas, a ir para a falência. Coloco essa premissa porque acho que, de sã consciência, ninguém pode levar o agricultor a fazer investimentos, nessa situação que aí está, a não ser que seja um agricultor excepcional, que trabalhe com um produto excepcional. Entretanto, deve ter cuidado,

porque existe uma tal de senóide, de safras altas e preços baixos, que pode mudar a situação.

É preciso que tenhamos um pouco de consciência como Governo também. Não é para aumentar a área produtiva de Minas que vou fazer uma aventura com o produtor. É necessário orientá-lo bem. O nosso sistema operacional deve exercer essa função, pois possui profissionais competentes, sérios e comprometidos com sua própria formação profissional e com a sua função pública. Temos certeza de que nossos profissionais não levarão os agricultores ao desespero.

Espero que os senhores desta Assembléia nos acompanhem, nos ajudem e nos critiquem, porque ação de política agrícola não é fácil, especialmente as de desenvolvimento de atividade agrícola, mas as perspectivas são boas e temos condições de fazê-lo. Minas tem condições de sair na frente. Sinto que Minas puxará o carro novamente, pois é hoje o Estado que mais cresce para a agricultura sofisticada. Graças a Deus, o Governo Eduardo Azeredo está nos permitindo montar um programa de ajuda nacional ao agricultor. O programa Qualidade em Minas está pegando. O nosso café já vale mais, bem como o nosso leite. A nossa carne também valerá mais. Se Deus quiser, além de os senhores aprovarem a Lei de Inspeção e Fiscalização, já estamos montando o sistema. Com isso, a nossa cachaça está valendo mais. Vemos que alguns dos que trabalharam para isso estão satisfeitos, pois estamos organizando o setor produtivo da cachaça. É uma vergonha Minas ter que importar cachaça, se temos a melhor cachaça brasileira. Isso é um exemplo de que se organizando, se faz. As nossas frutas estão começando a ser organizadas em termos de qualidade e competitividade. É isso que vamos fazer: vamos abrir espaços e chegaremos lá, tenho certeza.

Farei um comentário especial sobre a situação do Norte de Minas, sobre a qual fui questionado, especialmente pelos Deputados Carlos Pimenta e Paulo Piau.

O Norte de Minas, o Jequitinhonha, e este ano, infelizmente, o Mucuri, foram regiões muito atingidas, não só pela voracidade do sistema de política agrícola, mas, tristemente, por um longo período de seca, que as prejudicou muito. O Estado tentou, de uma forma objetiva, ajudar, mas a seca veio e matou todas as lavouras chamadas de verão. Deu-nos somente a chance de acudir o pequeno agricultor e sua última lavoura, que é a de feijão.

Conveniamo-nos com a EMATER, com a ajuda do Governador Eduardo Azeredo, para levar 400t de produtos, como sementes de feijão, para aquelas áreas atingidas.

Quero até confessar que estou muito feliz, porque já tenho recebido os resultados. Parece-me que São Pedro cooperou um pouco, não dando chuva o suficiente, mas o razoável, e a maioria das lavouras de feijão estão boas.

Em anos de desequilíbrios ecológicos como esse, surgem problemas graves. Em 1972, enfrentei o mesmo problema que estamos enfrentando este ano: um ataque intenso de gafanhotos. Foram detectados, inicialmente, numa área que pensávamos fosse de 20.000ha. Ao chegarmos ao local, constatamos que já se tratava de 200.000ha. Tomamos as devidas providências, contamos com a ajuda do Governo Federal, que acabou nos ajudando com R\$300.000,00. O Governo Estadual, através do IMA, gastou cerca de R\$900.000,00, além da infra-estrutura própria, e fizemos um sistema de parceria com os produtores. Combatemos o gafanhoto, começando nos 200.000ha. Só que, durante o combate, ele se expandiu e chegou a atingir uma área estimada em 430.000ha. Fizemos o que foi possível. Admito que alguma falha houve, especialmente no combate terrestre, porque não temos condição de acompanhar a todos que estão fazendo a aplicação. O combate aéreo, para nós, é mais fácil, mas existem áreas em que ele não é recomendável. Acho que, dentro do que foi possível, fomos eficientes. Deve ter havido um relativo controle. Admito que, no ano que vem, possamos ter uma pequena infestação, mas estamos mantendo vigilância na região.

O gafanhoto adulto fecunda e coloca o ovo no solo. Aquele ovo só vai eclodir no ano seguinte, num período quente e não muito úmido. Se for úmido, ele tende a não eclodir, mas, se o período for intermitente, como o que tivemos este ano, ele, naturalmente, vai eclodir. Espero que, se houver uma pequena infestação, estejamos preparados para enfrentar e resolver a questão logo no início. As chuvas na região parece que continuam. As pastagens recuperaram um pouco, o que traz um certo alento à economia. Gostaria, entretanto, de ser muito franco com os senhores. Especialmente a chamada Região Norte e o Jequitinhonha estão numa situação muito tétrica, pois, na realidade, estamos trabalhando com pouca opção. Não dá para recomendar ao Governo que se façam as lavouras tradicionais, as chamadas lavouras brancas (de arroz, feijão e milho), num regime normal de chuva. Tenho tido o cuidado de analisar as estatísticas: a última grande safra do Norte de Minas foi em 1983. Já se vão 12 anos de uma safra cheia. De lá para cá, temos tido desencontros sucessivos. Diante disso, tenho que ser realista com os senhores. Não estou falando que aquela região seja um problema. Quando estava no Governo Federal, falei que o Nordeste não era problema, mas a grande solução. Hoje, repito a frase, mudando o seu sujeito: o Norte de Minas não é problema, mas a grande solução que temos para o nosso Estado. Isso, graças à irrigação. Daí, os senhores estarem me vendo neste entusiasmo, que, aliás, não é só

meu. É também do Governador, que até me surpreendeu. Ele é o maior entusiasta da irrigação. Já a colocou, inclusive, como prioridade, entre seus cinco pontos da política estrutural de Minas Gerais. Se Deus quiser, vamos fazer aquela região crescer.

Tenho uma vontade enorme de que o Governo Federal resolva sua política econômica, especialmente no que diz respeito ao crédito rural. Acontecendo isso - vou dar uma declaração que pode chocar os senhores -, o Governo vai correr atrás da iniciativa privada, que será muito mais agressiva do que esperamos.

O Norte de Minas, hoje, é a vedete da produção nacional de produtos nobres: hortaliças, frutas e legumes. E vai, ainda, partir para a sofisticação. Vejam bem o que estou dizendo: aquela região vai fazer pecuária intensiva, utilizando a irrigação, e obterá lucro. Basta que haja equilíbrio econômico e acerto na política agrícola.

Temos obrigações demais. Estamos fazendo um esforço que não é fácil de se fazer hoje em dia. Os senhores são as grandes testemunhas. O Governo não tem dinheiro sobrando. Para se meter num projeto, como estamos nos metendo, é preciso ter muita disposição. O Projeto Jaíba, por exemplo, já era para ter terminado.

Fui um dos que trabalharam na estruturação do Jaíba desde o seu início. É evidente que esperava que o Jaíba fosse feito em 15 ou 20 anos. Já passamos desse prazo, mas quantos desacertos se passaram! Já fui Secretário da Agricultura, cheguei a Ministro e não precisava voltar às atividades políticas. Tenho minha atividade profissional, poderia estar trabalhando com meus filhos, mas o Hélio Garcia me disse: olha o Jaíba, temos que reativá-lo. Meu coração não resiste, pois esse é o grande projeto nacional. O Jaíba vai mudar o Brasil. É uma nova mentalidade, uma nova oportunidade que surge. Lutei quase quatro anos por isso e agora tento vencer as dificuldades, porque faltam verbas, as empresas quebram.

Hoje a CODEVALE acertou, com muita seriedade, e houve um contrato de parceria da Goes Coavita com a Queiroz Galvão, que anteontem iniciou seus trabalhos na área e já nos procurou para dizer que, para evitar o prejuízo, terá que apressar as obras. Acho ótima solução. Nosso compromisso agora é ajudar a CODEVALE a liberar os recursos, mais de US\$27.000.000,00 para completar o Jaíba 1, que está com cerca de 20.000ha irrigados. Este ano assentaremos os colonos da região e estamos fazendo a concorrência da Gleba C2, que tem uma área total de 10.700ha e terá uma área líquida irrigada de 8.700ha, mesmo com esse desencontro entre a política econômica e a política agrícola até a semana antepassada, para 262 lotes, 1.300 compras do edital. Está vindo gente do Brasil inteiro concorrer ao assentamento na chamada área empresarial. O Projeto Jaíba 2, depois de muita dificuldade, foi acertado com a EGF, que ganhou a concorrência e foi contratada. Os trabalhos já iniciaram. Queremos evitar as polêmicas que ocorreram no Jaíba 1 e tentar fazer concomitantemente o projeto da área de meio ambiente e o projeto de engenharia. Tenho certeza de que a firma tem competência para cumprir os prazos, e esperamos que em 1996 as obras do Jaíba 2 estejam sendo iniciadas. Temos o dinheiro contratado, que está à disposição do Governo mineiro. Contratamos uma empresa do Japão, e esse projeto deve iniciar-se com 620 pequenos e médios produtores da região.

Semana passada, acabamos de acertar, em Brasília, uma das chamadas dificuldades. O canal principal começa com 80m³/s. Depois tem um segundo degrau com 75m³/s. A CODEVASF chegou até o limite que precisava. Para chegar no chamado ponto do Jaíba 2, que é obrigação do Estado, faltam 2,2km, que custam US\$8.000.000,00. Isso gerou polêmica porque a EGF não permitiu que o Estado investisse recursos do empréstimo. Tirar US\$8.000.000,00 para fazer uma obra nova no Estado hoje não está fácil. Acabamos de acertar isso em Brasília, mas amanhã o Ministro deve anunciar a autorização para a construção dos 2,2km, e, assim, fica resolvido um dos pontos que faltava.

Gostaria de ressaltar que o Governador Eduardo Azeredo deve solicitar - e espero que o Ministro autorize - a chamada ampliação do Gorutuba. O Gorutuba foi projetado com a barragem do rio Itapeva, para fazer, no sistema anterior, 8.000ha. Hoje, o Gorutuba deve estar com 6.000ha. Com a evolução tecnológica, mudou-se o sistema de irrigação, que não mais é feito por meio de irrigação de canais, mas por microirrigação.

Hoje, praticamente 50% da área do Gorutuba está sendo feita por microirrigação, sistema bastante evoluído que economiza água, é mais racional, faz a fertilização e combate a erva daninha, permitindo que se obtenha maior produtividade. Com isso, deve haver uma economia, e deveremos ter o anúncio da ampliação da margem esquerda. O projeto original dá possibilidade de conseguirmos acertar a forma de ampliar a água disponível, quer pelo abastecimento do Gorutuba via rio Mosquito, seu afluente, ou pelo afluente do Mosquito, o Retiro Novo.

Estamos realizando estudos sobre essas barragens e vamos poder deixar o Bico da Pedra só para o Gorutuba, o que pode deixar este entre 11.000 e 13.000ha. Estamos apressando os estudos, e me parece que o Governador, amanhã, levará como prioridade ao Governo Federal - entre os projetos que o Presidente anunciará dia 19 - a

ampliação do Gorutuba.

Os Deputados que são da região sabem que o Gorutuba, hoje, é uma realidade, não há mais dúvida. É a grande realidade brasileira. Estamos transformando aquela área em um grande centro produtor de bananas para o consumo interno. Posso anunciar que os principais agricultores já partem para a concorrência internacional. Eles vão conseguir competir no mercado internacional. Essa é uma obra que considero fundamental para o Norte de Minas, porque, junto com o Jaíba, estabelece equilíbrio na região, o que será fundamental ao desenvolvimento agrícola local.

Os senhores sabem que já estamos com a concorrência pronta para os estudos do Plano Diretor de Recursos Hídricos do Rio Verde Grande. Não estamos fazendo isso simplesmente para ocupar a prateleira com mais um metro e meio de relatório. Como fizemos no Jequitinhonha - cujos resultados o Governador já anunciou - vamos fazer também no rio Verde Grande. A concorrência foi aberta anteontem. A firma ganhadora já deve ter sido anunciada. As demais têm prazo para recorrer, e espero que esta semana, com a presença do Ministro, possamos ter autorização para iniciar os trabalhos do Plano Diretor. É um fato inusitado para a região.

Todos nós sabemos que o rio Verde Grande é o grande problema da região. Temos de solucioná-lo: ou as barragens de cabeceira, ou as águas do São Francisco, ou outra forma qualquer. Agora, vamos deixar o "achômetro" de lado e enfrentar o problema tecnicamente. Está sendo contratado um estudo de alto nível, e, com isso, tenho certeza de que o Governo Eduardo Azeredo poderá atacar de frente o problema do rio Verde Grande.

Além disso, fizemos, no Governo Hélio Garcia, na área do Jequitinhonha, o primeiro grande estudo de plano diretor de recursos hídricos. Isso foi possível com os recursos que conseguimos do Banco Mundial, a fundo perdido, no valor de US\$1.300.000,00. Posteriormente, pela eficiência do trabalho e pelo entusiasmo que ele gerou, conseguimos um aditivo de 25%. Está sendo criado o I Grupo de Gerenciamento de Planos Diretores de Recursos Hídricos em Minas Gerais, incluindo treinamento de pessoal. Isso foi o que possibilitou ao Governador Eduardo Azeredo conseguir o financiamento para que façamos mais 12.000ha de área irrigada no vale do rio Pardo e no Jequitinhonha.

Estamos preparando o projeto para o Banco Mundial, que já enviou resposta ao Governador. Estou bastante satisfeito e quero dizer que isso é um desafio. Volto a dizer que o sistema de irrigação que se está adotando é diferente do que se está processando no Norte de Minas. Aquela é uma irrigação como quer o Governador, profundamente voltada para a área social. Estamos vendo menos a viabilidade econômica e mais o resultado social: a geração de empregos e o aumento da produção, gerando condições de sobrevivência naquela região.

Tenho muita esperança de que, de acordo com os estudos feitos, ainda no Governo Eduardo Azeredo possamos ter grande parte dessa área irrigada, se não toda a área. Estamos tentando usar um processo mais avançado, por meio da lei das concessões, para usar, de forma mais direta, o financiamento com as empresas empreiteiras que tenham capacidade de fazer isso - e nós temos várias em Minas -, no menor espaço de tempo possível.

O Deputado Carlos Pimenta me perguntou sobre o Jequitaiá. O Jequitaiá foi um projeto que estive nos meus sonhos desde 1978, quando consegui que o Governo Federal fizesse o primeiro estudo. Verificou-se que o Jequitaiá era um dos melhores projetos que o País tinha. Mas esse estudo mostrou certa fragilidade. Foi, então, recomendado um reestudo. Entretanto, caíram as prioridades. Quando voltei ao Congresso Nacional, como representante de Minas, fiz carga, outra vez, sobre o Jequitaiá. Consegui colocar recursos no orçamento, para refazer o plano. Este foi refeito, e, hoje, indiscutivelmente, o Projeto Jequitaiá se viabilizou como o projeto de mais alta capacidade de retorno que o País tem, em termos de irrigação. Ele pode chegar a 41.000ha e permite a regularização do rio. Essa celeuma sobre a transposição é interessante. O rio Jequitaiá - poucos sabem disso - tem uma vazão de 500m³ na cheia, e essa vazão vai para a 2m³ na seca. Isso nem permite irrigar o que já existe lá. O projeto regulariza a vazão desse rio, entre 42 e 45m³/s, de forma permanente, dependendo do período, pois sabemos que há períodos de chuvas e períodos mais secos. O projeto também permite que usemos aquela água até para a geração de energia. Vai dar-nos, de troco, duas usinas, uma com 12MW e outra com 8MW, o que barateia ainda mais o projeto. É o projeto mais barato e mais viável.

Vou antecipar aos senhores o que estamos fazendo: o Governador nos recomendou um estudo para que possamos realizar, nesse projeto, uma experiência para país de Terceiro Mundo. Vamos usar um sistema chamado "projeto turnkey", que seria contratado em concorrência entre grandes empresas, com financiamento internacional que já estamos agilizando, de forma direta. O Governo só vai fiscalizar e só vai indicar pessoas contactadas, como está sendo feito, por exemplo, no Jaíba. Se acertarmos isso, é provável que esse projeto possa ficar pronto três anos após a decisão final da concorrência, segundo o próprio estudo já feito no projeto.

Vamos tentar tocar o Jequitaiá, sim. Não é nenhum sonho maluco. O Jequitaiá vai ser a grande alternativa para resolver o problema dessas levadas de imigrantes. Os Deputados que são da região podem ver paranaenses, catarinenses e paulistas que vão para lá. Nos hotéis de Janaúba, não se encontra lugar. Dois Deputados aqui podem confirmar que, naquelas listas que mostram a origem dos imigrantes, a maioria dos nomes é de paranaenses, catarinenses e paulistas. Por que isso? A banana brasileira era fornecida por São Paulo, Paraná e Santa Catarina, naquela região entre a Serra do Mar e o mar. Eles descobriram que, nesse ovo de Colombo mineiro, chamado Norte de Minas, a banana tem uma capacidade produtiva que é o dobro da deles e dá durante 12 meses, e não durante 6 meses apenas. Se este ano as coisas foram más para eles, foram boas para o Brasil. Houve uma geada que praticamente arrasou uma safra inteira de bananas deles. Depois, veio uma seca, que não deixou que se recuperasse o bananal. E agora, depois que a seca acabou, eles tiveram chuvas e vendavam com mais de 80km/hora. A agricultura brasileira é nômade e busca, sempre, as melhores soluções. O Norte de Minas é a melhor solução. Não tenho dúvida de que, mesmo com esse esforço que vamos fazer para domar o Grotutuba, para completar o Jaíba, não teremos condições, neste Governo, de terminar essas obras. O Jaíba I deverá ficar totalmente pronto, são 28.000ha de área irrigada; o Jaíba II, 20.000ha e 600.000ha, e deverá ficar pronto em 1999. Mas, em 1998, terá uma parte irrigada. O Jaíba III e IV deverá ser feito pela iniciativa privada. Não há necessidade de o Governo interferir mais. É água de morro abaixo, não há mais obra de grande infra-estrutura. Portanto, dentro das perspectivas, mesmo na contingência mais adversa que estamos vivendo do chamado ajuste do Plano Real, se não tivermos um projeto como o Jequitaiá, vamos ter um processo desorganizado. Além desse projeto, teremos outras áreas ocupadas.

Gostaria, ainda, de dizer aos senhores que, apesar desse esforço que estamos fazendo, por determinação especial, como dizia o Governador Eduardo Azeredo, que, inclusive, está muito preocupado com a região Norte, Jequitinhonha, Mucuri, não temos nenhum estudo detalhado. Mas, se Deus quiser, amanhã, o Ministro do Meio Ambiente, dos Recursos Hídricos e da Amazônia estará em Minas e deverá fazer um convênio conosco. Vamos fazer também um plano diretor do Mucuri e de todos os outros vales de Minas. Vamos enfrentar isso no Governo Azeredo e, se tudo der certo, dentro de um ano e meio deveremos estar com todo o sistema pronto. Vamos somar os nossos esforços aos da Secretaria de Recursos Hídricos e fazer isso de uma vez em Minas. Aí, estaremos preparados para buscar os financiamentos internacionais. Esse esforço é um esforço localizado. Praticamente só temos investimentos maciços. Os recursos do Estado são pequenos, e a maior parte provém de financiamento internacional e, especialmente, serão somados aos recursos do Governo Federal e dos próprios produtores.

Gostaria, também, de dizer que temos uma outra válvula. Aquela região de Paracatu, de Unai, de Brasilândia, terá a ampliação do Projeto Entre Ribeiras. Atualmente, ele está com cerca de 3.000ha irrigados e, dentro de um ano e meio, deverá ter a capacidade de irrigar 11.000ha. São as áreas que, por intermédio do Governo, estamos impulsionando. Quero deixar os senhores Deputados bem alertas. A irrigação em Minas Gerais, hoje, é um fato real. Ela vai se expandir até além do Norte de Minas, em café, em laranja, em abacaxi e em outros produtos. E essa vai ser a grande alternativa. Minas, na década de 70, despontou-se como a precursora do cerrado. Minas, na década de 90, será a precursora da irrigação racionalizada no Brasil.

A Secretaria de Agricultura tem projetos para as outras áreas, especialmente estimulando os agricultores a diversificar a sua produção. Estamos fazendo um projeto especialmente por via dos nossos órgãos EMATER, EPAMIG, IMA, CAMIG, montando estruturas que possam ajudar os produtores a adquirir competitividade. O programa de qualidade vai continuar. O programa de informação é um compromisso do Governador Eduardo Azeredo. Ele está sendo reformulado, e aquela rede de informática vai ajudar muito os produtores. Tenho certeza de que a melhor ajuda que o Governo pode dar, hoje, é manter os produtores bem informados, na decisão de plantio, na época da venda, onde eles tomam as suas decisões e, efetivamente, fazem a sua renda. Vamos fazer um grande esforço, dando continuidade a esses projetos. Vamos fazer um grande esforço na área ambiental. Estamos preparando todo o nosso pessoal para levar Minas Gerais a ter a primeira faixa de agricultura sustentada.

E os resultados começaram a aparecer. Devo muito aos Deputados que nos ajudaram a montar a primeira lei florestal do País. Amanhã, vocês ouvirão o Ministro dizer, com o maior entusiasmo, que Minas era um modelo para ele. Quero agradecer aos senhores que me ajudaram a conjugar aquela lei em uma lei fiscal. Fazer com que o nosso Instituto Estadual de Florestas se transformasse num órgão independente do Tesouro estadual. Hoje, as ações que estão sendo feitas pelo IEF não dependem dos recursos do Tesouro estadual. Quero dizer aos senhores que isso está tendo recompensas. Estamos concluindo o Pró-Florestas I e o próprio Banco Mundial está sugerindo que façamos o Pró-Florestas II, com seu financiamento, para atender essa quase impossível situação insustentável de Minas não ter sua auto-suficiência em biomassas. Sabem os senhores que o Estado de Minas é o maior consumidor de biomassas do País. E embora sejamos o

grande Estado produtor de energia elétrica, só consumimos de 26% a 27% do nosso balanço energético em energia de fonte hidráulica, e consumimos cerca de 41% de energia proveniente de fonte de biomassas. Se nos descuidarmos, podemos fazer de Minas um deserto. Hoje, devemos nos orgulhar, pois temos um Órgão que é o primeiro capaz de fazer um monitoramento ambiental, fazendo um levantamento, de 18 em 18 dias, da situação do revestimento florístico, tecnicamente, via satélite, algo sério e objetivo, o que há de mais moderno. Esse Órgão, por outro lado, traz estímulos. Estamos ampliando nossos parques, melhorando as condições de nossas reservas ambientais, monitorando os nossos recursos naturais. Estamos, também, começando a fazer o reflorestamento ciliar e vamos fazê-lo, juntamente com o Governo Federal, em toda a bacia do São Francisco. Vamos fazer um grande esforço para que Minas se redima e faça da sua agricultura uma atividade sustentável, que é o grande mote nacional.

Gostaria de dizer aos senhores, inclusive, que estamos muito orgulhosos com o sistema operacional de agricultura. O IEF foi escolhido, pela OEA, para receber, nesse setor, em 1995, o Prêmio de Excelência. Vamos receber esse prêmio e comemorar, porque ele se deve à compreensão dos senhores Deputados, ao esforço do ex-Governador Hélio Garcia e do Governador Eduardo Azeredo em propiciar que transformássemos esse Órgão, que estava falido, com greves, com dívidas e ameaçado de se fechar, em um Órgão mais eficiente. Isso nos honra e nos dá estímulos para continuar na luta. O IEF, hoje, tem recursos para ajudar no reflorestamento dos pequenos produtores. São programas que faço questão de manter num ritmo acelerado, porque estão dando os resultados necessários e, também, credibilidade a Minas.

Gostaria de continuar discutindo todos os problemas que temos. Temos problemas como a febre aftosa, e, vou ser franco com os senhores, se o Governo Federal não nos ajudar a resolver os problemas dos Estados vizinhos, especialmente do Norte e Nordeste, não vamos ter grandes êxitos. Os senhores viram que o Presidente aceitou o desafio mineiro e determinou ao Ministro que faça o controle. Se isso acontecer, gostaria que os senhores me ajudassem. Quero que em 1997 Minas não tenha mais nem um foco de aftosa. Se Deus quiser! Estou contando com a colaboração dos produtores, com suas organizações, tanto dos patrões quanto dos empregados, com todas as cooperativas. Quero que isso ocorra, e é um desafio muito grande. Estamos fazendo um combate à brucelose da área bovina e precisamos fazer um combate intensivo à verminose. São programas que estão aí. A EMATER se reorganizou; o IMA está crescendo e vai chegar, se Deus quiser, ao nível de auto-suficiência em que chegou o IEF.

Incorporam-se ao nosso esforço de trabalho, as Universidades, os professores que estão se aposentando cedo, os pós-graduados que estão desempregados. Vamos fazer uma tremenda força de trabalho. Temos garantias de que vamos ter recursos da FAPEMIG para isso, e vamos fazer um programa inovador de pesquisa neste período do Governo Eduardo Azeredo, que nos está garantindo esses recursos. Temos também a CASEMG, que não tem onerado os cofres do Estado, e que precisa também de investimentos. Vamos discutir com o Governo investimentos estratégicos, principalmente em função dos corredores de exportação, como o corredor centro-leste e esse novo corredor que, se Deus quiser, vai fazer com que Unai, Paracatu e a região do Formoso fiquem ligados aos portos. Vamos precisar de investimentos, especialmente para os chamados transbordos e para programas importantes. Para a RURALMINAS, estamos tentando ajustar com os senhores um projeto para agilizar a legitimação de terras. Se houver um acerto com o Presidente da Casa, podemos garantir que daremos 20.000 títulos, no Governo Eduardo Azeredo, tanto de propriedades urbanas quanto rurais. Estamos tentando investimentos básicos para ampliar as máquinas da RURALMINAS. Os senhores fizeram uma ação muito importante aqui, no inquérito que realizaram no Governo anterior ao de Hélio Garcia, quando determinaram que as máquinas fossem devolvidas. Recolhemos uma sucata de cerca de 100 máquinas, e de algumas só nos chegaram os chassis. Nós recuperamos essas máquinas, que estão trabalhando. Fizemos um trabalho de saneamento em 206 cidades, se não me falha a memória, ajudando seus Prefeitos. Fizemos mais de 60km de saneamento agrícola e de irrigação. Era um órgão falido, que eu recebi com a recomendação de que, se não desse certo, podia fechá-lo. Orgulho-me de dizer que a RURALMINAS está recuperada, e temos que investir mais nela. O Governador atual, sabendo das dificuldades por que passou Hélio Garcia, que só conseguiu entregar 72 tratores, autorizou-me a entregar mais 275 tratores e completar o restante no ano que vem. As Prefeituras que estão com seus convênios preparados vão receber, este ano, 275 tratores, e, no ano que vem, o Governador quer saldar o compromisso do Governo Hélio Garcia, pois o programa tem uma repercussão social profunda. São projetos que estamos tentando incluir. Basta que o Governo tome a decisão e acredite na agricultura.

Quero repetir que o Governo precisa acreditar na agricultura, e os senhores verão que os projetos se sucederão. Não estamos dormindo, não. Esta turma de Minas - não é só o Governo, o Secretário, os Presidentes e os Diretores que estão aqui, hoje - é agressiva. Minas não vai ficar para trás. Minas quer ter espaço, acha que tem oportunidade e está brigando por ela. Estabilizada a economia, montada a política agrícola do Governo Fernando Henrique, os senhores podem se preparar, porque Minas

vai responder. Muito obrigado.

Esclarecimentos sobre os Debates

O Sr. Presidente - Nesta fase da reunião, os Deputados poderão formular perguntas aos convidados. Para que possamos agilizar os debates, solicitamos aos inscritos que sejam objetivos e sucintos, dispensadas as formalidades das saudações iniciais. Com a palavra, a Deputada Elbe Brandão.

Debates

A Deputada Elbe Brandão - Quero, Sr. Presidente, usar da palavra neste momento, neste Plenário, para fazer uma moção de agradecimento ao Secretário Alysso Paulinelli, pelo apoio que está dando ao Norte de Minas em dois projetos que, julgo eu, serão estruturantes e decisivos para aquela região. Um deles é a implantação da faculdade de agronomia, em fase final de conclusão. Não é concebível que uma região que possui potencial para desenvolver uma grande produção agropecuária, não tenha uma faculdade para a aquisição de tecnologia.

Estamos aqui, Secretário, para agradecer o empenho de V. Exa., na implantação dessa faculdade.

Outra coisa: a agricultura tem sido a base e o subsídio do crescimento, do aprimoramento e do aumento da produtividade do setor pecuário, em nossa região. Na próxima terça-feira, estarei, juntamente com o Secretário de Indústria e Comércio, em Janaúba, para estudarmos a possibilidade de reabertura do Frigorífico Caiola. Esse frigorífico, que não tem nenhuma dívida com o Estado de Minas Gerais, busca um capital de giro no BEMGE, coisa que estamos tentando viabilizar. Pedimos que o Secretário também se empenhe em favor dessa reabertura e de um tratamento diferenciado quanto ao ICMS.

Quero, ainda, parabenizar Pedro, um norte-mineiro que chega para ajudar a Secretaria da Agricultura, na Presidência da CASEMG, e Casassanta, que é um produtor rural, admirador do Norte de Minas, e pode também dar seu testemunho, nesta Casa, de que somos mais do que a indústria da seca. O Norte de Minas não é apenas um local para sediar elefantes brancos; é um local para produzir; é um local de gente que trabalha. Somos mais do que pedintes; somos mais do que pires-na-mão, somos uma região com potencial de crescimento e de desenvolvimento econômico.

O Secretário Alysso Paulinelli - Agradeço as palavras da Deputada Elbe Brandão. Realmente, tenho acompanhado o esforço dela para a criação da faculdade e, embora esse assunto esteja mais relacionado à Secretaria da Educação, minha área, estamos procurando ajudar, pois creio que a presença dessa faculdade na região repercutirá positivamente no sistema produtivo. Em relação ao Frigorífico Caiola, devo dizer que esse é um problema que estamos tentando resolver, já há bastante tempo. Sei que esse esforço precisa continuar, mas serei muito franco: se não conseguirmos implantar o sistema de inspeção e de fiscalização, dificilmente o Caiola e os outros doze grandes frigoríficos que também estão parados, em Minas Gerais, serão reabertos.

Mas a Sra. pode ter certeza, Deputada, que foi decisão da Assembléia aprovar a lei - pelo que agradeço muito -, foi decisão do ex-Governador Hélio Garcia encaminhar o projeto, foi decisão do Governador Eduardo Azeredo sancioná-lo, e já estamos organizando o IMA para fazer o que o Governo Federal não fez e nos obrigou a fazer (embora eu saiba que não tínhamos condições para isso, como não tem nenhum Estado): a inspeção e a fiscalização. Vamos nos preparar e vamos fazê-las. Desta forma, tenho certeza, não só o Caiola, mas também os outros doze grandes frigoríficos que estão parados, em Minas, serão reabertos.

O Sr. Presidente - Com a palavra, o Deputado Dimas Rodrigues.

O Deputado Dimas Rodrigues - Sr. Secretário Alysso Paulinelli, demais componentes da Mesa, Sr. Presidente da Assembléia, Deputados e Deputadas, público das galerias, também gostaríamos de falar da importância da reabertura do Frigorífico Caiola. Como sabe V. Exa., nosso Frigorífico Caiola é um dos mais modernos da América Latina, proporcionando 500 empregos diretos. Quando eu era Prefeito daquela cidade, o Frigorífico Caiola representava mais de 50% do ICMS do município. Já exportamos carne bovina para o Mercado Comum Europeu, como sabe V. Exa., e, hoje, nossos bois estão sendo vendidos, às vezes até clandestinamente, para o Nordeste e para outras regiões. Então, este Deputado, juntamente com o Prefeito e nove Vereadores, esteve com S. Exa., o Sr. Governador do Estado, pedindo-lhe a reabertura daquele frigorífico e mostrando-lhe a importância disso. Em audiência pública municipal, dia 20, em Janaúba, a prioridade número um foi a reabertura desse frigorífico (embora saibamos que isso não é matéria relacionada ao orçamento do Governo).

Sabemos, Sr. Secretário, da sua luta em prol dessa grande Secretaria, que é tudo para o Norte de Minas. V. Exa. conhece nosso solo. Temos o melhor solo do País. Ali, precisamos apenas de água, de barragens, para sanar nossos problemas. O Norte de Minas enfrenta um problema social muito grave - o desemprego. Só por meio das barragens e das irrigações conseguiremos sanar esse problema. Precisamos, Sr. Secretário, plantar na outra margem do rio Gorutuba. V. Exa. e demais componentes da Mesa sabem que ali produzimos o melhor pepino do País e o exportamos. Produzimos ali

as melhores frutas, as melhores uvas. Produzimos o tomate e o mamão. Precisamos de incentivos de nossos governantes. Fazemos aqui um apelo ao Sr. Governador para a implantação de uma faculdade de agronomia em Janaúba. Depois de conseguirmos a faculdade de agronomia, outros cursos virão. Temos 300 universitários que saem de Janaúba todos os dias, para cursar o terceiro grau em Montes Claros. É necessário urgentemente a implantação daquela faculdade. Por intermédio dessa Assembléia, já conseguimos móveis usados para ali serem aproveitados. Fiz contato com os Deputados Alberto Souza e Elizeu Resende, que são de nossa região, pedindo recursos ao Governo Federal. Como V. Exa. disse, temos o Projeto Jaíba para ser implantado. São 100ha de terra a serem cultivados. Sabemos do esforço dos senhores em prol desse trabalho, e gostaríamos de agradecer a presença do Sr. Secretário e das demais autoridades e dizer que o Norte de Minas tem a maior bancada de representação no Estado de Minas Gerais. Somos 15% desta Casa, e conhecemos profundamente os problemas daquela região. Com a união de nossa bancada e a ajuda do Governo, conseguiremos sanar nossos problemas. Muito obrigado.

O Sr. Presidente - Com a palavra, o Secretário Alysso Paulinelli.

O Secretário Alysso Paulinelli - Agradeço ao Deputado Dimas Rodrigues. Gostaria de dizer ao Deputado que o esforço para resolver o problema do Frigorífico Caiola vem sendo feito há muito tempo, inclusive, o Estado já colocou todos os instrumentos que fossem possíveis. Quero deixar bem claro que agora, com a decisão da Assembléia de aprovar a mensagem do Governador Hélio Garcia e a intenção do Governador de sancionar esta lei, teremos este problema resolvido.

Conheço bem a origem do problema do Bico da Pedra. Na época fizemos uma tempestade. O Ministro Maurício Reis tomou a decisão de resolver a situação, e o Presidente da época, General Ernesto Geisel, mandou liberar recursos federais, para a barragem. Eu brincava na época dizendo: "achamos que dá". Estamos achando até hoje que dá. Garanto que com esse estudo que foi determinado pelo Governador e com a licitação cujo contrato deverá ser assinado após o prazo de impugnação, vamos deixar o "achômetro" de lado e estudar os leitos que devem ser barrados, para dar perenização. Isso, nos rios Verde Grande, Gurutuba, Mosquito, e todos os outros que irrigam a região. Acredito no potencial daquela região, e sei que agora vamos ter um instrumento altamente técnico para tomar essa decisão junto ao Governo Federal. O Governador está disposto a fazer a contrapartida com o Governo Federal. Ele está decidindo quanto à margem esquerda, e tenho certeza que ela ficará pronta. Agradeço muito as referências feitas, mas se estou ajudando é porque acredito na região.

O Sr. Presidente - Com a palavra, o Deputado Clêuber Carneiro.

O Deputado Clêuber Carneiro - Ilustre Secretário Alysso Paulinelli, só para registrar gostaria de dizer que sempre o admiramos e achamos que V. Exa. é o símbolo do otimismo na coisa pública.

O senhor é um inveterado otimista. Achamos mais, que o senhor é um semeador de esperanças. Por isso estamos aqui, para registrar nosso contentamento em ouvi-lo por tão longo tempo; e o senhor nunca nos cansa. Ouvir sobre assunto técnico por muito tempo, para quem não é técnico, é cansativo; mas o senhor não nos cansa. Quero ainda parabenizá-lo por sua vinda, parabenizando duplamente sua equipe, que lhe dá essa força e é um esteio, a alavanca maior desse seu trabalho dinâmico. Parabéns, Alysso.

O Secretário Alysso Paulinelli - Muito obrigado. Quero agradecer ao meu amigo, Deputado Clêuber Carneiro. Às vezes, fico um pouco acanhado, porque o coração dos amigos sempre é maior e, às vezes, exagera. Mas fico muito satisfeito. Acho que continuo semeando, sim. Sei que este é um dos projetos pelo qual você também luta muito, Clêuber. Acabamos de conseguir um recurso para dobrar o projeto de Pirapora, que já é um grande centro produtor de uva. Quero avisar a alguns dos Deputados que são da região que vamos dobrar a produção. Ficou acertado que a CODEVASF não só vai reformar aquele sistema, que está meio capenga, como vai jogar água do outro lado da rodovia, o que é parte da grande reivindicação da região. Faço isso com prazer, porque sei que este é um projeto muito importante para o Norte de Minas. Aquela região já é vitoriosa, principalmente na produção de uva, manga e pinha. Um projeto que está com cerca de 600ha vai passar para quase 1.200ha. E, o que é melhor, ele pode ser feito em questão de meses.

O Sr. Presidente - Aproveitando a deixa do Secretário, quero dizer ao Deputado Dimas Rodrigues que a uva de Janaúba é realmente gostosa, mas depois da uva que é produzida em Pirapora. Com a palavra, o Deputado Almir Cardoso.

O Deputado Almir Cardoso - Sr. Secretário, demais autoridades, ontem, dia 9 de maio, o Ministério da Agricultura anunciou a liberação de R\$1.000.000,00 para o programa familiar, com recursos do FAT, para beneficiar a pequena produção familiar que trabalha com áreas de até 100ha. Gostaríamos de saber se em Minas esses recursos serão encaminhados para o FUNDERUR, que entendemos ser o instrumento que o Estado possui para o desenvolvimento agrícola e o apoio a pequenas comunidades rurais organizadas em associações e cooperativas. Já tivemos a oportunidade de conversar com o senhor a respeito desse fundo e entendemos que a produção familiar precisa

realmente ter um apoio, um incentivo particular. Há pouco tempo, a FAU apresentou um relatório onde mostra que, no Brasil, a grande maioria dos produtos para consumo da população ainda vem da pequena produção familiar.

Outro assunto que gostaríamos de abordar diz respeito à reforma agrária. Percebo que hoje o clima de distensão, de abertura, inclusive ideológica, que vivemos com o fim da guerra fria nos permite discutir a reforma agrária sem a tensão que, há pouco tempo, o assunto trazia à tona. A Constituição Estadual, em seu art. 247, § 3º, inciso I, remete ao plano estadual de reforma agrária, quando fala que o encaminhamento das terras devolutas para os assentamentos da reforma agrária independe da autorização do Legislativo.

O senhor falou da distribuição de 20.000 títulos durante o Governo Azeredo, entre rurais e urbanos. A pergunta é basicamente a seguinte: há possibilidade do Governo Azeredo realizar as discriminatórias das terras devolutas, de forma que esse plano de reforma agrária, na Constituição Estadual, possa realmente ser elaborado e implementado?

Uma terceira pergunta, Sr. Secretário, diz respeito à questão dos subsídios. Como o senhor vê a implantação e a implementação de subsídios agrícolas? Seriam implementados através de uma política de preços ou de crédito? Como o senhor vê essa política? Acreditamos ser necessário, para sua aprovação, considerarmos não só a pequena produção, como a produção agrícola como um todo, bem como com relação à política de equivalência de produtos. Como o senhor analisa essa política quando percebemos que hoje, apesar de já implementada, atinge uma parcela muito pequena da produção, não só de Minas Gerais, como do Brasil? Muito obrigado.

O Secretário Alysso Paulinelli - Com muito prazer respondo às suas perguntas, Deputado Almir Cardoso. Algumas delas ensejam quase uma discussão.

Em primeiro lugar, os recursos do FAT serão aplicados na rede oficial. Não temos condição de levá-los para o Fundo. Aliás, voltarei a falar sobre a questão do Fundo, porque temos de estudar uma forma de viabilizar os recursos do Fundo do Estado, mas isso dependerá desta Assembléia. Espero que V. Exas. me ajudem nisso. Na realidade, tentamos fazer um estudo mais amplo, para ver o que aquelas fontes, que foram citadas na lei agrícola do Estado, podem efetivamente representar. Infelizmente, sinto que são insuficientes. Precisamos suplementar esse Fundo e, para isso, contamos com os Deputados desta Assembléia e, se necessário, com o próprio Executivo.

Quanto à reforma agrária, tenho estudado bastante sobre ela e preocupo-me, inclusive, com o aspecto que o senhor citou, "en passant". A reforma agrária foi, em determinada época, discutida no Brasil como uma panacéia: bastava dividir as terras e o problema produtivo estaria resolvido. Isso não é verdade, e todos sabem disso. Felizmente, hoje, a reforma agrária está sendo discutida de forma muito objetiva, como um investimento que a sociedade brasileira, de pronto, precisa fazer para corrigir a tremenda injustiça social que foi feita neste País. Países do Terceiro Mundo já têm uma tendência natural a sofrer desajustes, inclusive na área fundiária, mas, quando esses países passam por crises econômicas sucessivas e tentam resolver o problema via política monetária, a injustiça torna-se maior.

Fizemos no Brasil a reforma agrária às avessas. Discuti esse problema de uma forma muito aberta porque, casualmente, cheguei a Presidente do Sistema Sindical Patronal, embora sempre tivesse mantido um diálogo muito grande com os trabalhadores, tanto que, no meu período, transformei-me em amigo dos dois Presidentes do Sistema dos Trabalhadores, pois discutimos juntos esse problema. Tivemos pontos de vista às vezes coincidentes, o que facilitou muito a minha tarefa.

Todos sabem que, na Constituinte, ajudei a defender as causas da agricultura. A própria discussão da reforma agrária, na Constituinte, surgiu como o maior impasse, e até sopapos tivemos. Por incrível que pareça, confesso, com muito prazer, que tivemos um apoio de 99% dos constituintes. Contamos com o apoio da esquerda radical, da direita radical e de um bloco de centro, que ajustamos. Só não tivemos 100% de apoio porque os dois lados reclamaram, dizendo: "Precisamos ter uma bandeira porque, senão, sairemos desmoralizados". Então, veio aquela discussão, que nem precisava ser citada, sobre a necessidade de regularizar, em lei, a propriedade produtiva.

O Brasil, hoje, precisa tomar a decisão política de fazer sua reforma agrária. É evidente que o texto constitucional não está regulamentado o suficiente, e agora o próprio Governo está tendo problemas, porque a justiça está prejudicando sua ação. Isso tem que ser resolvido rapidamente. Vou ser bem franco com os senhores: a ação de reforma agrária tem que ser do Governo, mas apoiada pela sociedade, porque isso custa caro. Não pensem que reforma agrária é panacéia. Ela custa caro, mas tem que ser realizada. É a única forma de corrigir essa tremenda injustiça que se processou no Brasil. O Brasil tem ótimas condições para resolver isso e pode fazê-lo.

Tenho recebido, do Governador Eduardo Azeredo, recomendações para estudar o problema dos assentamentos. Estou muito preocupado com os assentamentos que houve em Minas. Tanto os da área federal quanto os da estadual não são bons. Eu diria que poucos são aqueles que podem ser classificados como razoáveis. Na verdade, um é bom, três ou

quatro são razoáveis e os outros são péssimos. Estamos muito preocupados com isso, trabalhando integrados com o INCRA para tentar reduzir essa diferença. É preciso fazer investimentos naquelas áreas, para se corrigirem os assentamentos.

O Deputado, que estuda o problema da discriminatória, sabe que estamos passando por algumas alterações legislativas. A RURALMINAS vem fazendo discriminatórias. Acabou, inclusive, de ganhar uma agora, depois de uma luta de dez anos. E acho até que a ação foi muito rápida, pois a situação legal, hoje, é muito difícil. Agora, quem vai fazer a discriminatória não é mais a RURALMINAS, e sim a Procuradoria do Estado. O Presidente da RURALMINAS e eu visitamos a Procuradoria e colocamos os técnicos da Fundação à disposição, com o objetivo de se continuar na discriminatória, pois precisamos dela. E, o que é pior: provavelmente, a qualquer momento chegará a esta Casa uma mensagem do Governo, pois o Estado está acuado.

Não quero reclamar da Assembléia, que deve mesmo participar, mas houve retardamento na titulação. Os advogados - que não são bobos - daqueles que estavam resolvendo o problema da legitimação, via pedido de retitulação, que é o caminho normal, estão começando a questionar o origem da terra, fazendo as ações de usucapião. Para o Governo ficar livre delas, só há uma forma: fazer a discriminatória rapidamente e mostrar que a terra é do Estado.

Vou-lhes dar uma notícia triste: estamos com 1.300 ações de usucapião contra o Estado, e a RURALMINAS não pode fazer mais nada, pois a lei nova transferiu dela para a Procuradoria a contestação disso. A Procuradoria, por sua vez, sente-se despreparada para fazê-lo. Temos que encontrar uma solução. O Governador já me recomendou estudar o assunto. Ontem, estive com o Vice-Governador e começamos a discutir alguma coisa. Temos reunião convocada, pois vamos ter que enfrentar isso.

Sou Governo e me sinto responsável. Não quero que, amanhã, alguém me acuse de haver fechado os olhos para essa questão.

Outro problema, que está nos preocupando e que impede a mais rápida racionalização, é o limite constitucional. Nós, inclusive, o estamos apelidando de "buraco negro", que tem que ser resolvido. O Legislativo e o Executivo têm que se unir para resolverem isso mais rápido. Existe uma área que não consegue resolver o problema. E, mais do que isso, temos que tentar recompor a essência do Estado nas legitimações, para resolvermos o problema dos que já estão assentados.

Provavelmente, o Deputado se referiu às discriminatórias que arrecadam áreas vazias. Na minha gestão, de 1971 a 1973 - e fico muito honrado com isso -, a RURALMINAS conseguiu fazer a discriminatória e, conseqüentemente, arrecadar áreas vazias. Não tivemos pretendentes para elas, sou franco. Criamos, então, um projeto chamado Distrito Florestal, que ocupou as áreas, e o seu prazo vai começar a vencer a partir do próximo ano. A nossa idéia é inovar isso.

Estamos pensando em criar uma parceria com as empresas dependentes, principalmente com as de biomassa, para que elas nos ajudem, participando em assentamentos dirigidos, inclusive para o chamado uso sustentável desses remanescentes florestais. Estamos estudando isso, e é provável que o Governador mande a tempo uma mensagem, e o senhor, como especialista, tenho certeza, vai nos ajudar. O Estado tem um grande potencial para fazer um bom projeto de assentamento.

Temos arrendados 265.000ha, que nos próximos 5 anos retornarão ao Estado. Mas o Governador quer antecipar, por achar que não é necessário esperar terminar. Quer que nós, agressivamente, busquemos essas empresas e tentemos negociar já. E quer que as empresas nos ajudem física e financeiramente a resolver esse problema. Ele tem um sentimento profundo de que é por aí que o Estado pode fazer uma boa gestão na área de assentamento.

Com relação a outro tipo de reforma agrária, o Estado não tem condições de desapropriar para fazê-la. Mas estou esperançoso, e o Presidente Fernando Henrique tem demonstrado sua disposição de desapropriar as áreas. Temos estudado o assunto, acho viável. Há várias regiões que podem se prestar ao processo de assentamento e reforma agrária, sem prejuízo das propriedades produtivas. Tenho conversado também com os próprios sindicatos patronais, que também reconhecem isso.

Tenho certeza de que todos trabalharão a favor de uma reforma agrária bem feita, mas esse projeto de reforma agrária precisa ter uma decisão política e uma decisão da sociedade, porque é um projeto caro e exigirá recursos. Não podemos brincar de reforma agrária.

Desapropriar terras de forma malfeita pode tirar o sentimento de chegar lá, colocando a frustração por ter chegado e não ter conseguido fazer nada. Não gostaria que Minas Gerais tivesse esse sentimento. Há muitas alternativas para conseguirmos isso, mas sou franco, hoje: se não houver a decisão de apoiar um projeto de reforma agrária, poderemos fazer muito menos que gostaríamos.

Com relação à titulação, acho que ficou implícito em minha resposta. Quanto aos subsídios, acho que é uma decisão política. Eu mesmo já trabalhei com eles por meio de crédito e subsídios diretos. Acho que todos são viáveis. Mas o Governo precisa tomar a decisão.

Sempre alego aos nossos produtores que se a agricultura fosse competitiva e não tivesse a interferência do Governo, não precisaria de subsídios. Mas os pequenos produtores, que foram sacrificados, por todo o desajuste econômico e uma política agrícola desencontrada, precisam de subsídios. Nenhum país vai brigar conosco, porque hoje o número de países que brigam contra os subsídios está menor, porque os grandes países estão subsidiando.

Às vezes alguém critica o acordo que visa retirar todos os subsídios até o ano 2012. Mas são os subsídios compensatórios. Vamos defender esse tipo de subsídio, porque essas pessoas merecem, e a sociedade brasileira tem um débito social para com elas. É uma injustiça que foi praticada por um modelo que até hoje continua. Terminou a ditadura e o modelo continua. Temos que reagir e recompensar aqueles que foram altamente lesados pelo Estado em uma ação mais direta. Essa ação direta, para mim, chama-se subsídio.

A última pergunta que você me fez é relativa à equivalência ao produto. Isso é um esparadrapo para uma ferida cancerosa. A equivalência ao produto é um arranjo que nós, que fizemos essa legislação, imaginamos para tentar corrigir a inflação. Se você tem uma economia estável, não precisa disso. Até gostaria que a equivalência ao produto não funcionasse e o Plano Real fosse implantado e funcionasse, porque a equivalência ao produto é o embotamento dos produtores e do Governo. Se o problema inflacionário está aí, considero uma boa solução.

Segundo dados que recebi, o Governo fez cerca de 80% de seus créditos com a opção de equivalência de produtos. Só que não está funcionando. Temos de cobrar isso, mas o Governo alega que não pode expandir bases. Os produtores não estão nem gritando muito, com medo da expansão de bases gerar inflação. Por outro lado, o Governo não quer mexer no preço mínimo. Então, tem mesmo de mexer no crédito. Essa é a grande queda de braço. Sou franco: vamos lutar juntos, porque o Governo precisa resolver esse problema urgentemente, senão será criada uma deformação sem precedentes.

O Sr. Presidente - Com a palavra, o Deputado Paulo Piau, Presidente da Comissão de Agropecuária e Política Rural.

O Deputado Paulo Piau - Quero dizer ao Deputado Cléuber Carneiro que o Dr. Alysson não é só o símbolo do otimismo; é o símbolo de um PFL liberal, mas também social.

Dr. Alysson, país nenhum do mundo conseguiu a sua estabilidade econômica sem contornar o abastecimento alimentar ou a sua política agrícola. Gostaria de deixar registrado esse dado, porque a sociedade tem de ter consciência disso. Não vamos conseguir sucesso no real, nem estabilidade econômica, se a política agrícola for instável e insegura. Outro aspecto que gostaria de enfatizar é com relação à importância da agropecuária mineira e brasileira. Muita gente - o leigo, principalmente - avalia a agropecuária pelos dados estatísticos. Minas Gerais participa com 13% do Produto Interno Bruto. Isso significa que o leigo enxerga a agropecuária como 13%, entendendo que 87% não têm nada a ver com esse setor. Aí é que está um ledor engano, porque só existem as fábricas, os serviços, os insumos, máquinas e equipamentos, e a agroindústria, que transforma a matéria-prima, e também o serviço de abastecimento, se tiver produtor rural que compre os insumos para abastecer as agroindústrias do Estado.

Na verdade, isso significa que 40% da economia do Brasil representam 60% da economia de Minas Gerais. Conforme dados e levantamentos, 85% da economia do Triângulo Mineiro estão em torno desse complexo, cujo pivô é a agropecuária.

Há mais ou menos 2 meses, participei, aqui em Belo Horizonte, de um Seminário de Abastecimento Alimentar e, por incrível que pareça, falou-se de abastecimento como se o produto agrícola pudesse estar na gôndola do supermercado sem origem, e não se falou da produção. Isso mostra, muitas vezes, o lado de uma visão distorcida da sociedade. Assim, pergunto: o que o Governo de Minas poderá investir em publicidade para mostrar a importância do setor agropecuário? O segundo aspecto é com relação ao orçamento da Secretaria da Agricultura. Temos dados que demonstram que o Governo Newton Cardoso chegou a dotar com menos de 1% aquela Secretaria. No ano passado, esse índice ficou em 1,56%. Isso é suficiente para fazer a pesquisa de que o Estado precisa, a defesa sanitária, o fomento e os programas de incentivo à agropecuária? Minas Gerais está ficando para trás em relação a outros Estados da Federação. Pergunto ainda o que esta Casa poderá fazer para colaborar com a Secretaria da Agricultura para solucionar esse problema.

O Secretário Alysson Paulinelli - Agradeço o Deputado Paulo Piau, especialmente por suas perguntas, que foram muito objetivas.

Os países desenvolvidos, industrializados, têm um cuidado muito grande, porque só foram fortes graças à sua agricultura. Quero confidenciar aqui uma observação que me foi feita por um grande amigo, que fiz quando estive no Governo Federal, o então Ministro da Agricultura da Alemanha. Ele esteve três vezes no Brasil. A seu convite, fui o primeiro Ministro do Terceiro Mundo a abrir a famosa "Semana de Berlim", que é o maior encontro agrícola da Europa. Ele tinha idéias algo revolucionárias, que me assustaram um pouco. Mas tínhamos certa identidade quanto à ação econômica e agrícola

no Terceiro Mundo.

Num dos fins de semana, ele me convidou a visitar sua região. Numa conversa, já altas horas da noite, perguntei-lhe por que a sociedade européia tinha tanto medo de uma desorganização do seu sistema agrícola; por que a sociedade européia estava concordando em pagar caro - naquela época não havia subsídio direto - pelo produto agrícola. Ele me levantou duas questões. Em primeiro lugar, existia uma guerra fria entre a Comunidade Européia e os EUA, pelo domínio de mercado. A Comunidade Européia morria de medo de que os EUA ficassem como o único abastecedor dela, que acabaria pagando muito caro por isso. Mas ele fez outra observação, que me chocou muito. A certa altura da conversa, disse que, talvez, eu tivesse dificuldade para compreender por que a sociedade européia tem pela agricultura uma preocupação tão grande. E concluiu, dizendo que a dificuldade era natural porque, no Brasil, ainda não havíamos passado fome como aconteceu aos europeus que já passaram de pelo menos por uma guerra, e muitos foram vítimas de duas. Passaram fome mesmo, sem ter o que comer. E quando a pessoa passa fome, muda o conceito da importância de um setor.

Hoje, ando muito preocupado. Não tivemos guerra, mas no Brasil está havendo fome. Só que os que estão passando fome não têm poder de tomar decisões, pois, se tivessem, não deixariam haver essa distorção. O conceito que o Ministro alemão me deu me chocou profundamente. Passei a ter outra visão daquela sociedade. A sociedade americana só se fortaleceu, depois que fortaleceu a agricultura. Os EUA foram à bancarrota, o que levou esse país a reagir e recompor seu quadro produtivo. Mas os EUA tiveram um grande privilégio: as guerras, principalmente a segunda, destruíram seus competidores e, embora tenham pago mais de 40% do custo da Segunda Guerra Mundial, seus campos estavam produzindo. Quando terminou a guerra, os EUA eram o único fornecedor de alimentos para a Europa. Isso é que fortaleceu os Estados Unidos, que, a partir daí, se industrializaram e cresceram. Outro país que podemos citar é o Japão, que também passou fome. O Japão sabe quanto custa ter uma agricultura e paga muito caro por isso. No Brasil hoje, repito, já existe fome, mas quem passa fome não tem capacidade decisória. Isso é um processo doloroso. Todos precisamos - e eu faço isso como um sacerdócio - esclarecer a sociedade brasileira sobre a importância da agricultura para o País. Quando a sociedade compreender, tenho a certeza de que o Brasil vai mudar. Não sei se o Estado tem dinheiro para fazer essa campanha publicitária, mas, pelo menos, estamos tentando fazer o sacerdócio do esclarecimento, e acho que os Deputados, mais que ninguém, têm capacidade para isso.

Quanto à questão do orçamento da Secretaria da Agricultura, é realmente muito pequeno, como o de todas as outras. Sei que não sobra dinheiro para lugar nenhum. Hoje, o Estado está pagando o necessário. Agora, o orçamento da Secretaria é um pouco falso, porque parte dele, relativa à EMATER, EPAMIG etc., não aparece no item Secretaria da Agricultura.

Por outro lado, as rendas que estamos auferindo estão sendo usadas, dentro daquele esquema, pelos órgãos autônomos. Outro fato é que os grandes projetos não estão aparecendo ali. Às vezes, nem aparecem no orçamento da Secretaria. Às vezes, aparecem no Planejamento, na Fazenda. São esses projetos estruturadores que estamos implementando. Mas seja como for, o senhor tocou num ponto que é importante. Vamos precisar de alguns órgãos e, nessa ampliação, vamos depender da aprovação do Legislativo. Essa ampliação, para nós, é fundamental. Temos que completar o IMA, recompor a EPAMIG, etc. Perdemos, também, com aquela guerra do ajuste do acordo trabalhista. Temos, por exemplo, um requerimento para abrirmos mais 200 escritórios, mas não podemos fazê-lo porque não temos profissionais. A CASEMG tem 30% de seu pessoal em Belo Horizonte. Os outros 70% estão no interior, mas ela está com deficiência. A Ruralminas sofreu um fenômeno de distorção. Estamos tendo que fazer um tipo de ajuste que não é agradável, pois temos dois quadros de pessoal: os que estão trabalhando e os que não estão. Não tínhamos recursos. Queremos reaproveitar todo mundo. O CEASA felizmente já dá lucro. Vamos, agora, ampliá-lo e propor aos senhores uma reforma patrimonial. Várias coisas no CEASA não são privatizáveis. Mas podemos gerar muitos recursos e ampliar os sete CEASAs mineiros. São itens de que vamos precisar e que vão depender de reformulação no setor.

A verdade é que o Governador Eduardo Azeredo está dando prioridade ao setor agrícola. Embora o orçamento não seja tão grande, os chamados recursos de empréstimos, de contrapartidas ou de projetos especiais estão chegando ao nosso setor. Mas, se isso puder ser fortalecido pelo orçamento normal, tenho certeza de que a situação vai ficar mais confortável.

O Sr. Presidente - Com a palavra, o Deputado Carlos Pimenta.

O Deputado Carlos Pimenta - Gostaria de cumprimentar o Deputado Paulo Piau pela feliz idéia de promover este debate. Acredito que os Deputados aqui presentes tiveram a oportunidade de ver com muita clareza, simplicidade, mas também, com muita objetividade a situação da política agrícola do Estado de Minas Gerais. Os que não compareceram, por motivo de força maior, perderam esta explanação. Ficamos satisfeitos, principalmente no que tange à questão do norte de Minas. Vou sair daqui,

João Marques, José Renato, Roberto Amaral e Célio Oliveira, membros da Comissão de Fiscalização Financeira e Orçamentária. Verificando a existência de número regimental, o Presidente, Deputado José Ferraz, declara abertos os trabalhos do dia, sendo lida e aprovada a ata da reunião anterior. O Presidente informa que, nos termos do art. 7º da Resolução nº 5.129, de 28/12/92, a reunião tem por finalidade apreciar os processos sobre aplicações de recursos oriundos de subvenções sociais. Logo após, passa a palavra ao relator da Comissão de Fiscalização Financeira e Orçamentária, Deputado João Marques, que emite parecer pela aprovação dos processos das seguintes entidades: Associação Feminina Evangélica Comunitária, APAE de Maria da Fé, Santa Casa de Misericórdia de Itajubá, Associação dos Hemofílicos de Minas Gerais, Projeto Pão e Água Viva, Caixa Escolar Inácio Passos, Conselho Central da Sociedade S. Vicente de Paulo, Instituto N. Sra. do Carmo, Associação Desenvolvimento e Assistência Social Educacional e Desportiva de Pará de Minas, Associação Desenvolvimento e Assistência Social Educacional e Desportiva de Pará de Minas, Associação Catadores de Papel, Papelão e Material Reaproveitável de Belo Horizonte, Inspetoria S. João Bosco, Creche Comunitária de Delfinópolis, Prefeitura Municipal de Guarani, Prefeitura Municipal de Guarani, Prefeitura Municipal de Guarani, Associação de Apoio Comunitário do Bairro de Lourdes, Associação dos Moradores das Vilas Vilaça e Vila Tavares, Aliança Nacional da Juventude, Aliança Nacional da Juventude, APAE de Paraisópolis, Sociedade Musical Sagrado Coração de Jesus, Coral Araújo de Barbacena - Coral Araújo de Barbacena, Prefeitura Municipal de Itacambira, Asilo S. Vicente de Paulo e Santana do Manhuaçu, Centro Assistencial Comunitário André Luiz, Santa Casa de Misericórdia de Jacutinga, Associação de Amigos do Autista e Psicótico SSP-AMAPP -, Sociedade Vila dos Pobres de Santo Antônio, Associação Feminina de Assistência Social - ASFAS -, Associação Comunitária dos Quartéis, Caixa Escolar Professor Ismael Silva, Associação dos Batistas Evangélicos Renovados de Matozinhos, Associação Comunitária das Micro-Localidades Ipiranga-Cupim-B. Sto. Antônio-Brejo Grande-Porteiras e Açude, Associação Pró-Vargem, Associação das Senhoras de Caridade de S. Vicente de Paulo, Industrial Sport Clube, Associação Comunitária dos Moradores da Rua S. Geraldo. Submetidos a discussão e a votação, são os pareceres aprovados. A seguir, o Deputado José Renato emite parecer pela aprovação dos processos das seguintes entidades: Associação Comunitária Moradores do Conjunto Minascaixa B e do Movimento dos Sem - Casa, Associação dos Moradores e Amigos da Vila Estrela, Sociedade S. Vicente de Paulo, Associação Moradores da Comunidade do Tanque e Região, Hospital Santa Rita, Sociedade Olímpica de Lambari, Associação Comunitária Santa Ana, Prefeitura Municipal de Santo Antônio do Amparo, Prefeitura Municipal de Carmo da Mata, Sociedade Musical Eduardo Tenório, Conselho de Desenvolvimento Comunitário de Coqueiros, Prefeitura Municipal de Carmo da Mata, Esporte Clube São Lourenço, Prefeitura Municipal de Pocrane, Conselho Particular Sagrada Família da SSVP, Prefeitura Municipal de Ubaporanga, Prefeitura Municipal de Rio Manso, Associação Amigos do Bairro N. Sra. de Fátima, Associação Comunitária dos Moradores da Rua S. Geraldo, Associação dos Moradores da Comunidade do Tanque e Região, Associação Comunitária Povoado Retiro da Saudade, Associação Comunitária Rural Para Um Amanhã Melhor de Sobradinho, Associação Comunitária Moradores de Água Branca de Baixo, Associação Comunitária Amigos do Mandioccal, Associação Comunitária de Bebedouro e Barrinha, Associação Comunitária Moradores de Água Branca de Cima, Associação Feminina do Bairro Tirol, Associação de Produção e Desenvolvimento Comunitário de Cantinho, Associação dos Trabalhadores Rurais da Comunidade Olhos D'Água dos Rosenos, Conselho Comunitário de Água Branca de Minas, Associação Comunitária Pró-Melhoramento do Bairro Bom Destino, Serviço de Assistência S. Antônio, Associação Beneficente das Mulheres de Santa Cruz, Associação Rural das Mães de Água Boa, Conselho Comunitário de Boa Vista, Associação Comunitária de Maristela, Centro Comunitário Rural de Sumidouro, Associação Comunitária Boa Esperança, Associação Comunitária Gruta Cristo Rei, Associação Comunitária Caires pelo Progresso, Associação Comunitária de Francisco Pereira, Associação dos Moradores da Comunidade do Jataí, Associação dos Produtores Rurais de Simonésia, Centro Comunitário Pró-Morar Baixinha, Sociedade de Amparo à Maternidade e Infância Olinto Diniz de Carmo da Mata, Clã Delfos, Associação Comunitária do Bairro Caladão, Liga Esportiva de Coronel Fabriciano, Prefeitura Municipal de Capitólio, Prefeitura Municipal de Piumhi, Prefeitura Municipal de Alpinópolis, Prefeitura Municipal de São Roque de Minas, Associação Comunitária dos Moradores da Vila Várzea de Cima, Associação dos Carentes de Brasília de Minas e Município, Associação de Moradores do Bairro JK. Submetidos a discussão e a votação, são os pareceres aprovados. Em seguida, esses processos são apreciados pela Mesa, sendo relatores da matéria os Deputados José Militão, 2º- Vice-Presidente, e Rêmolo Aloise, 3º- Vice-Presidente, que emitem seus pareceres pela aprovação dos processos, os quais, submetidos a discussão e votação, cada um por sua vez, são aprovados. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, convoca os membros das Comissões para a próxima reunião ordinária, determina que se lave a ata e encerra os trabalhos.

Sala de Reuniões da Mesa da Assembléia, 7 de março de 1995.

Rêmolo Aloise, Presidente - Wanderley Ávila - Ermano Batista - Ibrahim Jacob - Maria José Haueisen - Paulo Pettersen - Miguel Martini - Cléuber Carneiro - Glycon Terra Pinto - Romeu Queiroz.

ATA DA 1ª REUNIÃO CONJUNTA DA MESA DA ASSEMBLÉIA E DA COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO FINANCEIRA E ORÇAMENTÁRIA

Às dez horas do dia sete de março de mil novecentos e noventa e cinco, comparecem na Sala 1 do 3º andar do Edifício Tiradentes, os Deputados Wanderley Ávila, Ermano Batista, Ibrahim Jacob, Maria José Haueisen, Paulo Pettersen e Rêmolo Aloise, membros da Mesa da Assembléia; Miguel Martini, Cléuber Carneiro, Glycon Terra Pinto e Romeu Queiroz, membros da Comissão de Fiscalização Financeira e Orçamentária. Verificando a existência de número regimental, o Presidente, Deputado Rêmolo Aloise, declara abertos os trabalhos do dia, sendo lida e aprovada a ata da reunião anterior. O Presidente informa que, nos termos do § 4º do art. 2º da Resolução nº 5.143, de 22/6/94, a reunião tem por finalidade apreciar os processos de prestações de contas da aplicação dos recursos oriundos de subvenções sociais. Logo após, passa a palavra aos relatores, pela Comissão de Fiscalização Financeira e Orçamentária, Deputados Cléuber Carneiro e Glycon Terra Pinto, que emitem pareceres pela aprovação dos processos das seguintes entidades: Conselho Central do Divino Espírito Santo de Barbacena da Sociedade São Vicente de Paulo; Associação de Beneficência e Assistência Social de Caiana; Associação dos Aposentados e Pensionistas de Três Marias; Conselho Particular Senhor Bom Jesus da SSVP; Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais - APAE - Conceição do Rio Verde; Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais - APAE - Lambari; Conferência Nossa Senhora de Lourdes da Sociedade de São Vicente de Paulo; Ação Social do Bairro da Lavra; Associação Comunitária Joana Eva; Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais - APAE - Cambuquira; Caixa Escolar Monsenhor José Guimarães Fonseca; Creche Stefânia Falcão Margotti, Creche Stefânia Falcão Margotti; Congregação das Servas Reparadoras; Associação Comunitária dos Produtores Rurais da Comunidade de Corguinho; Prefeitura Municipal de Cruzeiro da Fortaleza; Prefeitura Municipal de Estrela do Sul; Pequenas Comunidades de Nossa Senhora do Carmo; Associação das Damas de Caridade de Abadia dos Dourados; Casa da Amizade de Araguari; Conselho de Desenvolvimento Comunitário de Japocanga; Caixa Escolar Professor Vicente Lopes Peres; APAE - Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Prata; Serviço Social Paróquia Nossa Senhora do Carmo; Grupo Espírita Corações Unidos; Creche Dalela Tannus; Associação Rural da Comunidade de Água Limpa; Associação Comunitária dos Moradores de Zelândia; Associação Comunitária do Bairro Bethânia; Associação dos Deficientes de Monte Carmelo - ADEMC; Associação Rural da Comunidade de Perdizes; Associação dos Moradores da Vila Divinéia e Adjacentes; Conselho Particular Vicentino São Paulo Apóstolo; Creche Criança Esperança; Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais - APAE - Piraúba; Associação Comunitária de Medeiros de Cima, Medeiros de Baixo e Egito; Associação Comunitária da Vila São Paulo; Comunidade de Danças e Cantos Musicais Vida e Adoração; Projeto Assistencial Novo Céu; Fraternidade Espírita Cristã Francisco de Assis; Creche Casinha da Vovó; Associação Comunitária Pró-Melhoramentos do Bairro Jaqueline; Associação Comunitária do Rosário para o Desenvolvimento e Assistência - ACORDA; Centro de Defesa Coletiva das Vilas Santa Rita de Cássia e Estrela; Creche Comunitária Maria Bessa; Associação Feminina dos Moradores do Bairro Canaã; Associação Comunitária Santa Ana; Fundação São José do Paraíso - Rádio Paraisópolis; Asilo São Vicente de Paulo; Ação Social Evangélica - ASSEV; Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Iturama - APAE; Prefeitura Municipal de Iturama; Prefeitura Municipal de Itapagipe; Creche Fraternidade Feminina Estrela do Triângulo Rouxinol, Associação dos Moradores da Vila Cruzeiro; Associação de Amigos do Bairro da Vila Bom Sucesso; Creche e Centro de Formação Pequenos de Jesus, "El-Shaday" - Missão Artística, Cultural e Social, "El-Shaday" - Missão Artística, Cultural e Social; ABREPOAR - Associação Beneficente, Promocional e Artística, "El-Shaday" - Missão Artística, Cultural e Social; Associação Batista de Assistência Social; Associação dos Garçons e Profissionais Similares; Ação Social do Bairro da Lavra; Caixa Escolar Dr. Raul Sá; Caixa Escolar Georgina Bacha; Lar São Thomé dos Velhinhos; Creche Menino Jesus; Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Nepomuceno; Creche Cantinho Feliz; Prefeitura Municipal de Pratinha; Prefeitura Municipal de Romaria; Caixa Escolar Monsenhor Horta; Associação Comunitária Nossa Senhora D'Abadia de Romaria; Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Estrela do Sul; Associação Comunitária Paranaíba; Caixa Escolar Jacó Batista do Amaral; Conselho de Desenvolvimento Comunitário da Comunidade de Córrego Fundo e Pedreira; Prefeitura Municipal de Serra do Salitre; Prefeitura Municipal de Serra do Salitre; Associação de Moradores do Bairro Jardim Montreal; Clube Alegre da Terceira Madureza Joaquim Veloso de Matos; Prefeitura Municipal de Estrela do Sul; Associação dos Produtores das Comunidades de Capão Alto, Mateus e Paulista; Prefeitura Municipal de Iraí de Minas; Associação dos Moradores do Bairro Planalto; Caixa Escolar Antônio Atanásio; Associação dos Deficientes de Monte Carmelo; Conselho

Comunitário do Pará; Associação Feminina do Sol Nascente; Associação Feminina do Bairro Tirol; Associação Comunitária do Conjunto Sócrates Mariane Bittencourt; Associação Comunitária Nossa Senhora Aparecida da Pedra Branca; Associação Comunitária do Conjunto Habitacional Tiradentes; Associação Anti-Alcoólica de Iturama; Casa da Amizade de Sacramento; Prefeitura Municipal de Nova Ponte; APAE - Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais - Bom Sucesso; Albergue São Francisco de Assis; Caixa Escolar Prof^a Beatriz Albergaria; Associação dos Moradores da Vila Mendes - AMOVIM, Associação Rural e Comunitária de Coronel Xavier Chaves - ARCEL; Associação Família de Maria; Conselho de Desenvolvimento Comunitário de Vila Alexandre Mascarenhas - CODEVAM; APAE - Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Pitangui; Caixa Escolar Dom Bosco; Prefeitura Municipal de Conceição do Pará, Conselho Comunitário de Desenvolvimento de Florestal; Clube de Mães Nossa Senhora de Fátima; Associação de Desenvolvimento e Assistência Social, Educacional e Desportivo de Pará de Minas; Liga Amadora de Desportos de Dom Silvério; Associação Comunitária de Joaquim Felício; Hospital Nossa Senhora da Conceição; Conselho Municipal de Assistência Social; Caixa Escolar Professor José Valadares; Mafla Esporte Clube; Associação Comunitária da Creche São Judas Tadeu; Associação Comunitária dos Moradores da Vila Senhora Santana do Cafezal; Associação de Proteção à Maternidade; à Infância e à Adolescência de Piumhi; Conselho Particular de Piumhi da SSVF; Fundação Obras Sociais da Paróquia da Boa Viagem; Lar dos Meninos São Domingos - Obra Social Belo Horizonte; Associação da Pastoral da Mulher Marginalizada; Obras Sociais Senhora da Glória; Família Down; Serviços de Promoção ao Menor e à Família - SERPAF; Creche Menino Jesus de Praga; SICRA - Sociedade Irmãos das Crianças; Obras Sociais da Paróquia de Piumhi; Grupo Convivência; Creche Centro Materno Infantil Ana Maria de Castro Veado; Comissão Fé e Esperança da Vila Pinho; Comissão Fé e Esperança da Vila Pinho; Caixa Escolar Padre Joaquim Xavier Lopes Caçado; Caixa Escolar Honorina Giannetti; Associação Comunitária Bairro Bela Vista; Associação Comunitária Monte Castelo; Associação Eldorado de Apoio à Vida; Associação de Moradores do Bairro Lavrado; Associação Feminina Jardim Castelinho; Associação de Moradores de Brumado; Associação Muda Matozinhos; Associação Assistencial Odetalonin; Conselho Comunitário de Desenvolvimento Rural de Limas; Associação dos Pequenos Produtores Rurais de Machados; Associação Comunitária Cabana Espírita Umbandista Pai João Baiano; Caixa Escolar Polivalente; Associação da Pastoral da Criança e do Desenvolvimento Social de Alfred; Nacional Esporte Clube; Associação de Moradores do Bairro Rosário; Banda de Música Nossa Senhora do Rosário; América Futebol Clube; Movimento Familiar Cristão; Associação dos Moradores do Bairro São Geraldo; Conselho Pró-Desenvolvimento Comunitário Várzea do Marçal; Caixa Escolar Santa Rita; Fundação de Apoio à Pesquisa; Educação e Cultura - FAPEC; Associação de Pequenos Produtores Rurais e Artesãos de Sítio; Caixa Escolar do Bairro Dr. José Guimarães; Fita Azul Esporte Clube; Lira Nossa Senhora da Glória; Sociedade Musical Lyra Lagoense; Associação Cultura através da Arte e das Tradições, Ontem, Hoje, Sempre - CAATOHS; Caixa Escolar Alberto Caldeira Lott; Associação de Moradores do Bairro Santana; Esporte Clube 5^a Residência; Hospital Comunitário de Laranjal; Associação Municipalista do Bem-Estar e Expansão Social; Associação Municipalista do Bem-Estar e Expansão Social; Associação de Assistência e Proteção à Infância; Associação Comunitária Nossa Senhora de Fátima; Associação Comunitária de Açucena; Centro Comunitário Pró-Desenvolvimento do Bairro Grajaú; Caixa Escolar Nair Guimarães; Associação Comunitária dos Moradores de Ribeiro Junqueira; Associação Municipalista do Bem-Estar e Expansão Social; Hospital Olyntho Almada da Sociedade São Vicente de Paulo; Prefeitura Municipal de Além Paraíba; Loja Maçônica 27 de Abril; Loja Maçônica 27 de Abril; Templo Umbandista Amor e Redenção; Associação Feminina Tebana - AFET; Associação Cultura através da Arte e das Tradições; Ontem, Hoje, Sempre; Caixa Escolar Marciano Ferraz; Caixa Escolar Joaquim Ferreira Brito; Associação dos Pequenos Produtores Rurais de Imbiruçu; Conselho Comunitário de Alagoas; Associação de Moradores e Amigos do Bairro Universitário - AMABU; Sociedade Corporação Musical Banda Maria Imaculada; Lar dos Velhinhos da Sociedade São Vicente de Paulo; Associação de Apoio aos Atletas Varzeanos de Governador Valadares; Associação dos Produtores Rurais de Sossego; Instituição Meninos de Jesus; Conselho de Desenvolvimento Comunitário de São Geraldo da Piedade; Associação dos Idosos Cidade Alta-Carapina; Associação Desenvolvimento Comunitário de Assistência e Promoção Social; Associação Comunitária da Comunidade de Araras; Conselho Municipal de Desenvolvimento de Coroaci; Bem-Estar do Menor; Associação dos Pequenos Produtores Rurais do Córrego da Pérola; Ação Social Paroquial da Paróquia Nossa Senhora da Conceição; Centro Infantil Municipal de Caeté; Creche Sagrada Face; Associação de Desenvolvimento Comunitário de Assistência e Promoção Social; Associação Comunitária do Bairro Santa Paula - ACOBASP; Associação Comunitária do Bairro Nova Vila Bretas. Submetidos a discussão e votação, são os pareceres aprovados. Em seguida, os processos são apreciados pela Mesa, sendo relatores da matéria os Deputados Wanderley Ávila, 1^o Vice-Presidente, e Ermano Batista, 4^o-Secretário, que emitem seus pareceres por sua aprovação, os quais submetidos a

discussão e votação, cada um por sua vez, são aprovados. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, convoca os membros das comissões para a próxima reunião ordinária, determina que se lavre a ata e encerra os trabalhos.

Sala de Reuniões da Mesa da Assembléia, 9 de março de 1995.

Sebastião Navarro, Presidente - Wanderley Ávila - Maria José Haueisen - Ibrahim Jacob - Rêmolo Aloise - Miguel Martini - Clêuber Carneiro - Marcos Helênio - Romeu Queiroz.

ATA DA 2ª REUNIÃO CONJUNTA DA MESA DA ASSEMBLÉIA E DA COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO FINANCEIRA E ORÇAMENTÁRIA

Às dez horas do dia nove de março de mil novecentos e noventa e cinco, comparecem na sala 1 do 3º andar do Edifício Tiradentes os Deputados Wanderley Ávila, Maria José Haueisen, Ibrahim Jacob, Rêmolo Aloise e Sebastião Navarro Vieira, membros da Mesa da Assembléia; Miguel Martini, Clêuber Carneiro, Marcos Helênio e Romeu Queiroz, membros da Comissão de Fiscalização Financeira e Orçamentária. Verificando a existência de número regimental, o Presidente, Deputado Sebastião Navarro Vieira, declara abertos os trabalhos do dia, e é lida e aprovada a ata da reunião anterior. O Presidente informa que, nos termos do § 4º do art. 2º da Resolução nº 5.143, de 22/6/94, a reunião tem por finalidade apreciar os processos de prestação de contas da aplicação de recursos oriundos de subvenções sociais. Logo após, passa a palavra ao Deputado Clêuber Carneiro, relator no âmbito da Comissão de Fiscalização Financeira e Orçamentária, que emite pareceres pela aprovação dos processos das seguintes entidades: Loja Maçônica Capitular Fraternidade Universal, Prefeitura Municipal de São Brás do Suaçuí, Bem Estar do Menor, Associação Comunitária do Bairro Fraternidade, Associação dos Moradores e Amigos de Mesquita - AMAM, Grupo Convivência, Instituto Educacional Fraternidade Cristã, Associação dos Moradores do Bairro Vera Cruz, Associação das Donas de Casa do Bairro Bom Pastor, Associação dos Moradores da Comunidade Gomes, Associação Comunitária Joana Eva, Conselho de Desenvolvimento Comunitário da Estação de Carrancas, Serviço de Obras Sociais, ARCEA - Associação Recreativa, Cultural e Esportiva Alterosense, Associação Comunitária da Vila dos Gaúchos, Prefeitura Municipal de Engenheiro Navarro, Associação Comunitária Ana Rocha Palmeiras, Prefeitura Municipal de Lontra, Conselho de Desenvolvimento Comunitário de Fabião, Serviço de Promoção do Menor - SERVIR, Associação Comunitária de Remansinho, Associação Comunitária de Amigos e Vizinhos de Lapa, Associação dos Moradores e Amigos do Bairro Jadete, Associação Comunitária do Bairro São Bento, Associação Comunitária de São Pedro - ACOSP, Associação Comunitária de Pedras de Maria da Cruz, Associação Comunitária do Brejo, Associação Comunitária do Brejo, Associação dos Moradores e Amigos do Bairro Levianópolis, Associação Comunitária de Barreiro, Caixa Escolar Olívia Granja de Pinna, da Escola Estadual Olegário Maciel, Conselho de Desenvolvimento Comunitário de Casa Nova, Prefeitura Municipal de Capitão Enéias, Associação dos Moradores do Bairro Jardim Stela, Associação Comunitária dos Bairros Vila Vicentina e João Aguiar, Associação Comunitária de Santa Bárbara, Conselho de Desenvolvimento Comunitário do Cedro, Conselho de Desenvolvimento Comunitário do Distrito de Paredão de Minas, Associação Comunitária dos Amigos de Palmeirinha, Associação dos Pequenos Produtores Rurais de Cônego Marinho, Prefeitura Municipal de Engenheiro Navarro, Associação Comunitária da Vila dos Gaúchos, Associação de Cabeceira do Tejuco, Obra Social do Educandário Senhora das Graças, Caixa Escolar Professor Tertuliano Silva, da Escola Estadual Simão Vianna da Cunha Pereira, Conselho Particular das Conferências Vicentinas de Alpinópolis, APAE - Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Carmo do Rio Claro, Cidade Ozanam Obra Unida Cons. Metropolitano de Belo Horizonte da Sociedade São Vicente de Paulo, Lar Nossa Senhora do Carmo, Conselho de Desenvolvimento Comunitário da Penha, Terno de Congo São Vicente de Paula, APAE - Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Passos, Associação Filantrópica Apóstolos de Cristo, Obras Sociais São Domingos Sávio, APAE - Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Muzambinho, Sociedade de Assistência ao Menor de Passos - SAMP, Centro de Aprendizagem Pró-Menor de Passos, Conselho Particular de Pains da Sociedade São Vicente de Paulo, Instituto São Vicente de Paulo, Frente de Apoio ao Menor - FAM, Sociedade São Vicente de Paulo de São João Batista do Glória, Serviço de Obras Sociais SOS, Associação de Congado de Nossa Senhora do Rosário e São Benedito de Nova Resende, Associação de Proteção à Maternidade, à Infância e à Adolescência de Piumhi - APROMIP, Asilo São Vicente de Paulo de Muzambinho, Conselho Social e Comunitário Ampliado - COSCA, Associação de Moradores do Viradouro e Região do Município de Ilícínia, Caixa Escolar Amedeo Viola, Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Lambari, Sociedade Olímpica de Lambari, Caixa Escolar Carlos Bernardes, Caixa Escolar Yolanda Jovino Vaz, Conselho Comunitário Nossa Senhora de Lourdes, Associação dos Moradores dos Bairros Vila Leopoldina e Lajinha, Esporte Clube Beira Rio, Associação do Bairro Floresta, Caixa Escolar D. Maricota Pinto, Associação Comunitária dos Moradores da Região Campos Eliseos, Irmandade do Congado de Nossa Senhora de Lourdes, Caixa Escolar Cônego

Cesário, Associação do Bairro Calcita, Vila Vicentina Monsenhor Castro, Associação Comunitária dos Costas, Colégio Santa Terezinha, Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais - APAE de Candeias, Caixa Escolar Dona Berenice de Magalhães Pinto, Conselho Particular da Sociedade São Vicente de Paulo, Assistência Social de Arcos - ASA, Conselho de Desenvolvimento Comunitário de São Domingos dos Teixeiras, Fraternidade Espírita Cristã Francisco de Assis, Clube Recreativo Varginha, Associação dos Moradores do Bairro Cidade Nova, Campo Belo Atlético Clube, Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Abaeté, Associação Comunitária dos Carentes de Quartel Geral, Prefeitura Municipal de Estrela do Indaiá, Associação para Servir o Próximo, Caixa Escolar João Francisco Capetinga, Associação Comunitária dos Carentes de Quartel Geral, Associação Comunitária dos Carentes de Quartel Geral, Conselho de Desenvolvimento Comunitário Municipal de Abaeté, Associação Comunitária da Zona Leste de Abaeté, Prefeitura Municipal de Papagaios, Prefeitura Municipal de Martinho Campos, Prefeitura Municipal de Coronel Fabriciano, Associação dos Moradores de Silva Campos, Clube de Mães D. Rosalina José de Moura, Lar da Criança Feliz, Lar dos Meninos Dom Orione, Caixa Escolar Humberto Andreta, Caixa Escolar João Francisco Capetinga, Conselho de Desenvolvimento Comunitário de São José do Buriti, Caixa Escolar Vera Cruz, APAE - Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Piumhi, Caixa Escolar Major José Franco, Conselho Comunitário de Tereza, Conferência de São Francisco das Chagas da Sociedade São Vicente de Paulo, Conselho de Desenvolvimento Comunitário de Santana de Patos, Conselho Municipal do Bem Estar do Menor de Presidente Olegário, Associação para Servir o Próximo, Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de João Pinheiro, Associação da Cidadania para Erradicação da Miséria, Conselho Comunitário de Santa Luzia, Caixa Escolar Dr. Joseph Borges de Queiroz, Prefeitura Municipal de Bonfinópolis de Minas, Associação dos Moradores e Amigos do Bairro Cristo Redentor, FEASNAO - Fundação Evangélica de Assistência Social Noel Alves de Oliveira, Conselho Particular da Sociedade São Vicente de Paulo de Lagoa Formosa, Juventude Unida de Guimarães, Prefeitura Municipal de Buritis, Prefeitura Municipal de Rio Paranaíba, Associação dos Moradores do Bairro Jardim Aquarius, Associação dos Moradores do Bairro Nossa Senhora de Fátima, APAE - Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Buritis, Associação dos Moradores do Bairro Aeroporto, Prefeitura Municipal de Lagoa Formosa, Prefeitura Municipal de Paracatu, Conselho de Desenvolvimento Comunitário de Rocinha, Associação dos Aposentados e Pensionistas de Patos de Minas, ARCA - Associação Recreativa, Cultural, Assistencial, Associação dos Moradores da Comunidade Canavial e Adjacências, Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Rio Paranaíba, Prefeitura Municipal de Itamarati de Minas, Prefeitura Municipal de Bicas, Prefeitura Municipal de Bicas, Conselho de Desenvolvimento Comunitário Felipe dos Santos, Prefeitura Municipal de Chácara, Prefeitura Municipal de Guarará, Prefeitura Municipal de Astolfo Dutra, FUMEC - Fundação Zona da Mata para Fins de Educação e Cultura, Associação Guarareense de Assistência, Prefeitura Municipal de Funilândia, Caixa Escolar José Fernandes Filho, Conselho de Desenvolvimento Comunitário de Santana e Grupo Vizinhança - CODESAN, Projeto Assistencial Novo Céu, Conselho de Desenvolvimento Comunitário de Santana e Grupo Vizinhança - CODESAN, Conselho de Desenvolvimento Comunitário de Córrego Novo, Sociedade Comunitária de Habitação Popular, Obras da Paróquia Nossa Senhora das Graças, Centro de Desenvolvimento Comunitário Artur Brier, Caixa Escolar Frei Inocêncio, Associação Comunitária do Bairro Bonsucesso, Associação Comunitária dos Moradores dos Mundéus, Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais - APAE de Pará de Minas, Ordem Templária da Cruz de Santo Antônio de Pádua, Coral Nossa Senhora Aparecida, Conquistano Futebol Clube, Associação dos Pequenos Produtores Rurais de Peixotos, Associação Comunitária São Sebastião do Bairro Suzana, Associação Comunitária dos Moradores de Arinos - ACOMAR, Serviço Evangélico de Reabilitação - SER, Associação Comunitária Centro de Base de Itinga, Centro de Recuperação do Alcoólatra - CERECA, Conselho Comunitário de Habitação Popular da Segunda Secção Bairro Felicidade, Associação de Amigos e Moradores do Bairro São Januário de Centralina, Associação Comunitária dos Moradores e Amigos do Bairro Vila Amapá, Associação dos Moradores do Bairro Vaticano de Jequitinhonha, Associação Comunitária Santo Antônio de Itinga, Conferência São Vicente de Paulo, Conselho Comunitário de Rio das Antas/Malhada Nova, Conselho Comunitário de Vereda, Conselho de Desenvolvimento Comunitário de Barrinha e Mestiça, Esporte Clube Serrano, Irmandade de Nossa Senhora das Mercês da Santa Casa de Caridade de Montes Claros, Serraria Futebol Competição, Sociedade Filantrópica Nosso Lar, Associação dos Moradores do Povoado de Santa Rita, Associação dos Moradores de Ribeirão e Varginha, Associação dos Moradores da Vila Canaã, Associação da Mulher de Entroncamento de Salinas, Associação Unidos Venceremos dos Bairros Alto São João e São Fidélis, Caixa Escolar Juscelino Kubitschek, Centro Espírita Mesa Branca Xangô, Clube Esportivo Campestre de Salinas - CECS, Associação Comunitária Rural de São Miguel e Morrinhos, Associação Comunitária do Povoado de Rochedo Novo, Associação Comunitária Rural de Larguinha, Associação Comunitária Rural de Sucesso e Canto da Sorte, Associação dos Moradores do

Bairro Nova Esperança, Associação dos Moradores de Canabral e Lagoa de São João - AMORCAL, Associação Beneficente de Assistência Social, Associação dos Clubes de Esportes de Várzea de Salinas, Associação Comunitária Amparo do Sítio, Associação Comunitária General Dutra de Assistência aos Idosos e Menores Carentes, Associação Comunitária de Curral de Dentro, Associação Comunitária Grêmio Recreativo Unidos do Alto - ASCOGRUA, Associação Comunitária dos Moradores, Trabalhadores e Produtores Rurais do Distrito de Ferreirópolis, Associação Comunitária do Povoado do Cantinho e Córrego das Porteiras, Associação Comunitária de Roça do Mato de Assistência aos Idosos, Associação Comunitária Rural do Córrego da Empoeira, Associação Comunitária Rural do Distrito de Santa Cruz de Salinas, Associação Comunitária Rural de São José da Boa Vista, Associação Comunitária do Povoado de Nova Fátima, Conselho de Desenvolvimento Comunitário de Tabuleiro e Marimbondo, Conselho de Desenvolvimento Comunitário de Mirandópolis, Associação de Desenvolvimento Comunitário de Ribeirão Cercadinho, Associação Comunitária de Roça do Mato de Assistência aos Idosos, Associação Comunitária dos Moradores Carentes do Bairro São Domingos, Associação Comunitária do Povoado de Rochedo Novo, Associação Comunitária de Assistência e Promoção Social - ACAPS, Caixa Escolar Nádima Miranda de Sena, Associação Comunitária General Dutra de Assistência aos Idosos e Menores Carentes, Associação Comunitária de Amparo aos Idosos e aos Carentes de Itamarandiba, Grêmio Recreativo, Cultural e Desportivo Unicampo de Jequitinhonha, Associação dos Moradores de Taboquinha, Grêmio Recreativo, Cultural e Desportivo Unicampo de Jequitinhonha, Conselho de Desenvolvimento Comunitário de Tabuleiro e Marimbondo, Associação da Amizade de Divisa Alegre, Grupo Juventude Unida São José, Conselho de Desenvolvimento Comunitário de Itaberaba e Centro Espírita Mesa Branca Xangô. Submetidos a discussão e votação, são os pareceres aprovados. Em seguida, os processos são apreciados pela Mesa, sendo relator da matéria o Deputado Wanderley Ávila, 1º-Vice-Presidente, que emite pareceres por sua aprovação, os quais, submetidos a discussão e votação, cada um por sua vez, são aprovados. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, convoca os membros da Mesa e da Comissão para a próxima reunião ordinária, determina que se lavre a ata e encerra os trabalhos.

Sala de Reuniões da Mesa da Assembléia, 14 de março de 1995.

Sebastião Navarro Vieira, Presidente - Paulo Pettersen - Maria José Haueisen - Ibrahim Jacob - Ermano Batista - Miguel Martini - Glycon Terra Pinto - Marcos Helênio - Romeu Queiroz.

ATA DA 3ª REUNIÃO CONJUNTA DA MESA DA ASSEMBLÉIA E DA COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO FINANCEIRA E ORÇAMENTÁRIA

Às dez horas do dia quatorze de março de mil novecentos e noventa e cinco, compareceram na sala 1 do 3º andar do Edifício Tiradentes os Deputados Sebastião Navarro, Ermano Batista, Maria José Haueissen, Ibrahim Jacob e Paulo Pettersen, membros da Mesa da Assembléia; Miguel Martini, Glycon Terra Pinto, Marcos Helênio e Romeu Queiroz, membros da Comissão de Fiscalização Financeira e Orçamentária. Verificando a existência de número regimental, o Presidente, Deputado Sebastião Navarro, declara abertos os trabalhos do dia, sendo lida e aprovada a ata da reunião anterior. O Presidente informa que, nos termos do § 4º do art. 2º da Resolução nº 5.143, de 22/6/94, a reunião tem por finalidade apreciar os processos de prestações de contas da aplicação de recursos oriundos de subvenções sociais. Logo após, passa a palavra ao relator pela Comissão de Fiscalização Financeira e Orçamentária, Deputado Glycon Terra Pinto, que emite pareceres concluindo pela aprovação dos processos das seguintes entidades: Creche Criança Esperança, Centro de Recuperação do Alcoólatra, Associação de Proteção à Maternidade, Infância e Velhice de Patos de Minas, Grupo Espírita Legionários de Maria, Conselho de Desenvolvimento Comunitário do Beco, Associação de Proteção à Maternidade, Infância e Velhice de Patos de Minas, Associação dos Aposentados e Pensionistas de Patos de Minas, Leo Clube de Pouso Alegre, Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Machado, Creche Comunitária Lago Azul, Loja Maçônica Vital Brasil, Associação Olímpica Campanhense, Léo Clube de Pouso Alegre, Casa da Criança, Aliança Nacional da Juventude, Associação Comunitária Beneficente de Mulheres Esperança do Vale, Sociedade Unidos Lemepradense, Clã Delfos, Bonsucesso Futebol Clube, Banda de Música Lira Rodeirense, Industrial Futebol Clube, Sociedade Musical 17 de Dezembro, Associação de Caridade São João de Deus, Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Ubá, Altoriocense Futebol Clube, Conselho de Desenvolvimento Comunitário do Bairro Primavera, Fraternidade Feminina Ubaense, Núcleo Espírita Luz e Esperança, Sociedade São Vicente de Paulo de Raul Soares, Asilo São José, Recanto Salvador Pires, Associação de Proteção à Velhice - APROVE -, Creche Comunitária Maria Floripes, Sociedade de Prevenção e Assistência aos Cancerosos de Raul Soares, Núcleo Assistencial Espírita Maria da Cruz, Associação Comunitária Fraternidade de Ipaba, Federação Municipal de Associações de Moradores e Movimentos Populares de Iapu, Associação dos Moradores do Bairro São Sebastião, Associação dos Moradores do Bairro São Sebastião, Conselho Comunitário da Comunidade de Branquinhos, Associação dos Moradores do Bairro Planalto, Clube Praça de Esportes do Pará,

Associação dos Moradores do Bairro Gomes, Conselho Comunitário de Barretos, Conselho Comunitário de Desenvolvimento Rural de Santo Antônio dos Campos, Azulão Esporte Clube, Associação Comunitária dos Moradores de São Bento, Conselho Comunitário de Barretos, Centro Espírita Paz e Amor, Conselho Comunitário de Desenvolvimento Rural de Santo Antônio dos Campos, Creche Tia Elvira Araújo, Sociedade Educacional e Beneficente Estrela do Oeste de Minas, Associação São Rafael, Sociedade dos Amigos de Inhapim, Desafio Jovem Hebron, Caixa Escolar Coronel Tinô, Caixa Escolar Professora Beatriz Albergaria, Associação Comunitária dos Bairros N. Sra. do Rosário, Araças, Vista Alegre, Imperatriz e Planalto, Creche Comunitária Vovó Adelina, Centro Espírita José Horta - Mantenedor da Creche Espírita Melo de Jesus, Prefeitura Municipal de Entre-Folhas, Centro Espírita Jesus de Nazaré, Liga de Desportos de Ipatinga, Sociedade dos Amigos de Inhapim, Associação de Esportes da Cidade de Jacinto, Conselho Municipal da Mulher de Santo Antônio do Jacinto, Irmandade São Vicente de Paulo, Associação Comunitária do Bairro Bela Vista, Caixa Escolar da Escola Estadual de Jacinto, Associação Cultural Margaridense, Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Bom Sucesso, Santa Casa de Misericórdia da Paróquia de Prados, Conselho Municipal da Mulher de Santo Antônio do Jacinto, Caixa Escolar Coronel Tinô, Fundação Tinô da Cunha, Associação Comunitária dos Moradores do Município de Santo Antônio do Jacinto, Caixa Escolar Coronel Elpídio Alves Ferreira, Caixa Escolar Elisa Cavalcanti, Albergue São Francisco de Assis, Associação Comunitária dos Moradores do Município de Santo Antônio do Jacinto, Creche Comunitária Mundo Encantado, Conferência São Francisco de Assis, Casa da Amizade das Senhoras dos Rotarianos de Santa Margarida, Conselho de Ação Comunitária de Santana dos Montes, Clube de Serviços dos Amigos da Parada Araújo, Associação de Moradores e Amigos de Catas Altas da Noruega - AMACAN -, Associação de Desenvolvimento Comunitário dos Amigos de Campolide, Caixa Escolar do Bairro Dr. José Guimarães, Associação Comunitária Ipiranga, União Comunitária de Barbacena, Núcleo Comunitário dos Amigos de Monjolos, Associação Comunitária de José Luiz, Associação de Desenvolvimento Comunitário dos Amigos do Município de Ressaquinha, Associação Comunitária dos Amigos de São Vicente de Minas, Núcleo Assistencial de Desenvolvimento Comunitário Padre Dante Maria Pozzi, Clube de Serviços dos Amigos da Comunidade de Sapé, Bela Vista Futebol Clube, Núcleo Assistencial Central de Santa Bárbara do Tugúrio, Associação Comunitária da Vargem do Amargoso, Associação Comunitária do Bairro Caiçaras, Associação Comunitária do Bairro Dona Zilda, Associação de Parentes e Amigos dos Dependentes Químicos de Barbacena - APADEQ -, Associação Comunitária do Bairro Joaquim Gabriel de Souza, Associação Comunitária dos Amigos de Ibiraci, Guarani Futebol Clube, Clube de Serviços dos Amigos de Curral Novo e Adjacências, Associação Comunitária de Moradores do Bairro Vila Nova, Conselho de Desenvolvimento Comunitário de Sobral Pinto, Industrial Sport Clube, Associação Comunitária de José Luiz, Clube de Serviço dos Amigos de Parada Araújo, Vila do Carmo Sport Club, Associação de Desenvolvimento Comunitário dos Amigos do Município de Ressaquinha, Associação de Desenvolvimento da Região do Pindorama, Associação dos Moradores do Bairro São Sebastião, Associação Comunitária do Bairro Sagrada Família, Caixa Escolar Belizário Moreira, Clube de Serviços dos Amigos da Parada Araújo, Associação Comunitária da Vargem do Amargoso, Associação Comunitária dos Moradores do Bairro Tibira, Associação Comunitária dos Amigos do Bairro Grogotó, Associação de Moradores do Bairro Santa Cruz, Associação dos Amigos dos Bairros Bandeirantes, Margarete e Adjacências, Associação Comunitária de Brejinho, Associação dos Amigos da Cidade de Itacambira, Prefeitura Municipal de Capitão Enéias, Associação das Comunidades de Ibiaí - ACIB -, Associação Comunitária dos Moradores da Várzea de Cima, Centro Comunitário Pro-Morar Baixinha, Prefeitura Municipal de Jampruca, Associação dos Produtores Rurais de Simonésia, Associação dos Moradores de Bom Jesus do Prata, Caixa Escolar Marília de Dirceu, Esporte Clube Rosário, Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Mariana, Associação dos Moradores dos Bairros Saramenha de Cima/Tavares/Vila Santa Isabel, Beneficência Padre Pedro Árbues, Associação Comunitária do Distrito de Quilombo, Prefeitura Municipal de Desterro de Entre Rios, Associação Comunitária dos Agricultores e Trabalhadores de São Sebastião do Gil - ACATRUSSEG -, Sociedade Musical Santa Cecília, Fraternidade Espírita Paz e Renovação, APAE - Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Ouro Preto, Loja Maçônica Confidentes do Vale, SALUTAR - Santa Luzia, Trabalho, Amizade e Recreação, Prefeitura Municipal de Luminárias, Prefeitura Municipal de Bom Jardim de Minas, Associação de Caridade N. Sra. do Rosário, Federação Espírita Umbandista do Estado de Minas Gerais, Caixa Escolar Dona Maria Naves, Associação Comunitária Amigos do Cedro, Caixa Escolar João Francisco Capetinga, Prefeitura Municipal de Ibiraci, Prefeitura Municipal de Senador Amaral, Abrigo Jesus, Irmandade da Santa Casa de Misericórdia de Cambuí, Associação dos Pequenos Produtores Rurais de Campestre, Santa Casa de Monte Alegre de Minas, Caixa Escolar Cel. Artur Tibúrcio, Prefeitura Municipal de Itambacuri, Creche Casa de Nazaré, Prefeitura Municipal de Porteirinha, Conselho Central Nossa Senhora da Piedade de Caeté, Prefeitura Municipal de Conquista, Clube da Maturidade, Clube da Maturidade, Associação dos Moradores do

Povoado de São Sebastião dos Cabrestos, Sociedade São Vicente de Paulo - Conselho Particular Nossa Senhora do Carmo - Prata, Prefeitura Municipal de Itambacuri, Associação Comunitária dos Moradores da Região dos Campos Elíseos, Recanto Salvador Pires, Associação Filantrópica Anfrísio Coelho, Creche José Rodrigues da Silva, Grupo de Ação Comunitário Cristão, Associação Comunitária do Bairro Jardim São Geraldo, Associação Comunitária do Bairro Jardim São Geraldo, Associação dos Moradores do Bairro Aeroporto, Associação Comunitária das Micro Localidades Ipiranga-Cupim-Barra Santo Antônio-Brejo Grande-Porteiras e Açude, Associação Comunitária de Gentil de Matos, Associação Comunitária N. Sra. da Saúde dos Bairros Santo Antônio e IAPI, Creche Dona Quita Tolentino, Prefeitura Municipal de Barra Longa, Associação Comunitária do Bairro Branco e Laje, Associação Comunitária dos Moradores de Santo Antônio do Leite, Associação Comunitária do Rosário, Associação Comunitária do Distrito de Major Ezequiel, Esporte Clube Rosário, Industrial Sport Clube, Industrial Sport Club, G.A.S. - Guaraciaba Assistência Social, Associação Comunitária da Estiva, Associação Comunitária do Distrito de Major Ezequiel, Prefeitura Municipal de Inimutaba, Associação Pró-Vargem, Associação Benemerita de João Pinheiro, Associação Comunitária do Bairro Ribeirão do Bagre, Associação Comunitária de Limeira, Prefeitura Municipal de Inimutaba, Associação Pró-Vargem, Associação Comunitária do Bairro Ribeirão do Bagre, Associação dos Moradores da Comunidade de São Bento, Associação Comunitária de Gentil de Matos, Associação dos Moradores do Bairro Aeroporto, Associação Comunitária dos Moradores de Santo Antônio do Leite, Conselho de Desenvolvimento Comunitário de Inimutaba - CODINI -, Associação Centro Comunitário da Zona Rural de Acaiaca, Associação Comunitária dos Moradores de Santo Antônio do Leite, Associação Beneficente Cristã de Formoso, Associação Beneficente Cristã de Formoso, Associação Benemerita de João Pinheiro, Ação Social das Paróquias de Nanuque - ASPAN -, Creche Lar da Criança, Associação de Assistência às Crianças Carentes de São Pedro, Associação dos Moradores do Bairro Matinha, Centro Comunitário Rural Nova Aliança, Prefeitura Municipal de Poté, Prefeitura Municipal de Fronteira dos Vales, Prefeitura Municipal de Machacalis, Associação de Prevenção e Combate ao Câncer, ESPROCTO - Centro Social Profissionalizante e Cultural de Teófilo Otôni, Conferência N. Sra. do Desterro da S.S.V.P. de Jordânia, Sociedade do Amparo à Maternidade e à Infância Olinto Diniz de Carmo da Mata, Fundação de Arte Coral Paulo VI, Caixa Escolar Deputado Geraldo Landi, Abrigo de Menores São Vicente de Paulo, Associação dos Moradores de Cabeceira de São Pedro e Lar Escola Ana Nery. Submetidos a discussão e votação, são os pareceres aprovados. Em seguida, esses processos são apreciados pela Mesa, sendo relator da matéria o Deputado Ermano Batista, 4º-Secretário, que emite pareceres pela aprovação dos processos, os quais, submetidos a discussão e votação, cada um por sua vez, são aprovados. Cumprida a finalidade da reunião, o Presidente agradece a presença dos parlamentares, convoca os membros das Comissões para a próxima reunião ordinária, determina que se lavre a ata e encerra os trabalhos.

Sala de Reuniões da Mesa da Assembléia, 16 de março de 1995.

Agostinho Patrús, Presidente - Wanderley Ávila - Ermano Batista - Maria José Haueisen - Rêmoló Aloise - Antônio Júlio - Ibrahim Jacob - Miguel Martini - Clêuber Carneiro - Geraldo Rezende - Alencar da Silveira Júnior.

ATA DA 4ª REUNIÃO CONJUNTA DA MESA DA ASSEMBLÉIA E DA COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO FINANCEIRA E ORÇAMENTÁRIA

Às dez horas do dia dezesseis de março de mil novecentos e noventa e cinco, comparecem na sala do 3º andar do Edifício Tiradentes os Deputados Agostinho Patrús, Antônio Júlio, Maria José Haueisen, Rêmoló Aloise, Ibrahim Jacob, Wanderley Ávila e Ermano Batista, membros da Mesa da Assembléia; Miguel Martini, Clêuber Carneiro, Geraldo Rezende e Alencar da Silveira Júnior, membros da Comissão de Fiscalização Financeira e Orçamentária. Verificando a existência de número regimental, o Presidente, Deputado Agostinho Patrús, declara abertos os trabalhos do dia, e é lida e aprovada a ata da reunião anterior. A seguir, o Presidente informa que, nos termos do § 4º do art. 2º da Resolução nº 5.143, de 22/6/94, a reunião tem por finalidade apreciar os processos de prestações de contas da aplicação dos recursos oriundos de subvenções sociais. Logo após, passa a palavra ao relator na Comissão de Fiscalização Financeira e Orçamentária, Deputado Clêuber Carneiro, que emite pareceres mediante os quais conclui pela aprovação dos processos das seguintes entidades: América Futebol Clube de Sete Lagoas; América Futebol Clube de Sete Lagoas; Federação das Associações de Moradores e Conselhos Comunitários Rurais de Divinópolis - FAMBACCORD -; Caixa Escolar Profª Maria Carmem Gomides; Loja Maçônica Estrela do Oeste de Minas; Sociedade Beneficente de Socorro aos Pobres - SBSP -; Conselho de Moradores do Bairro Nossa Senhora da Conceição; União Esporte Clube de Divinópolis; Augusta, Livre, Independente e Respeitável Loja Maçônica Veritas Vinat; Obras Assistenciais São Vicente de Paulo; Conselho Comunitário da Comunidade de Branquinhos; União Esporte Clube de Divinópolis; Coral Santa Clara; Instituto Helena Antipoff; Associação de Moradores do Bairro das Nações; Augusta, Livre, Independente e Respeitável Loja

Maçônica Veritas Vinat; Federação das Associações de Moradores de Bairros e Conselhos Comunitários Rurais de Divinópolis; Sociedade Beneficente de Socorro aos Pobres - SBSP -; Altodiocense Futebol Clube; Lar Comunitário das Operárias de São José - Obra Social; Associação de Moradores do Bairro Quintino; Sociedade Beneficente de Socorro aos Pobres - SBSP -; Associação de Moradores e Amigos do Bairro Universitário - AMABU -; Ação Social Técnica; Maravilha Esporte Clube; Associação Comunitária Jatobá; Associação de Moradores do Bairro Santa Helena; Associação dos Idosos Cidade Alta Carapina; Associação Feminina Unidos dos Palmares; Associação Feminina do Sol Nascente; Lira 30 de Janeiro - Corporação Musical; Instituto Educacional Fraternidade Cristã; Creche Comunitária Maria Bessa; Centro de Libertação da Mulher Trabalhadora; Sociedade São Geraldo; Associação dos Moradores de Linópolis; Associação dos Pequenos Produtores Rurais de Sardoazinho; Social do Ipê Futebol Clube; Instituto Nosso Lar - INLAR -; Associação Unida do Bairro Washington Pires; Obras Sociais da Paróquia de Nossa Senhora da Boa Viagem; Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Araújo; Associação Oficioso dos Amigos e Simpatizantes; Lar São Vicente de Paulo de Alfenas; Conselho Comunitário de Desenvolvimento Rural do Maracujá; O Grupo de Atores Teatrais de Ação Social; Associação Comunitária dos Amigos de Citrolândia; Assistência de São Vicente de Paulo de Bueno Brandão; Associação Comunitária do Bairro São Pedro - Venda Nova; Associação Beneficente Cristã de Formoso; Associação Comunitária do Bairro Bela Vista; Centro Comunitário Carreira Comprida; Associação dos Moradores da Vila Divinéia e Adjacências; Sociedade Pró-Habitação de Formiga; Associação Comunitária dos Moradores dos Bairros São Vicente, Sagrada Família e Adjacências; Centro de Defesa Coletiva das Vilas Santa Rita de Cássia e Estrela; Associação dos Moradores e Amigos do Bairro Glória; Associação Comunitária dos Agricultores e Trabalhadores Rurais de São Sebastião do Gil; Serviço de Obras Sociais de Boa Esperança; Creche Comunitária Nossa Senhora da Natividade; Conselho de Desenvolvimento Comunitário de Santana e Grupo de Vizinhança; Conselho Comunitário de Habitação Popular da Segunda Seção Bairro Felicidade; Creche Dona Quita Tolentino; Associação Comunitária Rural de Mães dos Homens; Associação dos Pequenos Produtores Rurais de Areião; Fundação Hospitalar Santo Antônio; Obra Social Madre Gertrudes; Associação Comunitária Pró-Melhoramento do Bairro Jacqueline; Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Belo Horizonte; Associação dos Carentes de Brasília de Minas e Município; Associação Cultura Através da Arte e das Tradições, Ontem, Hoje, Sempre - CAATOHs -; Associação Comunitária dos Bairros do Município de Luz; Sociedade de Assistência aos Pobres; Prefeitura Municipal de Leandro Ferreira; Comunidade de Danças e Cantos Musicais Vida e Adoração; Associação Comunitária do Bairro Cruzeiro; Associação Feminina do Bairro Tirol; Associação Comunitária Beneficente de Mulheres Esperança do Vale; Centro Comunitário Social Novo Horizonte; Obras Sociais Senhora da Glória; Conselho Particular Sagrada Família da SSVP de Timóteo; Obra Social Beneficente da Igreja Missionária Cristo Voltará; Associação de Desenvolvimento da Região do Pindorama; Guanabara Futebol Clube; Casa do Movimento Popular da Região Industrial da Grande BH; Creche Comunitária Caiçaras; Associação Comunitária Amigos do Mandiococal; Associação dos Moradores do Setor Funil; Associação Comunitária do Brejinho; Associação Comunitária Gruta Cristo Rei; Associação Comunitária Caires pelo Progresso; Associação dos Moradores da Comunidade de Mato Grande; Associação Comunitária dos Moradores de Água Branca de Cima; Associação Amigos de Comercinho; Associação Comunitária Povoado Retiro da Saudade; Associação Comunitária Amigos do Corrente; Creche Lar da Criança; Associação Comunitária Bela Vista; Conselho Municipal da Mulher de Santo Antônio do Jacinto; Fundação Assistencial Viçosense; Associação dos Proprietários e Moradores do Distrito de Topázio; APAE - Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Teófilo Otôni; Associação de Prevenção e Combate ao Câncer - APRECC -; Federação Municipal de Associações de Moradores e Movimentos Populares de Iapu - FEMAMMPI -; Fraternidade Espírita Cristã Francisco de Assis; Caritas Diocesana de Almenara; Fundação de Arte Coral Paulo VI; Associação Comunitária do Bairro Porto Alegre - ACOBAPA -; Hospital Nossa Senhora das Neves; Creche Ninho; Associação dos Pequenos Produtores Rurais de Misterioso; Associação dos Moradores de Cabeceira de São Pedro; CESPROCTO - Centro Social Profissionalizante e Cultural de Teófilo Otôni; Creche Raio de Luz; Inspeção São João Bosco; APAE - Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Lagoa da Prata; Associação Comunitária Joana Eva; Associação de Proteção e Assistência à Maternidade e Infância da Creche Presidente Tancredo de Almeida Neves; Corporação Musical Santa Cecília; Irmandade da Santa Casa de Misericórdia de Muzambinho; Associação Comunitária dos Moradores do Bairro Chico Miranda; Sociedade São Vicente de Paulo de Lagoa da Prata; Fundação e Associação para Reintegração e Assistência Social a Viciados e Carentes - FARASVEC -; Laprata Esporte Clube; Associação de Moradores do Bairro Santo Antônio; Asilo São Vicente de Paulo de Muzambinho; Asilo São Vicente de Paulo; Casa da Criança da Cidade de Guaranésia; Associação de Apoio Comunitário do Conjunto Habitacional Flávio de Oliveira; Canto do Rio Esporte Clube; Sociedade de São Vicente de Paulo de Lagoa da Prata; Centro Comunitário de Ação e Promoção Social Tia Elvira Araújo; APAE - Associação de Pais e

Amigos dos Excepcionais de Lagoa da Prata; Conselho de Desenvolvimento Comunitário da Ilha; Creche Municipal São Francisco de Assis; Assistência de São Vicente de Paulo de Bueno Brandão; Associação Comunitária dos Moradores do Bairro Sol Nascente; Clube Operário Treze de Maio; Sociedade Beneficente de Assistência ao Canceroso; Centro Comunitário de Ação e Promoção Social Tia Elvira Araújo; Cruzeiro Futebol Clube de Luz; Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Muzambinho; Sociedade Beneficente de Socorro aos Pobres; Associação Comunitária dos Moradores do Bairro Chico Rezende; Associação Comunitária dos Bairros do Município de Luz; Associação Comunitária dos Moradores da Localidade de Luziânia; Sociedade Vila dos Pobres de Santo Antônio; Conselho Particular Vicentino de Santana do Jacaré; Serviço de Obras Sociais; Associação de Moradores do Bairro Santa Helena; Prefeitura Municipal de Cajuri; Associação Comunitária de Brumal; Associação dos Moradores do Lamim; Assistência Social de Arcos - ASA -; Associação do Bairro Cruzeiro; Assistência Social de Arcos - ASA -; Movimento Comunitário, Cultural, Esportivo e Beneficente de Materlândia; Associação Comunitária Fraternidade de Ipaba; Associação Comunitária dos Amigos de Baependi; Guarda Mirim de Dom Cavati; Lira Nossa Senhora da Glória; Conselho Comunitário de Desenvolvimento de Mandassaia; Associação de Caridade Nossa Senhora do Rosário; Fundação Santarritense de Saúde e Assistência Social; Conselho de Desenvolvimento do Rio do Peixe - CODERIP -; Associação Comunitária Paraisopolense; Prefeitura Municipal de São Sebastião da Bela Vista; Prefeitura Municipal de Careagu; Prefeitura Municipal de Conceição dos Ouros; Prefeitura Municipal de Itapeva; Liga Esportiva Cachoeirense de Amadores - LECA -; Prefeitura Municipal de Natércia; Hospital Padre Carmelo d'Ângelo; Prefeitura Municipal de Borda da Mata; Associação de Caridade Nossa Senhora do Rosário; Prefeitura Municipal de Cachoeira de Minas; Associação Comunitária Henrique Saporì; Instituição de Caridade São João Batista; Associação Comunitária do Bairro Ponte Alta; Prefeitura Municipal de Virgínia; Prefeitura Municipal de Virgínia; Prefeitura Municipal de Marmelópolis; Prefeitura Municipal de Virgínia; Sociedade dos Moradores de Monte Verde; Prefeitura Municipal de Pedralva; Conselho de Desenvolvimento Comunitário do Bairro Congonhal; Sociedade dos Moradores de Monte Verde; Bela Vista Futebol Clube; Banda de Música Lira São Sebastião; Associação de Amigos de Auxílio Mútuo e Assistencial do Bairro Serra do Cabral; Associação dos Moradores do Bairro São Sebastião; Associação de Amigos de Auxílio Mútuo e Assistencial do Bairro Serra do Cabral; Santa Casa de Misericórdia de São Vicente de Paulo; Sociedade dos Moradores de Monte Verde; Associação Comunitária Santa Ana; Esporte Clube São Lourenço; Associação Comunitária Santa Ana; Bela Vista Futebol Clube; Boca Futebol Clube; Associação do Conselho Comunitário dos Moradores dos Bairros Bela Vista, Valongo, São Geraldo e Crioulo Doido; Conselho de Desenvolvimento do Rio do Peixe; Associação Comunitária de São Geraldo do Baixio; Associação dos Produtores Rurais e Garimpeiros do Povoado da Fazenda Santa Cruz; Prefeitura Municipal de São Francisco do Glória; Associação Comunitária Rural de Amescla Bois; Conselho Comunitário de Bananeira, São Félix, Carretão e Baixa Grande; Associação Comunitária Beneficente dos Moradores do Bairro Porto Alegre; Associação Comunitária Senhora de Santana de Lagoinha; Associação dos Moradores do Bairro Cidade Nova - AMBACIN -; Caixa Escolar Frei Jucundiano; Associação da Mulher Salinense - AMUSA -; Centro Comunitário Rural de Água Boa; Associação dos Moradores da Fazenda Itinguinha; Prefeitura Municipal de Palmópolis; Conselho de Desenvolvimento Comunitário de São João de Cima; Associação de Desenvolvimento Comunitário da Comunidade de Santa Rita; Associação dos Moradores do Bairro Cidade Nova - AMBACIN -; Conselho Comunitário Matronense. Submetidos a discussão e votação, são os pareceres aprovados. Em seguida, esses processos são apreciados pela Mesa, sendo relatores os Deputados Wanderley Ávila, 1º-Vice-Presidente, e Ermano Batista, 4º-Secretário; eles emitem seus pareceres, mediante os quais concluem pela aprovação dos processos. Submetidos a discussão e votação, cada um por sua vez, são os pareceres aprovados. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, convoca os membros destas Comissões para a próxima reunião ordinária, determina que se lavre a ata e encerra os trabalhos.

Sala de Reuniões da Mesa da Assembléia, 21 de março de 1995.

Sebastião Navarro Vieira, Presidente - Wanderley Ávila - Maria José Haueisen - Ibrahim Jacob - Antônio Júlio - Miguel Martini - Glycon Terra Pinto - Geraldo Rezende - Romeu Queiroz.

ATA DA 8ª REUNIÃO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS MUNICIPAIS E REGIONALIZAÇÃO

Às nove horas e quarenta e cinco minutos do dia dez de maio de mil novecentos e noventa e cinco, comparecem na Sala das Comissões os Deputados José Henrique, Dílzon Melo, João Batista de Oliveira, Sebastião Costa, Ivair Nogueira, José Maria Barros e Dimas Rodrigues, membros da Comissão supracitada. Estão presentes também os Deputados Bonifácio Mourão, Ivo José, Clêuber Carneiro, José Braga, Marcos Helênio, Ermano Batista, Paulo Schettino, Ajalmar Silva e Rêmoló Aloise. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado José Henrique, declara aberta a reunião e solicita ao Deputado Sebastião Costa que proceda à leitura da ata da reunião anterior, que, lida e

aprovada, é subscrita pelos membros presentes. A seguir, a Presidência acusa o recebimento da seguinte correspondência: do Prefeito Municipal de Martinho Campos, Sr. José Márcio de Araújo, de 19/5/95, manifestando seu irrestrito apoio à emancipação do Distrito de Ibitira, localizado no referido Município; e do Presidente da Câmara Municipal de Igarapé, Vereador José Fagundes Rosa, de 8/5/95, solicitando criteriosa análise, por parte desta Comissão, do processo de emancipação do Distrito de São Joaquim de Bicas e ressaltando que, caso se efetive a emancipação, o Município de Igarapé ficará sem as indústrias já instaladas, além de não dispor de outra área onde se possa criar um novo distrito industrial. A seguir, a Presidência informa que a finalidade da reunião é apreciar as proposições constantes na pauta e comunica os nomes dos Deputados que foram designados relatores dos seguintes requerimentos de emancipação: Requerimentos de Emancipação n°s 58, 62, 67 e 70/95, distribuídos ao Deputado José Maria Barros; 59 e 71/95, distribuídos ao Deputado Dílzon Melo; 60/95, distribuído ao Deputado Sebastião Costa; 63, 64, 72 e 74/95, distribuídos ao Deputado Dimas Rodrigues; 65, 66 e 73/95, distribuídos ao Deputado Ivair Nogueira; 61/95, distribuído ao Deputado João Batista de Oliveira; e 68 e 69/95, distribuídos ao Deputado José Henrique. A seguir, o Deputado Dimas Rodrigues, com a palavra, apresenta requerimento oral e solicita a inversão da pauta. O requerimento é deferido pela Presidência, que passa a palavra ao Deputado Sebastião Costa para proceder à leitura do parecer do processo de emancipação do Distrito de São Joaquim, do Município de Januária, encaminhado pelo Requerimento de Emancipação n° 60/95, de autoria do Deputado Clêuber Carneiro. O parecer do relator conclui pelo encaminhamento de requerimento ao Presidente da Assembléia solicitando o envio de ofício ao TRE-MG com o objetivo de se realizar plebiscito no distrito citado. Colocado em discussão e votação, é o parecer aprovado por unanimidade. A Presidência, com base no disposto no inciso III, do art. 7° da Lei Complementar n° 37, de 1995, determina o encaminhamento do requerimento ao Plenário para apreciação. A seguir, a Presidência passa a palavra ao Deputado Dimas Rodrigues para que proceda à leitura dos pareceres dos processos de emancipação encaminhados pelos Requerimentos de Emancipação n°s 64/95, de autoria do Deputado Sebastião Costa, referente ao Distrito de Rosário da Limeira, do Município de Muriaé; 72/95, de autoria do Deputado Ermano Batista, referente ao Distrito de Imbé, do Município de Caratinga; 74/95, de autoria do Deputado Francisco Ramalho, referente ao Distrito de São Vicente de Baldim, do Município de Baldim. O relator emite pareceres concluindo pelo encaminhamento de requerimento ao Presidente da Assembléia solicitando o envio de ofício ao TRE-MG com o objetivo de se realizarem plebiscitos nos distritos citados. Colocados em discussão e votação, cada um por sua vez, são os pareceres aprovados por unanimidade. A Presidência, com base no disposto no inciso III do art. 7° da Lei Complementar n° 37, de 1995, determina o encaminhamento do requerimento ao Plenário para apreciação. A seguir, a Presidência passa a palavra ao Deputado Ivair Nogueira para que proceda à leitura dos pareceres dos processos de emancipação encaminhados pelos Requerimentos de Emancipação n°s 31/95, de autoria do Deputado Clêuber Carneiro, referente aos Distritos de Chapada Gaúcha e Serra das Araras, do Município de São Francisco; 34/95, de autoria do Deputado Clêuber Carneiro, referente ao Distrito de Morro do Horizonte, do Município de São Francisco; 44/95, de autoria do Deputado José Braga, referente ao Distrito de Luislândia, do Município de Brasília de Minas; 50/95, de autoria do Deputado Clêuber Carneiro, referente ao Distrito de Santo Antônio do Retiro, do Município de Rio Pardo de Minas; 65/95, de autoria do Deputado Ronaldo Vasconcellos, referente ao Distrito de Morro do Ferro, do Município de Oliveira; 66/95, de autoria da Deputada Elbe Brandão, referente ao Distrito de Tijuco, do Município de Januária; 73/95, de autoria do Deputado Ronaldo Vasconcellos, referente ao Distrito de Macuco de Minas, do Município de Itumirim. O relator emite pareceres concluindo pelo encaminhamento de requerimento ao Presidente da Assembléia solicitando o envio de ofício ao TRE-MG com o objetivo de se realizarem plebiscitos nos distritos citados. Colocados em discussão e votação, cada um por sua vez, são os pareceres aprovados por unanimidade. A Presidência, com base no disposto no inciso III do art. 7° da Lei Complementar n° 37, de 1995, determina o encaminhamento do requerimento ao Plenário para apreciação. A seguir, a Presidência passa a palavra ao Deputado José Maria Barros para que proceda à leitura dos pareceres dos processos de emancipação encaminhados pelos Requerimentos de Emancipação n°s: 49/95, de autoria do Deputado Péricles Ferreira, referente ao Distrito de Jenipapo, do Município de Francisco Badaró; 62/95, de autoria da Deputada Elbe Brandão, referente ao Distrito de Glaucilândia, do Município de Juramento; 67/95, de autoria da Deputada Elbe Brandão, referentes aos Distritos de Riacho da Cruz e Levinópolis, do Município de Januária. O relator emite pareceres concluindo pelo encaminhamento de requerimento ao Presidente da Assembléia solicitando o envio de ofício ao TRE-MG com o objetivo de se realizarem plebiscitos nos distritos citados. Colocados em discussão e votação, cada um por sua vez, são os pareceres aprovados por unanimidade. A Presidência, com base no disposto no inciso III do art. 7° da Lei Complementar n° 37, de 1995, determina o

encaminhamento do requerimento ao Plenário para apreciação. Ainda com a palavra, o Deputado José Maria Barros apresenta requerimento solicitando seja o Requerimento de Emancipação n° 42/95 baixado em diligência ao autor, Deputado Marcos Helênio, o qual encaminha o processo de emancipação do Distrito de Perpétuo Socorro, do Município de Belo Oriente. Neste momento, o Deputado Bonifácio Mourão faz uso da palavra para tecer comentários sobre o referido processo de emancipação. O requerimento é deferido pelo Presidente. A seguir, o Presidente transfere a direção dos trabalhos ao Deputado Dimas Rodrigues, que passa a palavra ao Deputado José Maria Barros para que proceda à leitura do parecer do processo de emancipação do Distrito de Ferruginha, do Município de Conselheiro Pena, encaminhado pelo Requerimento de Emancipação n° 58/95, de autoria do Deputado José Henrique. O relator emite parecer concluindo pelo encaminhamento de requerimento ao Presidente da Assembléia solicitando o envio de ofício ao TRE-MG com o objetivo de se realizar plebiscito no distrito citado. Colocado em discussão e votação, é o parecer aprovado por unanimidade. A Presidência, com base no disposto no inciso III do art. 7° da Lei Complementar n° 37, de 1995, determina o encaminhamento do requerimento ao Plenário para apreciação. A seguir, o Deputado Dimas Rodrigues passa a Presidência ao Deputado José Henrique, que procede à leitura dos pareceres dos processos de emancipação dos seguintes distritos: de Crisólita, do Município de Águas Formosas, encaminhado pelo Requerimento de Emancipação n° 27/95, de autoria do Deputado Kemil Kumaira; e de Abreus, do Município de Alto Rio Doce, encaminhado pelo Requerimento de Emancipação n° 68/95, de autoria do Deputado José Bonifácio. O relator emite pareceres concluindo pelo encaminhamento de requerimento ao Presidente da Assembléia solicitando o envio de ofício ao TRE-MG com o objetivo de se realizarem plebiscitos nos distritos citados. Colocados em discussão e votação, cada um por sua vez, são os pareceres aprovados por unanimidade. A Presidência, com base no disposto no inciso III do art. 7° da Lei Complementar n° 37, de 1995, determina o encaminhamento do requerimento ao Plenário para apreciação. A seguir, a Presidência passa a palavra ao Deputado Dílzon Melo, que procede à leitura dos pareceres sobre os Requerimentos de Emancipação n°s 10/95, de autoria do Deputado Jorge Hannas, referente ao Distrito de Alto Caparaó, do Município de Caparaó; 59/95, de autoria do Deputado Romeu Queiroz, referente ao Distrito de Cabeceira Grande, do Município de Unaí; 71/95, de autoria do Deputado José Maria Barros, referente ao Distrito de Goianá, do Município de Rio Novo. O relator emite pareceres concluindo pelo encaminhamento de requerimento ao Presidente da Assembléia solicitando o envio de ofício ao TRE-MG com o objetivo de se realizarem plebiscitos nos distritos citados. Colocados em discussão e votação, cada um por sua vez, são os pareceres aprovados por unanimidade. A Presidência, com base no disposto no inciso III do art. 7° da Lei Complementar n° 37, de 1995, determina o encaminhamento do requerimento ao Plenário para apreciação. A seguir, a Presidência, verificando de plano a inexistência de "quorum", agradece a presença dos parlamentares, convoca os membros da Comissão para a reunião extraordinária do dia 11/5/95, às 9h30min, na Sala das Comissões, com a finalidade de se apreciarem os pareceres sobre os processos de emancipação do Distrito de Indaiabira, do Município de Rio Pardo de Minas, encaminhado pelo Requerimento de Emancipação n° 16/95, de autoria do Deputado Péricles Ferreira; do Distrito de Leme do Prado, do Município de Minas Novas, encaminhado pelo Requerimento de Emancipação n° 63/95, de autoria do Deputado José Braga; do Distrito de Martins Soares, do Município de Manhumirim, encaminhado pelo Requerimento de Emancipação n° 69/95, de autoria do Deputado Jorge Hannas; e o Projeto de Lei n° 130/95, de autoria do Deputado Bonifácio Mourão, que declara de utilidade pública a Associação dos Municípios da Microrregião da Bacia do Suaçuí, do Município de Guanhães; determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 11 de maio de 1995.

José Henriques, Presidente - Dimas Rodrigues - Dílzon Melo - Ivair Nogueira - Sebastião Costa - José Maria Barros - Glycon Terra Pinto.

MATÉRIA VOTADA

MATÉRIA APROVADA NA 35ª REUNIÃO ORDINÁRIA DELIBERATIVA, EM 16/5/95

Em turno único: Projeto de Lei n° 120/95, do Governador do Estado, na forma do Substitutivo n° 1.

ORDENS DO DIA

ORDEM DO DIA DA 36ª REUNIÃO ORDINÁRIA DELIBERATIVA, A REALIZAR-SE EM 17/5/95

1ª Parte (Pequeno Expediente)
(das 14 às 15 horas)

Leitura e aprovação da ata da reunião anterior. Leitura da correspondência. Apresentação de proposições e oradores inscritos.

2ª Parte (Ordem do Dia)
1ª Fase

(das 15 às 16 horas)

Discussão e votação de pareceres e votação de requerimentos.

Requerimento nº 101/95, do Deputado Durval Ângelo, em que pede informações ao Secretário da Habitação a respeito da legalização dos lotes desapropriados por interesse social no conjunto habitacional que menciona, no Município de Betim. A Mesa da Assembléia opina pela aprovação do requerimento com as Emendas nºs 1 e 2, que apresenta.

Requerimento nº 172/95, do Deputado Geraldo Nascimento, solicitando ao Secretário da Segurança Pública e ao Comandante-Geral da Polícia Militar do Estado o envio a esta Casa de relatórios com dados sobre acidentes na Rodovia BR-381, no trecho entre Belo Horizonte e Governador Valadares, no período de janeiro de 1992 até a presente data. A Mesa da Assembléia opina pela aprovação do requerimento.

2ª Fase

(das 16 às 18 horas)

Votação, em 1º turno, do Projeto de Lei Complementar nº 1/95, do Deputado Anderson Aduino, que dispõe sobre acréscimo de inciso ao artigo 5º da Lei Complementar nº 37, de 18/2/95. A Comissão de Justiça concluiu pela constitucionalidade do projeto. A Comissão de Assuntos Municipais opinou pela sua aprovação na forma do Substitutivo nº 1, que apresentou. A Comissão de Fiscalização Financeira opinou pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 1, da Comissão de Assuntos Municipais, com as emendas nºs 1 a 4, que apresentou. Emendado em Plenário, voltou o projeto à Comissão de Assuntos Municipais para parecer.

Discussão e votação de pareceres de redação final.

ORDEM DO DIA DA 9ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE ASSUNTOS MUNICIPAIS E REGIONALIZAÇÃO, A REALIZAR-SE ÀS 9H30MIN DO DIA 17/5/95

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência. Distribuição de proposições.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário da Assembléia:

No 1º turno: Projeto de Lei Complementar nº 1/95, do Deputado Anderson Aduino.

Requerimentos de Emancipação nºs 8/95, do Deputado Carlos Murta; 81 e 87/95, do Deputado Carlos Pimenta; 77 e 78/95, da Deputada Elbe Brandão; 79 e 83/95, do Deputado Ermano Batista; 84/95, do Deputado Ivair Nogueira; 76/95, do Deputado João Batista de Oliveira; 86/95, do Deputado José Braga; 80/95, do Deputado Péricles Ferreira; 3, 15, 53 e 56/95, do Deputado Romeu Queiroz; 75/95, do Deputado Sebastião Costa.

TRAMITAÇÃO DE PROPOSIÇÕES

PARECER SOBRE A SOLICITAÇÃO DE LICENÇA PARA INSTAURAR PROCESSO CRIMINAL CONTRA DEPUTADO

Comissão de Constituição e Justiça
Relatório

Foi encaminhado a esta Casa ofício do Presidente do Tribunal de Justiça solicitando licença para instaurar processo criminal contra o Deputado Antônio Felipe Zeitune, em virtude de ter sido apresentada pelo Ministério Público denúncia de ilícitos penais

supostamente praticados pelo referido parlamentar.

Esta Comissão examinou o mencionado pedido de licença e deliberou, preliminarmente, pela possibilidade de sua concessão, tendo em vista que os fatos imputados ao Deputado não estão protegidos pela imunidade material.

Cumprido, então, o disposto no art. 57, II, "c", do Regimento Interno, esta Comissão forneceu cópia do pedido de licença ao denunciado, que ofereceu sua defesa escrita, renunciando ao prazo regimental para instrução probatória.

A matéria volta a esta Comissão, que passa a deliberar, em fase final, pelo deferimento ou indeferimento da dita solicitação, nos termos do disposto no art. 57, II, "e", do Regimento Interno.

Fundamentação

Versa a denúncia sobre os fatos delituosos que teriam sido praticados pelo referido parlamentar, quando este exercia mandato de Prefeito do Município de Guaxupé, no período de 1989 a 1992.

Imputam-se ao denunciado os delitos descritos pelo art. 1º, V e XI, do Decreto-Lei nº 201, de 1967, e pelo art. 71 do Código Penal.

Esta Comissão de Constituição e Justiça deverá, pois, verificar se há elementos seguros que apontem o parlamentar em questão como autor dos crimes que lhe foram imputados.

Apresentando a sua defesa escrita, o denunciado nega categoricamente a veracidade dos fatos narrados na peça acusatória. Para comprovar suas alegações, juntou ao processo farta prova documental, a qual passamos a apreciar para os fins de nossa competência.

Do exame de tais documentos verifica-se que os atos praticados pelo parlamentar, os quais ensejaram a denúncia formulada pelo Ministério Público, apoiaram-se em sucessivas leis municipais.

Verifica-se, ainda, que tais atos não acarretaram nenhum dano ao erário público de Guaxupé.

Pretendendo atender à população carente daquele município, o então Prefeito deu início a alguns empreendimentos que tinham por único objetivo prover a comunidade de novos conjuntos habitacionais.

Para tanto, desapropriou bens imóveis, procedeu à doação de terrenos e criou uma empresa para dar andamento aos projetos de urbanização.

Ressalte-se que todos os atos, como já se disse, estavam respaldados por leis municipais. Eram ações legítimas de um Prefeito que buscava tão-somente cumprir com os deveres decorrentes do cargo para o qual havia sido eleito.

Acusa-se o Deputado, quando Prefeito, da prática de alguns atos em desacordo com as formalidades legais.

O exame dos documentos por nós apreciados não nos leva a esse entendimento.

No tocante à falta de procedimento licitatório, amparava-se o Prefeito nos ditames dos arts. 22 e 23 do Decreto-Lei nº 2.300, de 1986, então vigente, que incluía tais atos nas hipóteses de inexigibilidade e de dispensa de licitação.

Quanto às demais acusações, não vislumbramos nelas nenhuma procedência.

Todas as despesas decorrentes das referidas operações realizadas pelo então Chefe do Poder Executivo local foram efetuadas em conformidade com as normas financeiras pertinentes.

Vê-se que os pagamentos efetuados se fizeram acompanhar dos respectivos recibos de quitação e os empenhos não ultrapassaram os limites dos créditos orçamentários concedidos.

Não constatamos, pois, nenhuma irregularidade que possa ensejar instauração de processo criminal contra o parlamentar em questão.

Suas ações foram praticadas em benefício de uma população carente. É importante frisar mais uma vez que não houve nenhum ato lesivo ao patrimônio público municipal.

As provas de defesa são por demais evidentes, o que nos leva a acreditar que a denúncia não possa de uma peça de ficção, a qual tem como único propósito atingir a reputação desse prestigiado político.

Conclusão

Pelos motivos expostos, esta Comissão, por maioria de votos, concluiu pelo indeferimento do pedido de licença para processar o Deputado Antônio Felipe Zeitune no Tribunal de Justiça deste Estado.

Sala das Comissões, 16 de maio de 1995.

Geraldo Santanna, Presidente - Antônio Genaro, relator - Leonídio Bouças - Arnaldo Penna - Simão Pedro Toledo - Geraldo Nascimento.

PARECER SOBRE SOLICITAÇÃO DE LICENÇA PARA INSTAURAR PROCESSO CRIMINAL CONTRA DEPUTADO

Comissão de Constituição e Justiça
Relatório

Foi encaminhado a esta Casa, em 22/3/95, ofício do Presidente do Tribunal Regional Eleitoral de Minas Gerais, solicitando a concessão de licença para a instauração de

ação criminal contra o Deputado Dimas Rodrigues.

Tal solicitação é feita em virtude de denúncia apresentada pelo Ministério Público Eleitoral contra o referido Deputado, devido a atos por ele supostamente praticados durante o cumprimento do seu mandato como Prefeito do Município de Janaúba.

Examinando o pedido de licença, esta Comissão deliberou, preliminarmente, pela possibilidade de sua concessão, visto que os fatos imputados ao parlamentar não estão circunscritos no âmbito da imunidade material.

A seguir, em cumprimento do disposto no art. 57, II, "c", do Regimento Interno, esta Comissão forneceu cópia do pedido ao denunciado, que, tempestivamente, ofereceu a sua defesa escrita.

A matéria volta ao exame desta Comissão para que, nos termos do art. 57, II, "e", do Regimento Interno, delibere pelo deferimento ou pelo indeferimento da solicitação do TRE-MG.

Fundamentação

Acusam o Deputado Dimas Rodrigues de ter distribuído terrenos a eleitores do Município de Janaúba, com fins puramente eleitorais.

Segundo sustenta o Ministério Público Eleitoral, o parlamentar praticou o crime de dar ou prometer a outrem vantagens com o intuito de obter voto, entre outros delitos afins.

Quanto a tais fatos delituosos, não vislumbramos nos autos nenhuma materialidade que comprove a pertinência de tais acusações. Na verdade, a distribuição dos terrenos em questão fazia parte de um programa habitacional destinado a populações carentes. Ademais, toda a ação do então Prefeito respaldou-se nas disposições de leis municipais que assim o autorizavam.

Não há dúvidas de que o Prefeito agiu no normal desempenho de suas funções. É da sua competência institucional, como Chefe do Poder Executivo, promover programas que atendam aos anseios da comunidade desfavorecida.

A alegação de que o então Prefeito agiu com interesse eleitoreiro é pura especulação de seus desafetos políticos. Não se poderia pretender que a administração local se mantivesse inerte e omissa, apenas porque estava em curso, à época, um pleito eleitoral.

Não houve, pois, emprego de verbas públicas para fins eleitorais, mas, sim, o normal exercício de gestão administrativa. Além do mais, inexiste nos autos qualquer prova consistente que demonstre ter ocorrido aliciamento de eleitores. Pessoas carentes foram beneficiadas, inexistindo, ainda, qualquer dano ao patrimônio público municipal.

Sendo assim, da análise empreendida por esta Comissão, verifica-se a inexistência de pressupostos seguros que justifiquem a instauração de processo penal contra o referido parlamentar.

Em se tratando de delitos eleitorais, é necessário que esta Casa haja com toda a cautela, atendendo apenas às solicitações fundadas em indícios veementes de prática criminosa. Do contrário, estar-se-ia cometendo o equívoco de referendar o tradicional costume daqueles que desejam atingir a honra e a reputação dos parlamentares eleitos pelo povo, por meio de acusações descabidas e inconseqüentes.

Conclusão

Esta Comissão concluiu, por maioria de votos, pelo indeferimento da solicitação de licença para que seja instaurado processo criminal contra o Deputado Dimas Rodrigues no Tribunal Regional Eleitoral.

Sala das Comissões, 16 de maio de 1995.

Geraldo Santanna, Presidente - Simão Pedro Toledo, relator - Arnaldo Penna - Geraldo Nascimento - Leonídio Bouças - Antônio Genaro.

PARECER PARA O 1º TURNO DO PROJETO DE LEI

Nº 144/95

Comissão de Educação, Cultura, Desporto e Turismo e Lazer

Relatório

De autoria do Deputado José Bonifácio, o projeto de lei em epígrafe objetiva declarar de utilidade pública a Associação dos Músicos Profissionais e Amadores de Ressaquinha, com sede no Município de Ressaquinha.

Após o exame preliminar da Comissão de Constituição e Justiça, que concluiu pela juridicidade, pela constitucionalidade e pela legalidade da proposição, vem a matéria a esta Comissão para o 1º turno de deliberação conclusiva, nos termos regimentais.

Fundamentação

Mantenedora de uma corporação musical, a entidade a ser beneficiada presta relevantes serviços à coletividade, notadamente no que diz respeito à realização de atividades culturais, artísticas e recreativas. Seu objetivo principal é abrilhantar festas cívicas, religiosas, folclóricas e fazer apresentações em Ressaquinha ou em quaisquer outras cidades.

Acreditamos, pois, ser a referida Associação merecedora da declaração de sua utilidade pública.

Conclusão

Em face do exposto, somos pela aprovação do Projeto de Lei nº 144/95, no 1º turno, na forma original.

Sala das Comissões, 16 de maio de 1995.

João Leite, relator.

MATÉRIA ADMINISTRATIVA

ATOS DA MESA DA ASSEMBLÉIA

Na data de 16/5/95, o Sr. Presidente, nos termos da Resolução nº 5.100, de 29/6/91, assinou o seguinte ato:

nomeando Adílson Duarte da Costa para o cargo em comissão e de recrutamento amplo de Auxiliar de Gabinete, padrão AL-13, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia Legislativa.

Nos termos da Deliberação da Mesa nº 269, de 4/5/83, que consolida as normas do Regulamento Geral desta Secretaria, c/c as Resoluções nºs 5.086, de 31/8/90, e 5.132, de 1º/6/93, e tendo em vista o disposto no § 1º do inciso III do art. 36 da Constituição do Estado, na Lei Complementar nº 51, de 20/12/85, e no Parecer nº 3.205/95, da Procuradoria-Geral da Casa, assinou o seguinte ato:

aposentando, a pedido, a partir de 17/4/95, o servidor Juracy Porto Coelho, ocupante do cargo de Oficial de Apoio às Atividades da Secretaria - Subárea de Segurança e Policiamento Interno, do Quadro de Pessoal da mesma Secretaria.

EXTRATO DE CONVÊNIO

TERMOS DE CONVÊNIO QUE ENTRE SI CELEBRAM A ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MINAS GERAIS E AS ENTIDADES ABAIXO DISCRIMINADAS, CUJO OBJETO É A CONCESSÃO DE SUBVENÇÃO SOCIAL E AUXÍLIO PARA DESPESA DE CAPITAL

CONVÊNIO Nº 00006 - VALOR: R\$28.300,00.

ENTIDADE: IRMANDADE SANTA CASA MISERICORDIA OURO PRETO - OURO PRETO.

DEPUTADO: JOSE LEANDRO.

CONVÊNIO Nº 00009 - VALOR: R\$18.800,00.

ENTIDADE: FEDERACAO ASSOCIACOES COMUN. ENTID. BENEFICENTES SETE LAGOAS - SETE LAGOAS.

DEPUTADO: MARCELO CECE.

CONVÊNIO Nº 00010 - VALOR: R\$3.000,00.

ENTIDADE: ASSOCIACAO COMUN. PEDRAS MARIA CRUZ - PEDRAS MARIA CRUZ.

DEPUTADO: CLEUBER CARNEIRO.

CONVÊNIO Nº 00011 - VALOR: R\$10.000,00.

ENTIDADE: PREFEITURA MUNICIPAL MENDES PIMENTEL - MENDES PIMENTEL.

DEPUTADO: ERMANO BATISTA.

CONVÊNIO Nº 00013 - VALOR: R\$8.000,00.

ENTIDADE: ASSOCIACAO COMUN. SANTANA VILA PINHO - BELO HORIZONTE.

DEPUTADO: ALENCAR SILVEIRA JUNIOR.

CONVÊNIO Nº 00015 - VALOR: R\$4.000,00.

ENTIDADE: OBRAS SOCIAIS PAROQUIA SAO JOAQUIM BICAS - IGARAPE.

DEPUTADO: ALENCAR SILVEIRA JUNIOR.

ERRATA

**ATA DA 33ª REUNIÃO ORDINÁRIA DELIBERATIVA DA ASSEMBLÉIA
LEGISLATIVA, EM 10 DE MAIO DE 1995**

Na publicação da ata em epígrafe, verificada na edição de 12/5/95, na pág. 43, col. 3, sob o título "**REQUERIMENTOS**", no resumo do requerimento do Deputado Marcos Helênio, onde se lê:

"Projeto de Lei nº 206/95", leia-se:

"Projeto de Lei nº 207/95".
